

**FCT-UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

MÁRCIO FREITAS EDUARDO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS
DE FRANCISCO BELTRÃO/PR**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet

Presidente Prudente, 2008.

MÁRCIO FREITAS EDUARDO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS DE
FRANCISCO BELTRÃO/PR**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do Espaço Geográfico”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Regional”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente, 2008.

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRCIO FREITAS EDUARDO

A DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet
Departamento de Geografia, UNIOESTE

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Departamento de Geografia, UNESP

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Departamento de Geografia, UEPG

Presidente Prudente, 05 de setembro de 2008.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Élio e Elli, pelo apoio incondicional e incomensurável.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa é produto de esforço coletivo; pelo carinho e atenção dos amigos, professores, produtores rurais, familiares jamais serei suficientemente grato. Especialmente:

- Ao professor Marcos A. Saquet, pelo companheirismo desde os tempos de graduação em Geografia; por acreditar em minha formação e nesta desafiadora empreitada científica;

- Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – FCT-UNESP, pelos ensinamentos transmitidos e auxílios; de modo a Bernardo Mançano Fernandes, Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação B. Sposito, Eda Maria Góes, João Edmilson Fabrini, com os quais cursamos as disciplinas e muito contribuíram conosco;

- Aos professores Bernardo Mançano Fernandes e José Gilberto de Souza, cujas orientações no momento da qualificação, foram de suma importância;

- Ao professor Antonio Nivaldo Hespanhol pela gentileza em disponibilizar-se como orientador no estágio docente;

- Aos amigos e amigas, pela sincera amizade, pela solidariedade e contribuições (pessoais e cognitivas), em especial Gilnei, Juliano e Marcelino;

- A Erineu Santiago e família, sem os quais nada disto se concretizaria;

- A Ana (e família), a Fran, a Grasi (e família) e a Mari: imprescindíveis;

- Aos alunos e colegas de trabalho, pela compreensão e cooperação nessa trajetória científica;

- À EMATER/PR, por nos ceder dados de levantamentos empíricos;

- Aos produtores agroartesanais, pela experiência transmitida, pela disponibilidade de tempo, pela amizade e atenção;

- À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – FCT-UNESP, pelo auxílio monetário providencial para o desenvolvimento da pesquisa;

- Enfim, a todos que manifestaram apoio e compreenderam os momentos de relativa ausência, agradeço!

SUMÁRIO:

Lista de Tabelas.....	07
Lista de Quadros.....	08
Lista de Gráficos.....	09
Lista de Mapas.....	10
Lista de Fotos.....	11
Resumo.....	12
Abstract.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. O TERRITÓRIO EM PERSPECTIVA.....	24
1.1 Efetivando uma leitura do território.....	25
1.2 O Território: diferentes abordagens.....	28
1.3 O poder: efetivação do território.....	34
1.4 Território e identidade.....	38
1.5 O território e a questão agrária.....	40
2. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE PARANAENSE: A MARCA HISTÓRICA DE UMA FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	44
2.1 A reterritorialização dos migrantes eurobrasileiros no Sudoeste paranaense....	48
2.2 Uma definição de agroindústria artesanal.....	53
3. CARACTERÍSTICAS DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS NO SUDOESTE PARANAENSE.....	57
3.1 As agroindústrias artesanais do Sudoeste.....	65
4. A DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR.....	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
6. REFERÊNCIAS	156
7. ANEXOS.....	163

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Estabelecimentos agropecuários e área ocupada, por estrato de área no Sudoeste do Paraná (1970-1995/96).....	58
Tabela II – Número e percentual de pessoas de 10 e mais anos de idade ocupadas por setores da economia no Sudoeste do Paraná (1970-2000).....	63
Tabela III – Pessoal ocupado na agropecuária no Sudoeste do Paraná (1985-1995/96).....	64
Tabela IV - Despesas na agropecuária do Sudoeste paranaense (1970-1995/96)....	64
Tabela V – Unidades agroindustriais artesanais de Francisco Beltrão/PR cadastradas pelo sistema de inspeção municipal/produtos de origem animal (SIM/POA).....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Produtores artesanais entrevistados.....	19
Quadro II – Número de famílias cadastrada na CANGO entre 1947 e 1956.....	46
Quadro III - Número de agroindústrias de pequeno porte existentes nas regiões de Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR em 1999.....	68
Quadro IV – Número de agroindústrias e situação dos registros por produto no Sudoeste/PR.....	70
Quadro V – Número de agroindústrias por produto e tipo de matéria-prima no Sudoeste paranaense em 1999.....	71
Quadro VI – Período de funcionamento das unidades produtivas em anos.....	76
Quadro VII – Tipo de produtos e quantidade produzida mensalmente.....	77
Quadro VIII – Agroindústrias estudadas: produção total por ramo e margem de ganho aproximada.....	96
Quadro IX – Etnia e local de origem dos proprietários das unidades produtivas estudadas.....	100
Quadro X – Ano em que começou a atividade agroartesanal.....	101
Quadro XI - Principal atividade econômica da unidade produtiva.....	109
Quadro XII – Francisco Beltrão/PR: Número de estabelecimentos por grupos de área total em 1996.....	110
Quadro XIII – Quantidade e composição da força de trabalho, matérias-primas e destino da produção das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Distribuição dos ramos produtivos agroindustriais analisados no Diagnóstico Unidades Agroindustriais – EMATER/PR.....	72
Gráfico II – Total de investimentos nas unidades agroartesanais do Sudoeste do Paraná.....	80
Gráfico III – Principais dificuldades das unidades produtivas.....	82
Gráfico IV – Média faturamento bruto/mês.....	82
Gráfico V – Principais dificuldades financeiras.....	83
Gráfico VI – Principais dificuldades de comercialização.....	84
Gráfico VII – Principais dificuldades de produção.....	87
Gráfico VIII – Percentual de incremento nas agroindústrias do Sudoeste do Paraná	88
Gráfico IX – Origem da maioria dos produtos consumidos pela família.....	108
Gráfico X: Composição da força de trabalho ocupada nas agroindústrias artesanais estudadas em Francisco Beltrão/PR.....	152

LISTA DE MAPAS

Mapa I – Localização do Município de Francisco Beltrão/PR.....	23
Mapa II – Sudoeste do Paraná – distribuição das agroindústrias pesquisadas pela EMATER no “Diagnóstico Unidades Agroindustriais” (2006).....	62
Mapa III – Município de Francisco Beltrão/PR – localização das agroindústrias estudadas.....	92

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Moradia da família Macari.....	49
Foto 2 – Moinho colonial de propriedade dos irmãos Minella.....	53
Foto 3 – Produção de queijos, agroindústria de Tobias Korb.....	97
Foto 4 – Josefina Korb na parte exterior da edificação.....	97
Foto 5 – Produção de frangos da família Schmoller.....	105
Foto 6 – Produção de ovos da família Schmoller.....	105
Foto 7 – Local dos abates dos frangos.....	106
Foto 8 – Vista interna do moinho da família Schmoller.....	106
Foto 9 – Infra-estrutura construída na propriedade rural da família Cuba.....	112
Foto 10 – Família Cuba comercializando seus produtos.....	114
Foto 11 – Vista da agroindústria artesanal da família Cuba.....	114
Foto 12 – Centrífuga para beneficiar o mel.....	114
Foto 13 – Propriedade da família Cuba.....	115
Foto 14 – Ivo Matiolo fazendo o açúcar mascavo.....	116
Foto 15 – Destaque de uma “carreta”.....	117
Foto 16 – Estufa onde é realizada a produção de verduras pela família Castelli.....	120
Foto 17 – Parreiral da família Castelli.....	120
Foto 18 – Vista da unidade artesanal de pasteurização de leite da família Castelli.....	121
Foto 19 – A pastagem plantada pela família Castelli.....	121
Foto 20 – Tecnologia artesanal adaptada.....	122
Foto 21 – Rótulo do açúcar mascavo produzido por Gerônimo Grezgozeski.....	123
Foto 22 – Logotipo da Coachaça.....	125
Foto 23 – Celso Reolon, produtor de cachaça.....	125
Foto 24 – Propriedade de Gerônimo Grezgozeski.....	126
Foto 25 – Aquecedor a lenha utilizado por Grezgozeski na produção da cachaça.....	126
Foto 26 – vista unidade de produção de queijos da família Capra.....	131
Foto 27 – Agroindústria de Gilberto Smaniotto.....	134
Foto 28 – Agroindústria de Gilberto Smaniotto em processo de ampliação.....	134
Foto 29 – Aviário integrado à Sadia.....	134
Foto 30 – Propriedade de Gilberto Smaniotto.....	134
Foto 31 – Vista da unidade agroartesanal da família Macari.....	137
Foto 32 – Propriedade rural da família Macari.....	137
Foto 33 – Vista da unidade agroartesanal das famílias Lago.....	139
Foto 34 – Técnica artesanal adaptada pelas famílias Lago.....	139
Foto 35 – Queijos produzidos na agroindústria das famílias Lago.....	139
Foto 36 – Barracão com equipamentos agrícolas.....	139
Foto 37 – Parreiral situado na propriedade da família Pasin.....	142
Foto 38 – Vista externa da agroindústria da família Pasin.....	142
Foto 39 – Funcionárias fixas da unidade agroartesanal da família Pasin.....	143
Foto 40 – Produtos Pasin.....	143
Foto 41 – Propriedade rural da família Pasin.....	144
Foto 42 – Barris de metal.....	144
Foto 43 – Porcos criados pela família Thomé.....	147
Foto 44 – Produtor Valdir Thomé.....	147
Foto 45 – Máquina utilizada pela família Thomé para a fabricação da ração.....	147
Foto 46 – Reportagem do Jornal de Beltrão.....	149
Foto 47 – Vista externa do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar.....	150

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar elementos da dinâmica territorial das agroindústrias artesanais e familiares (ou agroartesanato) no município de Francisco Beltrão/PR. A produção de alimentos via agroartesanato é um domínio antigo desses produtores familiares (o que chamamos de saber fazer produtivo); historicamente inerente ao patrimônio cultural dos imigrantes desterritorializados da Itália, da Alemanha e da Polônia e que reterritorializaram-se no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina no final do século XIX por força do movimento global do capital. A *mesorregião* Sudoeste do Paraná, na qual está inserido o município de Francisco Beltrão, foi colonizada efetivamente a partir da década de 1940, intermediada pela ação política do governo de Getúlio Vargas através da constituição da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório). Com a CANGO, foram reterritorializados numa *frente colonial* formada, majoritariamente, por migrantes *gaúchos* e catarinenses, com predominância de ascendências italiana, alemã e polonesa e com arraigado conteúdo de sociabilidade campesina e mesclando tradição rural, pequena propriedade, trabalho familiar, produção mercantil e policultura de subsistência. A heterogeneidade é característica basal da formação territorial desse espaço, pois, o território, como manifestação concreta e simbólica da atividade social no espaço, congrega uma vastidão de possibilidades. Na década de 1990, entretanto, essas atividades rudimentares e familiares de produção de alimentos começaram a assimilar maior conotação mercantil. Em Francisco Beltrão isso se efetivou, mais notoriamente, nos anos posteriores à criação do SIM (Selo de Inspeção Municipal), instituído em 1996, que, amparado na ação da vigilância sanitária, legitimou a mercantilização dessas produções. O agroartesanato, nas últimas duas décadas, vem-se destacando como atividade familiar alternativa, em resposta à expansão *regional* do modelo do agronegócio: notadamente CAIs do ramo de suínos, leite e aves. Fundamentando-se no trabalho familiar, na busca crescente por maior autonomia produtiva familiar e inserindo-se nos mercados locais com produtos tradicionais, a dinâmica do agroartesanato beltronense caracteriza-se essencialmente como trunfo territorial.

Palavras-chave: território, colonização e agroartesanato.

ABSTRACT

This research has as purpose to analyze the elements of the territorial dynamics of the craft and family agribusinesses (or rural handmade production of food) in the city of Francisco Beltrão/PR. The production of foods through the rural handmade production of food is an old domain of those family producers (what we call to know how to do the products); historically, inherent associated to the cultural patrimony of the immigrants without territory of Italy, Germany and Poland and that established in Rio Grande do Sul and Santa Catarina in the end of the XIX century because the global movement of the capital. The Southwest region of Paraná, in the which Francisco Beltrão is located, it was colonized indeed starting from the decade of 1940, intermediated by Getúlio Vargas's government's political action through the constitution of CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório). With CANGO, they were established in a formed colonial front, formed for the most part with migrants from Rio Grande do Sul and Santa Catarina, with Italian predominance of origins, German and Pole and with ingrained content of rural sociability; mixing the rural tradition, small property, family work, mercantile production and mixed farming of subsistence. The heterogeneity is a basic characteristic of the territorial formation of that place, because the territory, as concrete and symbolic manifestation of the social activity in the space has huge possibilities. In the decade of 1990, however, those rudimentary and family activities of production of foods began to assimilate larger mercantile connotation. In Francisco Beltrão it was mostly executed, in the subsequent years the creation of the SIM (Selo de Inspeção Municipal) that was instituted in 1996 that aided in the action of the sanitary surveillance, legitimated the business of those productions. The rural handmade production of food points out as alternative family activity in the last two decades, in response to regional expansion of the agribusiness model: especially CAIs of the branch of swine, milk and birds. Being based in the family work, in the growing search for larger family productive autonomy and interfering at the local markets with traditional products, the dynamics of the rural handmade production of food in Francisco Beltrão is a characteristic essentially as territorial trump card.

Key words: territory, colonization and rural handmade production of food.

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos esta pesquisa, não imaginávamos a dimensão e a complexidade do desafio com que nos depararíamos. Fomos, aos poucos, despiando a realidade. Com a análise da dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR (Mapa 1), tínhamos, desde o início, a idéia de traçar um panorama da lógica de atuação dessas unidades produtoras de alimentos nesse município, em virtude da importância que essas produções têm para os produtores familiares e artesanais de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense.

A multiplicidade de elementos e circunstâncias que fazem as atividades agroartesanais, tipicamente de subsistência, ingressarem no circuito mercantil demonstra um processo que torna o território mais complexo.

A escassa bibliografia existente sobre a temática, que ainda está limitada, em sua quase totalidade, a outras áreas do conhecimento, notoriamente à sociologia, à engenharia de produção e à agronomia, também justifica e torna relevante esta pesquisa e sua abordagem em geografia.

No âmbito da ciência geográfica, não existem pesquisas mais sistematizadas buscando compreender a agroindústria artesanal. Queremos avançar ainda mais. Na dissertação abordamos o fenômeno do agroartesanato numa vertente teórico-metodológica fundamentada na análise do território; o território tido em sua multidimensionalidade política, econômica e cultural.

Abordar o conceito de território, por si só, já é um desafio, pois demanda uma gama de outros conceitos como o de poder, a noção de tempo, territorialidade, *des-re-territorialização*, entre outras.

São conceitos que, no decorrer da pesquisa, auxiliaram-nos na compreensão da realidade. Desafiadoramente, trata-se de um conjunto de conceitos que estão longe de esgotarem suas propostas e possibilidades, pois analisar o território como multidimensionalidade é uma proposta recente na geografia.

Com esta análise buscamos compreender a formação e a dinâmica territorial atual das agroindústrias artesanais rurais e familiares do município de Francisco Beltrão/PR, realizando uma análise comparativa entre as unidades produtivas estudadas. O primeiro passo

é conhecer a realidade objetiva, sua importância e necessidades para, em seguida, planejar e agir sobre as circunstâncias que lhes são afetas.

Nesta pesquisa, demonstramos, a partir dos dados coletados nos trabalhos de campo que, para a maioria das famílias estudadas, a agroindústria artesanal constitui a principal fonte de renda. Com a difusão local do agroartesanato familiar, vem arrefecendo, nessas propriedades, o êxodo-rural. As potencialidades territoriais do agroartesanato situa-se: a) no saber fazer familiar; b) na agregação de valor aos produtos coloniais com a transformação *in loco* (intra-unidade rural); c) no envolvimento da mão-de-obra familiar (dispendiosa com a aceleração da modernização da agricultura). Essas potencialidades territoriais do agroartesanato garantem maior autonomia produtiva às famílias denotando qualidades de resistência.

A questão agrária produz seus territórios. No Sudoeste paranaense, o acirramento da conflitualidade entre o agronegócio e a produção artesanal e familiar fez emergir, como resistência, velhas formas de sociabilidade dotadas de novos significados e atributos.

O fenômeno do agroartesanato familiar, ou melhor, da produção e da transformação artesanal de produtos alimentares no interior da própria unidade produtiva rural, é um domínio cultural antigo dos *gaúchos* e catarinenses – descendentes de italianos, alemães e poloneses – que se estabeleceram no Sudoeste do Paraná, na década de 1940, no período de colonização efetiva, conforme destacaremos no capítulo 2.

Os migrantes *gaúchos* e catarinenses ao se reterritorializarem no Sudoeste do Paraná, reproduziram suas práticas culturais produtivas (saber fazer produtivo agroartesanal). O trabalho familiar, a policultura e o minifúndio foram as bases da organização territorial instituída. Estrutura que ainda permanece na configuração territorial da *região*, como se destaca a partir do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96): aproximadamente 95% das propriedades, no Sudoeste paranaense, estão situadas em estratos fundiários de até 50 hectares.

O Sudoeste paranaense foi a última *região de fronteira agrícola* a ser explorada no Paraná, havendo, por razões histórico-culturais, a possibilidade da efetivação de uma agricultura familiar e policultora.

A *frente colonial* reterritorializada, em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense, era formada majoritariamente por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses. Imigrantes europeus que, no século XIX, já haviam sido desterritorializados de seus lugares de origem em favor da reprodução ampliada do capital.

Uma vez reterritorializados em solo brasileiro, promoveram uma agricultura camponesa, sobretudo na região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). As forças e contradições do capitalismo continuaram a se desenvolver. Devido à insustentabilidade econômica presente em muitas propriedades rurais, fundamentalmente em virtude do fracionamento da unidade produtiva associado ao desgaste excessivo do solo por práticas agrícolas rudimentares, houve novamente necessidade de uma reestruturação do território. Nesse sentido, o processo de desterritorialização fez-se presente junto às famílias agrícolas riograndenses e catarinenses, fruto do acirramento das limitações impostas pela reprodução do capital.

O sistema *des-re-territorializante*, no qual se assenta o capital e sua natureza desigual, combinada e contraditória, não erradica os conteúdos culturais dos territórios e seus códigos simbólicos, mas sim os readequam aos imperativos suscitados pelos “mandos” no território.

Exemplo disso é o território dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas); as “comunidades” rurais no Sul do Brasil, com forte componente étnico e de tradições; o(s) território(s) da igreja católica, incrustados no patrimônio cultural e no ideário conservador desses migrantes etc., são evidências que ratificam a permanência de atributos culturais de um grupo social, cuja subjetividade também se objetiva e se transforma constantemente.

A transformação de produtos alimentícios no interior das propriedades rurais realizada, de maneira artesanal e com o trabalho familiar, é patrimônio cultural dos imigrantes europeus herdado por seus descendentes, cujo elemento cultural, o saber fazer produtivo territorializou-se em Francisco Beltrão mesmo após gerações *des-re-territorializadas*.

A arte da transformação, classificação e/ou beneficiamento de diversas matérias-primas – como leite, carnes, mel, ovos, farinha de trigo e milho, frutos, tubérculos etc. em produtos como queijos e iogurtes, salames e copas, doces (compotas), conservas, geléias, massas, bolachas, vinhos, graspa e vinagres, açúcar mascavo e melado, derivados do mel, carne de frango e peixes – constitui um elemento cultural regional importante, assentado na prática da produção de alimentos.

A instituição de selos de inspeção nos municípios e o acirramento do embate com o grande capital, fizeram com que essas produções artesanais ganhassem importância econômica, agregando valor aos produtos rurais, transformando-os e comercializando-os nos mercados locais. A busca de maior autonomia na gestão do território

é base do enfrentamento entre o agronegócio e essas famílias, cuja policultura, o trabalho familiar e o minifúndio são suas formas de organização territoriais. A produção e a transformação *in loco* (na propriedade rural), a circulação e a comercialização desses produtos são realizadas pelas próprias famílias garantindo um grau mais elevado de autonomia produtiva da unidade familiar, mas com limitações, segundo demonstraremos no capítulo 4.

O embate entre o paradigma produtivista do agronegócio e a produção familiar no Sudoeste paranaense foi e continua sendo fomentadora de situações estimulantes para a revivência do que José de Souza Martins chamou de “padrões tradicionais”.

O fenômeno da modernização da agricultura fez-se presente no Sudoeste, mais sistematicamente a partir de 1970. O avanço dos CAIs (ramo de suínos, aves e leite) e das monoculturas mercantis, como a do fumo e a da soja, foram intensas e ocorreram nessa estrutura territorial específica, de predomínio minifundiário e familiar. Como fenômeno capitalista, a modernização agropecuária é seletiva e excludente. Com as crises no ramo dos suínos na década de 1980 e na década de 1990, devido ao aumento das exigências e imposição de técnicas adotadas como necessidade de gestão pelas agroindústrias integradoras, acirrou-se a conflitualidade entre os paradigmas de produção do agronegócio e da produção familiar.

Nesse contexto de conflitualidade paradigmática agrária, elementos tradicionais inerentes aos códigos simbólicos de territorialidade dos produtores familiares foram evocados como formas de resistências ao avanço e estreitezas engendradas pelo grande capital.

O agroartesanato expandiu-se regionalmente no final das décadas de 1980, na década de 1990, até o momento atual. Pequenos estabelecimentos agroindustriais artesanais com trabalho familiar passaram a fornecer produtos alimentares ao mercado interno.

Com o acirramento das conflitualidades e com a criação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios do Sudoeste paranaense, a prática familiar de produção e transformação artesanal de alimentos passou a ganhar maior expressão territorial. No Sudoeste, conforme dados da EMATER (2003), existiam mais de 450 unidades agroartesanais em operação nos diversos ramos produtivos.

O “novo” do capitalismo agrário, para a produção artesanal e familiar, significa as diferentes estratégias que os atores têm que desenvolver para se autoafirmarem como sujeitos sociais no território. Nessas circunstâncias, a conjugação de diferentes relações no território associam os velhos e os novos conteúdos na atual dinâmica da questão agrária. Em algumas unidades familiares, a produção mercantil, o incremento técnico, a utilização do

trabalho da família e de vizinhos, o agroartesanato e a policultura de subsistência mesclam-se e apresentam-se como possibilidades de resistência e de manutenção de uma prática de vida específica. Relações novas e mais tradicionais realizam-se no território da produção familiar, porém a reprodução familiar é o anseio e também o que enseja essas dinâmicas.

Como enfatiza Vergopoulos (1986), essa operação cria, ao mesmo tempo, na agricultura, a situação surpreendente de um *capitalismo sem capitalistas*. Em algumas propriedades rurais, a prática tradicional do agroartesanato divide espaços com produções essencialmente mercantis, como a da soja e do sistema de integração de aves via CAIs. Algumas agroindústrias já sinalizam com um nível mais intenso de tecnificação e de inserção mercantil nos parâmetros locais, muito embora mobiliza-se um índice incipiente de assalariamento. Em nossas pesquisas empíricas e nas da EMATER, é perceptível a baixa escala de produção dessas unidades, ratificando o caráter familiar e artesanal da produção.

Na lógica de organização territorial desses produtores familiares, a vinculação mercantil é considerada uma forma de resistência. Produzem-se soja e aves consoante o paradigma do agronegócio, fazem-se melhoramentos na infra-estrutura e no aparato técnico da unidade produtiva buscando dar continuidade as suas atuais condições de vida. Não há um intenso acúmulo de capital por parte desses produtores adotando tais mecanismos. O desenvolvimento capitalista acarreta num nível mais intenso de exploração desses produtores familiares que, para permanecerem como produtores proprietários, necessitam desenvolver estratégias no território e de mais energia da família.

As estratégias no território e pelo território são múltiplas. Os produtores artesanais caracterizam-se, sobretudo, por produzirem territórios de resistência contra as estreitezas e exclusão do modo capitalista de produção. A agroindústria artesanal é um desses trunfos territoriais dos produtores familiares.

Não teríamos condições de analisar pormenorizadamente a dinâmica de toda a atividade agroindustrial artesanal de Francisco Beltrão porque são inúmeras as produções pulverizadas em quase todas as propriedades rurais do município e da *mesorregião* Sudoeste. O agroartesanato manifesta-se desde uma produção de queijos realizada na cozinha de um domicílio (urbano ou rural) até uma produção mais estruturada em termos de infra-estrutura e inserção mercantil.

Por questões culturais, muitas famílias produzem eventualmente açúcar mascavo e melado em tacho no fundo do quintal; queijos, massas e doces na cozinha da casa; esporadicamente matam um porco e fazem salames, copas, linguiças e vendem essas produções. Em sua maior parte, essas práticas de produção de alimentos, têm como função a

subsistência familiar e é muito difícil identificá-las e mapear seu território. Por tal motivo, não abordaremos por completo a forma mais tradicional da produção artesanal municipal (citada anteriormente).

Em nossa pesquisa primamos por analisar os produtores cadastrados no SIM. Em tais casos, a produção é legalizada e possui uma inserção mercantil mais regular, com características organizacionais semelhantes dada a atuação dos órgãos de inspeção. Para fins de demonstração, entrevistamos também produtores artesanais não cadastrados no SIM, com forte característica artesanal. Além disso, entrevistamos uma família que pratica o agroartesanato urbano no intuito de destacarmos as peculiaridades da produção no espaço urbano e também entrevistamos duas famílias de produtores agroartesanais do ramo de leite pasteurizado que suspenderam (mercantilmente) recentemente a atividade. Essa diversidade é importante por nos permitir traçar um mapa de potencialidades e limitações da atividade. A seguir, apresentamos os produtores agroartesanais entrevistados.

Quadro I – Produtores artesanais entrevistados¹

Nº ²	Nome	Localidade	Atividade
1	Gilberto Smaniotto	Linha União	Pasteurização de leite
2	José Gasparetto	Km 10	Pasteurização de leite
3	Salette Castelle	Linha Eva	Pasteurização de leite
4	Loiva Fachinello	Linha São João	Pasteurização de leite
5	Adelmar Crestani	Linha União	Pasteurização de leite
6	João Engels	Linha Martini	Pasteurização de leite
7	Névio Grassi	Santa Bárbara	Pasteurização de leite
8	Queijos Qebom	Quibebe	Fabricação de queijos
9	Tobias Korb	Jacutinga	Fabricação de queijos
10	Noeme Korbe (Natuvida)	Jacutinga	Fabricação de queijos
11	Hilário Lago	Sessão Progresso	Fabricação de queijos
12	Atílio Capra	Água Vermelha	Fabricação de queijos
13	Fritório Thomé	Linha Calegari	Abatedouro de suínos
14	Ivo Petri	Jacutinga	Abatedouro de suínos
15	Arthur Ferrari	Km 20	Abatedouro de suínos
16	Frigorífico Macari	São Miguel	Abatedouro de suínos
17	Adair Reolon	Volta grande	Abatedouro de suínos
18	Pesque-pague Santa Clara	Aeroporto	Filetagem de pescados
19	Pedro Cuba	Posto Panorâmico	Filetagem de pescados
20	Celso Reolon	Sessão Progresso	Produção de cachaça
21	Gerônimo Grezgozesky	Vila Lobos	Produção de cachaça
22	Pedro Cuba	Posto Panorâmico	Beneficiamento de mel
23	Celso Polla	Sede Galdino	Beneficiamento de mel
24	Ambrósio Schmoller	Linha São Paulo	Abatedouro de aves
25	Francisco Spader	Linha São Paulo	Abatedouro de aves
26	Ambrósio Schmoller	Linha São Paulo	Seleção de ovos
27	Agroindústria Pasin	Km 20	Doces, vinhos, conservas, etc.
28	Ivo Matiolo	Divisor	Açúcar mascavo

¹ Ver no mapa 3 a distribuição desses produtores no município de Francisco Beltrão/PR.

² Estabelecemos para cada agroindústria um número, visando facilitar a organização dos dados nas tabelas que seguem.

Fonte: trabalho de campo realizado entre 2006 e 2007.

Com a modernização da agricultura no Sudoeste paranaense, acirrada a partir de 1970, a agroindústria artesanal agrega uma nova conotação, mais mercantil e ambígua; de um lado, em algumas propriedades rurais, permanece como atividade de mera subsistência da família, como a produção doméstica de queijos, salames, massas, doces etc. Outros proprietários, porém, levam suas agroindústrias a aderirem a uma faceta mais mercantil, especializando e modernizando (aos parâmetros do segmento) a produção .

Um território é formado historicamente pelos movimentos do social (e do natural) e suas contradições. A análise da estrutura territorial remete ao desvendamento dos fatores que atuaram numa dada formação territorial como ocorreu no Sudoeste paranaense, por exemplo.

Assim, cada território deve ser pensado em sua historicidade: essência da dialética sócio-espacial. Por isso, mesmo não se tratando de trabalho exaustivo, acreditamos ser necessário traçar apontamentos acerca da formação territorial das agroindústrias artesanais beltronenses, revolvendo suas raízes históricas, a partir de nossos interesses de análise, definidos a priori.

A apreensão desses aspectos deu-se através de levantamento de dados junto ao IBGE, Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, EMATER, SEAB, IPARDES, CAPA e dados coletados em campo, através de entrevistas, balizadas por um roteiro prévio.

Com os proprietários agroindustriais, através de entrevistas qualitativas, analisamos o processo produtivo desde sua origem até a dinâmica organizacional atual, contemplando aspectos da economia, da política e da cultura, a partir da compreensão relacional do território.

Dessa forma, associada à pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas, o contato com os produtores envolvidos auxiliou-nos a avançar na compreensão da problemática em questão. As tabelas, gráficos, mapas e análises presentes nesta dissertação, denotam o trabalho de seis anos de estudo e observação, remontando aos tempos de graduação em Geografia.

No primeiro capítulo, efetivamos uma fundamentação teórico-conceitual englobando os conceitos de território, formação territorial, *desterritorialização* e *reterritorialização* – Raffestin (1993), rede e espaço, as noções de poder e identidade; conceitos e noções que nos serviram de substrato teórico para que tivéssemos condições objetivas de avançarmos na análise acerca da dinâmica territorial da produção artesanal rural

de Francisco Beltrão/PR no capítulo 4.

Para tanto, primamos em estruturar nosso enfoque analítico no conceito de território, visando compreender os elementos econômicos, políticos e culturais presentes na produção do espaço local e dos territórios. A espacialidade e historicidade dos processos sociais mencionados também merecem destaque em nossas reflexões ao abordarmos a formação territorial do Sudoeste paranaense considerando como movimento a *des-re-territorialização*.

A presença da discussão teórica, já no primeiro capítulo, foi uma escolha nossa, buscando tornar mais inteligível e didático ao leitor a compreensão de nosso *norte* teórico-conceitual, que também está relacionado com a realidade estudada, conforme se pode perceber no decorrer da discussão teórica ao longo dos capítulos subseqüentes. Portanto, não se trata de um enquadramento teórico da realidade *objetiva*, mas de uma relação de complementaridade entre teoria e objeto.

No segundo capítulo, estruturamos análises sobre a formação territorial do Sudoeste paranaense. Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, o conceito de formação territorial ajudaram-nos a compreender os fatores constituintes da formação do Sudoeste e da produção artesanal e familiar. O legado cultural que constitui o saber fazer produtivo agroartesanal e seus traços identitários, reproduzido pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses que se reterritorializaram no Sudoeste em circunstâncias repletas de especificidades é o objeto deste capítulo.

Analizada a história da formação territorial do Sudoeste paranaense e seus elementos culturais (tradicionais, simbólicos, etc.), políticos e de ordem econômica presentes nas determinações que, interagidas formaram o próprio território, abordamos, no capítulo 3, a produção artesanal de alimentos em escala *mesorregional* (Sudoeste paranaense), destacando também algumas características da sua organização agropecuária.

No que se refere ao estudo das agroindústrias artesanais no Sudoeste, utilizamos dados levantados pela EMATER/PR, constantes no Diagnóstico Unidades Agroindustriais de 2006, pois nossos dados de campo restringem-se ao município de Francisco Beltrão/PR.

Apresentamos ainda, no capítulo 3, uma análise acerca da estreita vinculação existente entre a produção artesanal e a dinâmica agropecuária da *região*. Com dados do IBGE, SEAB e IPARDES, focando algumas características da modernização agrícola ocorrida no Sudoeste paranaense, visamos mostrar os efeitos em uma estrutura fundiária

minifundista e com traços culturais marcantes do processo de colonização, para entendermos elementos da dinâmica histórica e territorial das agroindústrias artesanais estudadas.

Após tecermos considerações da atividade agroindustrial em escala *mesorregional*, no capítulo 4, procuramos analisar a formação territorial das agroindústrias artesanais e familiares de Francisco Beltrão/PR. Partimos de uma análise do processo de colonização do Sudoeste, buscando compreender como a *frente colonial gaúcha* e catarinense desempenhou um papel ativo na formação das atividades artesanais beltronenses, através da difusão cultural de um saber fazer específico, consoante já mencionado, patrimônio cultural herdado pelos *colonos eurobrasileiros* de seus antepassados desterritorializados principalmente da Itália, Alemanha e Polônia.

Muitas unidades produtivas artesanais estão distanciando-se de suas funções tradicionais de suprimento alimentar da família produtora e ingressam no mundo da mercadoria. Dessa forma, a diferenciabilidade de ritmos e de territórios entre as unidades produtivas é um elemento notório em Francisco Beltrão/PR; produções de ritmos mais lentos e outra com ritmos mais rápidos produzem seus territórios.

No mesmo capítulo, analisamos, com dados empíricos, aspectos das atuais dimensões econômica, política e cultural das unidades produtivas estudadas, caracterizando o arranjo produtivo: produção, gestão, circulação e consumo. Para tanto, além de nossos levantamentos junto às unidades, dispomos de um conjunto de dados inéditos colocados à nossa disposição pela EMATER/PR. Além dos dados quantitativos, também dispomos de dados qualitativos, obtidos através das entrevistas realizadas com proprietários e ex-proprietários de agroindústrias artesanais, e também com pessoas indiretamente relacionadas com essa atividade (profissionais da EMATER e técnicos da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR).

Acreditamos que, com a análise e compreensão das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão, poderemos contribuir com os debates sobre o desenvolvimento territorial local.

MAPA 01: Localização do Município de Francisco Beltrão/PR



Fonte: EDUARDO, Márcio Freitas (2008)
Mapa Base: IBGE.

1. O TERRITÓRIO EM PERSPECTIVA

A primazia pelo conceito de território, em nosso enfoque analítico sobre as agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR, justifica-se pelo fato de que, partindo desse viés teórico-conceitual, é possível identificar as distintas dimensões da produção do espaço: aspectos da economia, da organização política, da cultura, das relações de poder, das rupturas e permanências são possíveis de serem identificados como elementos ativos e conexos na organização de cada território.

O território forma-se a partir do espaço e só por intermédio deste ele se realiza. As diferentes relações sociais que se sustentam no espaço dividem-no, mesmo sendo indissociável, único e indivisível, como destaca Santos (1978). Cada forma de apropriação social do espaço através das dimensões econômica, política e cultural produz “descontinuidades”, surgindo os territórios. As formas de poder engendradas em cada território imprimem, nos diferentes lugares, formas próprias de concorrência e solidariedade que, articuladas, dotam de dinamicidade o todo social.

Acreditamos que um esclarecimento desses fundamentos proporcionará maior clareza teórico-metodológica. Na abordagem territorial, as dimensões econômica, política e cultural são analisadas a partir da apropriação do espaço. Imbricadas ao poder (este visto como produto das cotidianidades sociais), as diferentes dimensões da atividade social são apreendidas pela relação que a sociedade mantém com o espaço, no seu uso e consumo em diferentes ritmos e intensidades.

Os conceitos derivados de desterritorialização e desterritorialidade auxiliam no intuito de compreendermos a produção do espaço de maneira mais completa, abordando o fenômeno histórico como movimento. Desterritorialização e desterritorialidade são conceitos que, em nossa pesquisa, contribuíram no sentido de abordar o conteúdo dinâmico e histórico (político, econômico e cultural) das atividades artesanais em Francisco Beltrão/PR.

Um território significa dominação e espelha uma relação de dominação/sujeição, que não é condição permanente. É construído socialmente e, por isso, constantemente reestruturado. Considerado “toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-4).

A construção do território é passível de apreensão apenas se alocados esforços na identificação dos fatores de sua produção, quer dizer, na historicidade dos condicionantes sociais que consubstanciaram dada formação territorial. Um território tem seu

suporte no passado, tem um presente, mas é sempre devir. Numa percepção *imediata* do território, a princípio, este aparece como estável e imutável, entretanto suas intrínsecas contradições é que nutrem de possibilidades seu devir. O conceito de território não pode ser pensado de modo estanque, mas como produto inacabável (infindável) oriundo das contradições sociais cotidianas.

Nossa abordagem sobre a dinâmica territorial das unidades produtivas agroartesanais selecionadas caminhará por uma leitura mais econômico-cultural do território (produção, circulação, patrimônio cultural), fazendo tão somente algumas considerações acerca da organização política e atuação de algumas instituições como a EMATER, a ASSESOAR e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Dessa forma, necessitamos expor, em linhas gerais, algumas noções da abordagem de território adotada, considerando que existem diversas leituras, muitas delas divergentes, sobre o conceito.

1.1 Efetivando uma leitura do território

Para que uma efetiva abordagem geográfica, cujo fundamento inscreve-se no âmbito da investigação e da compreensão da complexidade com que o espaço geográfico é apropriado por um determinado “tecido social”, compreendemos que a pesquisa deva apoiar-se em certas categorias e conceitos analíticos.

Tais categorias e conceitos, ao serem utilizados e devidamente amparados por um método investigativo, demandam, por si, outros temas e/ou noções que o pesquisador terá que dar conta, caso pretenda utilizá-los no intuito de compreender a realidade objetiva e subjetiva.

Em nossas análises, acerca da formação e dinâmica territorial das agroindústrias artesanais em Francisco Beltrão/PR, primamos pelo território como conceito central. O conceito de território, numa perspectiva relacional, conforme sugere Raffestin (1993), orienta-nos a abordar mais de perto a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos do social.

Inerente a todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder, imbricado à lógica territorial, é elemento fundamental que possibilita avançar no desvendamento de aspectos da produção e da apropriação do espaço territorialmente. Como trataremos posteriormente, para várias famílias de produtores agroartesanais analisadas, o acirramento da conflitualidade entre as formas de organização familiar e o desenvolvimento regional do modelo produtivo do agronegócio foi o elemento central para o surgimento e intensificação da

produção agroartesanal beltronense. A conflitualidade, a exploração demasiada do agronegócio fizeram com que famílias rompessem com pactos de poder estabelecidos e, territorializando seus conhecimentos produtivos tradicionais, expandissem os domínios de suas produções agro artesanais para além da subsistência familiar, construindo relações econômicas no comércio local e regional. Nesse sentido, o agroartesanado significa enfrentamento, resistência, poder, integração ao mercado.

O território é esse *locus* de relações, portanto, de poderes, amalgamados no espaço, em constante movimento. Além disso, como sustenta Haesbaert (2005, p. 87):

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

O território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo(s) poder(es). Assim, a análise do poder torna-se fundamental na abordagem territorial. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial, conforme sugere Raffestin (1993). Podem existir territórios imateriais como, por exemplo, através da língua, da informação, das ideologias, das leis etc.; de alguma forma, entretanto, essas ações manifestam-se no espaço e materializam-se, conduzidas pela dinâmica do(s) poder(es).

Determinados autores serviram-nos de base para efetivarmos algumas considerações a respeito do estudo do território e seus aspectos objetivos e subjetivos. Nossas principais referências são Raffestin (1993), Maia³ (1995), Saquet (2004 e 2005) e Haesbaert (1997, 2002 e 2005). Para compreendermos algumas relações de trabalho, fizemos leituras em Antunes (2005), Marx (2004), entre outros autores.

Em nossos estudos, fundamentamo-nos, inicialmente, em Raffestin (1993), que tece uma análise mais econômica e política do território, primando por um estudo do território numa perspectiva relacional, assim como M. Foucault o faz em suas análises acerca do poder, como bem aponta Maia (1995). Haesbaert (2005), seguindo uma análise do território numa vertente mais culturalista e política, também nos auxiliará no intuito de analisarmos o território como multidimensionalidade.

³ Maia (1995) faz um resgate primoroso do legado de Foucault em sua analítica do poder.

Outro autor, Saquet (2003 e 2005), propõe uma interpretação das interfaces do território, privilegiando não apenas uma de suas dimensões, mas o tripé economia, política e cultura condicionando e caracterizando certa formação territorial.

Na abordagem territorial, há posições múltiplas, como aponta Saquet (2004), que tentam contemplar as relações entre as dimensões da economia, da política e da cultura, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, conforme Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, segundo Haesbaert (1997) e outros; também há aqueles que enfatizam uma dessas dimensões, como Ratzel (1990) e Sack (1986). Embora sem adentrarmos na questão, o território também pode ser apreendido sob diferentes métodos investigativos e/ou modelos teórico-conceituais como, por exemplo, o materialismo e a fenomenologia.

Inicialmente, faremos algumas considerações sobre o território em suas diferentes abordagens, para depois discutirmos o poder como elemento imbricado ao sistema territorial.

Podemos assinalar que a dinâmica territorial é compreendida, concomitantemente, como objetivação e reflexo das relações sociais (econômicas, políticas e culturais – em uma palavra: sociais) agidas e vividas no espaço e com a apropriação deste no tempo. Segundo Raffestin (1993, p. 7-8),

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Nesse sentido, a problemática social envolve a processualidade histórica do(s) poder(es) como essência do sistema territorial. O poder, conforme afirma Raffestin (1993), não é uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda relação que se apóia no espaço e no tempo; é o elemento que, ao mesmo tempo, anima o território, objetiva-o e “desagrega-o”. O poder, como relação social historicamente reproduzida, é exercido e também significa “fluidez”. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2005, p. 101).

1.2 O Território: diferentes abordagens

Como nos lembra Sposito (2005), na Geografia existem várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. O autor acima identifica três vertentes básicas que, historicamente, serviram para tratar do estudo do território, ou melhor, que serviram para interpretá-lo e cujo arcabouço teórico ainda se faz presente, em vários momentos, quando se aborda esse conceito.

São essas vertentes divididas em: a) naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; b) uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]”. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e c) quando sua utilização confunde-se com o conceito de espaço. (SPOSITO, 2005, p. 17)

A tradição naturalista de apreensão do território e da territorialidade já foi, com veemência, criticada por Raffestin (1993), pois as territorialidades derivam de um tecido social complexo e dinâmico marcado pelas relações de poder, pelas intencionalidades, pelas inter-relações, pelo jogo ideológico etc.

A segunda vertente de apreensão do território, descrita por Sposito (2005), está mais sistematicamente direcionada aos anseios cognitivos de uma Geografia com forte conotação cultural(ista). Em tal caso, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via territorialidade.

A atribuição de significados a recortes espaciais pode produzir identidades territoriais específicas, o que acresce, na questão política do território, como aponta Saquet (2003), um caráter cultural mais subjetivo e simbólico. É enfatizada, nessa ótica, sobretudo, na Geografia, a territorialidade dos indivíduos, discutida também no conceito de lugar.

No entanto, abordar o território sob uma perspectiva estanque e unidimensional, utilizando como exemplo o caso da dimensão cultural, não traz avanços. “É evidente que ainda se poderia evocar os elementos dos códigos culturais, por exemplo, mas eles também são atravessados pelo código econômico e pelo código político” (RAFFESTIN, 1993, p. 47).

O território, em nossa compreensão, precisa ser abordado em sua multidimensionalidade. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda sociedade.

Nesse sentido, temos a contribuição do geógrafo Saquet (2003), que fez um esforço significativo no sentido de construir uma argumentação teórico-metodológica que articule o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política e da cultura, representado pelo autor como EPC. O território é construído socialmente por um jogo de forças e relações que estão em unidade e conflitualidade.

Na literatura geográfica, em algumas situações, o território também tem sido, eventualmente, confundido com o conceito de espaço, conforme sinaliza Sposito (2005) quando enuncia a terceira tradição de estudo daquele. A essência desta confusão reside no fato de que muitos autores, por partirem do pressuposto de que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço, consideram-no apenas como sinônimo de chão, de propriedade, de área, de limite político-administrativo.

Porém, o território, consoante afirma Saquet (2003), é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. O sistema territorial é, portanto, segundo aponta Raffestin (1993), produto e condição socioespacial.

Espaço e território não são sinônimos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143) quando o autor afirma que: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço”.

É fundamental ressaltar que o espaço constitui, metaforicamente, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. O território é uma produção a partir do espaço. Cristaliza-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, de diferentes maneiras e intensidades, territorializam-se vivendo relações de poder.

Em seu raciocínio, Saquet (2003, p. 24) afirma que:

O território se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica,

política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

O território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflituosidade geografizada. O território é expressão do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o redefinem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças”, nas mais variadas intensidades e ritmos.

O território não é apenas chão e propriedade, é relação social. “Por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território [...]” (HEIDRICH, 2005, p. 56).

O território, de acordo com Saquet (2005, p. 144): “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global [...]; terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Retornando às abordagens do território, merecem destaque as sínteses efetivadas por Haesbaert (1997), que agrupou essas concepções em três vertentes básicas, similares às destacadas anteriormente por Sposito (2005):

a) Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizado): o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

b) Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

c) Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

Esse mesmo autor faz, ainda, alusão à vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje às ciências sociais, que se utilizam de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Há interfaces entre essas abordagens, segundo indicam Haesbaert (1997), Saquet (2004) e como estamos tentando argumentar. O território pode ter um caráter mais econômico como os dinamizados por empresários, por exemplo; mais político, como o de partidos políticos; e/ou, mais culturais, como o território de domínio da igreja católica, para

mencionarmos apenas alguns exemplos. Reflete, em última instância, toda a produção que deriva das relações entre os homens e destes com a natureza.

Os territórios são construídos socialmente pelo exercício do poder das classes que compõem a sociedade. Desse modo, podemos fazer abordagens bem diferentes da de Ratzel (1990), por exemplo, que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas e cujo método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as ciências naturais. “Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis gerais[...]” (RATZEL, 1990, p.34). Assim, Ratzel fundamenta um estudo a serviço do Estado alemão de sua época (final do século XIX), em fase de definição territorial intimamente ligado à expansão do capitalismo naquele país em formação. O território, para Ratzel, seria sinônimo de solo. Mais que isso: dimensão eminentemente política, cujo epicentro do poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania revelar-se-iam na figura do Estado-nação em sua forma plena.

Noutra compreensão, todos nós somos atores reprodutivos de relações sociais, de poder em diferentes momentos e intensidades. As relações e interesses não são isoladas, mas articulados, porque o modo capitalista de produção detém formas singulares de organização baseadas na interconexão dos fenômenos.

Se delimitarmos uma porção do espaço geográfico, poderemos perceber algumas relações políticas, econômicas e culturais que ocorrem e dão conformidade às diversas manifestações territoriais, como no caso do território do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR. Como bem ressalta Lefebvre, apud Raffestin (1993), um território é constituído quando é transformado pelas modificações feitas pelo homem convivendo em sociedade.

Assim, consoante Raffestin (1993, p. 143 - 4), “o território é um espaço; onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação”; ali se encontram relações de poder e interesses. Toda ação cristalizada no espaço demonstra, em algum nível, um território efetivado (infra-estruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações políticas etc).

O território, como aponta Raffestin (1993), é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo. Lefebvre, apud Raffestin (1993), argumenta que a produção do espaço, o território nacional, espaço físico, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam como rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-

estradas e rotas aéreas etc. são alguns dos elementos que marcam a passagem do espaço ao território. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, como já assinalamos, revela relações marcadas pelo poder.

Os projetos sociais efetivados no espaço geográfico, dotados de representação, também revelam a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993). A imagem manifestada como representação da realidade é um instrumento de poder que tem como essência uma estrutura pré-disposta a seus princípios e relações sociais de dominação.

De acordo com Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. É interessante destacar, a esse respeito, que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico.

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica social em sua complexidade. Os fatores que sustentam a formação dos sistemas de malhas, de *nós* e redes interagem no espaço e constituem, de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais (SAQUET, 2003, p. 222).

Todos nós elaboramos estratégias de produção e de vida, que se correlacionam com outras estratégias, em diferentes relações de poder, com outras pessoas e lugares. Os atores agem e interagem, conseqüentemente, objetivam relações de influência e/ou controle, afastamento e/ou proximidade e, assim, criam redes entre si. Segundo Raffestin (1993), uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. São as redes que asseguram o controle do espaço geográfico através da circulação material e de informações. Toda rede é uma imagem do poder, produto e condição das determinações históricas do desenvolvimento. As redes, em suas diversas manifestações, garantem, nessa perspectiva, ao sistema territorial, *status* de produto e meio de produção.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma tácita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas.

O poder é inevitável, afinal, se há atores que desempenham determinadas atividades e/ou funções, compreendemos que, eventualmente, existam outros atores empenhados em “orquestrar” devidamente as atividades. É o que ocorreu com o trabalho, historicamente, ou melhor, com a apropriação deste, socialmente, nos diferentes modos de produção.

Por ora, limitar-nos-emos ao fato de que, historicamente, cada modo de produção suscitou diferentes formas de produção e apropriação do espaço, isto é, configuraram-se diferentes arranjos territoriais. Como exemplo, Corrêa (1998) argumenta que, além da organização espacial capitalista, as singularidades dos modelos espaciais organizados pelas sociedades feudal e colonial estabeleceram diferentes “imagens” do território. Cada modo de produção efetiva especificidades espaciais, segundo as determinações, necessidades e interesses das classes dominantes de cada período da história. Fato é que o modo capitalista de produção assume um arranjo territorial característico, particular, já que aglutina e articula processos político-jurídicos, econômicos e culturais específicos em seus conteúdos.

Diversas produções organizam-se, no espaço, de diversos modos, em diferentes tempos e intensidades, formando as mais variadas configurações do território, que adquire, como enfatiza Raffestin (1993), propriedades de descontinuidade e heterogeneidade, sobrepondo-se ao espaço e aos outros territórios de acordo com as características de cada lugar e momento histórico.

Como existem, no mesmo espaço geográfico diversas produções cristalizadas, organizadas em arranjos territoriais próprios, distinguindo-se por diversos fatores, é necessário analisar individualmente cada arranjo territorial.

Sem jamais limitar as análises apenas à aparência, é de fundamental importância uma busca histórica para compreender a gênese dos fenômenos, dos elementos e dos fatores que condicionaram a estrutura em si. Cabe à ciência geográfica um papel muito importante no sentido de interpretar as múltiplas facetas da organização territorial.

1.3 O poder: efetivação do território

Como vimos, diversas são as definições e apreensões do(s) território(s). Fugindo a qualquer unanimidade, o conceito de território vem sendo amplamente difundido, na Geografia e em outras ciências sociais, em suas diversas perspectivas analíticas.

Dentre as distintas definições de território descritas anteriormente, as mais difundidas, e que caracterizam a gênese do conceito, são aquelas que enfatizam a sua vinculação com as relações de poder, predominando sua dimensão mais política.

Nossa intenção, nesta altura do texto, é a de construirmos algumas argumentações sobre a correlação entre o conceito de território e a noção de poder. Para tanto, mais uma vez vale a pena dizer que adotamos uma perspectiva relacional do território e do poder, tendo como referência Raffestin (1993) e idéias formuladas por M. Foucault, sistematizadas na obra de Maia (1995).

De início, Russell (1990, p. 29) apresenta-nos uma idéia bastante ampla sobre a qualidade do poder quando afirma que “o poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos”. Por seu turno, Raffestin (1993, p. 51) alerta-nos que “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”.

A questão do poder foi tema abordado por F. Ratzel na tradição geográfica de estudo do território – uma referência obrigatória para a Geografia Política – no final do século XIX, em suas obras “Antropogeografia” (1882) e “Geografia Política” (1897).

Para Ratzel, o questão do poder, inerente ao sistema territorial, está intimamente vinculada ao aparelho estatal. Por um lado, nota-se a estreiteza da noção de poder em suas concepções de geografia política⁴, por outro, esse pensador dá uma grande contribuição, quando defende a idéia de que o território (e o poder) é (são) imprescindíveis para alcançar objetivos políticos desejados. Para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário, a seu ver, existir um território, com determinado tipo de solo e clima.

Aqui temos uma definição de território como “solo”, cujo poder resume-se na soberania do Estado-Nação. Para Ratzel, assim comenta Raffestin (1993), tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele. O poder emergiria, nessa ótica, de um ponto “fixo” e se materializaria nas determinações do Estado na gestão do território. É o território área, território propriedade, que

⁴ O enfoque unidimensional do poder como monopólio estatal, presentes na literatura da Geografia Política Clássica – uma visão política e paradigmática do poder advinda do Direito – dificulta a possibilidade da análise relacional do poder.

selaria uma tradição de sua caracterização na Geografia Política: sua visão, embora superada, naquele contexto histórico do território alemão era compreensível, pois o Estado era o único agente capaz de promover a gestão do território naquelas circunstâncias, dada a inexpressiva atuação privada em um país recém-unificado politicamente.

Numa perspectiva relacional do território, o poder, tramitando por uma vertente foucaultiana, jamais pode ser restringido a uma forma única e acabada. É esta a crítica de Foucault em suas análises sobre o poder: a aversão de uma analítica do poder que tome o direito como modelo. Dessa forma, como aponta Maia (1995, p. 86): “procura-se fugir de uma tradição onde se utiliza o modelo formal e centralizador do Direito como parâmetro à compreensão das relações de poder, modelo este que tem se revelado insuficiente para dar conta da incessante, fluida e matizada movimentação das relações políticas e de poder”.

Como assinala Maia, referenciado em Foucault “[...] o poder é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações [...]” (MAIA, 1995, p. 85). Como oportunamente lembra H. Lefebvre, apud Raffestin (1993, p. 1), é “preciso dissipar a freqüente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”.

O poder, para Foucault, deve ser analisado não em termos de propriedade, mas em termos de estratégia. “Isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social” (MAIA, 1995, p. 87). O papel do Estado, numa perspectiva relacional, tem que ser redimensionado, frente a todo exclusivismo exacerbado outrora outorgado na tradição da Geografia Política clássica do estudo do território.

Obviamente, o Estado ainda é um elemento muito importante para se compreender o território, principalmente porque, no modo capitalista de produção, o Estado atua como agente organizador da economia, embora seja legitimando e objetivando as ações e determinações do capital, proporcionando condições, em forma de subsídios, para uma precisa difusão do capital, que mobiliza todo um aparato jurídico, político e ideológico, materializado na forma de empréstimos e financiamentos, incentivos econômicos, difusão de informações o que demonstra alguns dos vários exemplos do pacto estatal com os agentes do capital.

Além do mais: “[...] o Estado, enquanto forma de controle do homem sobre as coisas e não sobre outros homens, subsistirá inclusive na sociedade muito mais desenvolvida do futuro” (SCHAFF, 1990, p. 34).

Mesmo tendo em vista que, adentro no sistema produtor de mercadorias, o Estado acaba por canalizar boa parte dos focos de poder, redimensionando-o e, mesmo, maquiando-o, precisamos lembrar que, como assinala Maia (1995):

[...] as relações de poder se dão num campo aberto de possibilidades onde, embora constata-se o fato de encontrar-se todo o tecido social imerso em uma ampla rede de relações de poder, não temos como corolário a existência de um poder onipresente, esquadrinhando todos os recantos da vida em sociedade levando a uma situação na qual não haveria espaço a resistência e alternativas de transformação (p. 90).

Não somos totalmente aprisionados pelo poder, como assinala Maia (1995, p. 91), pois “[...] a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante [...]”. Acrescenta esse autor, fundamentado em preceitos da analítica de Foucault, que: “[...] há, nas relações de poder, um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário dessa idéia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade” (MAIA, 1995, p. 89).

O exercício do poder pressupõe a afirmação da idéia de existência de indivíduos livres socialmente. No capitalismo, como em qualquer organização que se fundamente nos princípios inerentes à propriedade privada, em consequência lógica, os sujeitos encontram-se em uma liberdade alienada - requisito essencial para atuarem, com seu trabalho, de maneira determinada no complexo jogo de reprodução da vida em sociedade.

Numa tentativa de precisar o poder, Foucault fez uma série de proposições que, segundo discorre Raffestin (1993, p. 53), elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam à natureza do poder: a) o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; b) as relações de poder também ocorrem em outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.); c) o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; d) as relações de poder são, concomitantemente, intencionais; e, e) onde há poder há resistência, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Como percebemos, nas proposições de Foucault sistematizadas por Raffestin (1993), com respeito à questão da essência do poder, este pode originar-se e adquirir propriedades incontáveis, pois sua natureza provém de uma “ordem” também inesgotável em termos de potencialidade. A saber, a sociabilidade humana. Assim, toda “[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A

intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Em sua obra “O poder: uma análise social”, Bertrand Russell (1990, p. 13) fundamentado em outra concepção de poder, chega a afirmar que “as leis da dinâmica social são leis que só podem ser formuladas em termos de poder, não em termos desta ou daquela forma de poder”. E acrescenta: “só percebendo que o amor ao poder é a causa das actividades que são importantes nos assuntos sociais é que a história, quer a antiga ou a moderna, pode ser interpretada corretamente” (RUSSELL, 1990, p. 13).

Russell (1990, p. 14) compara o poder à energia quando afirma que ele “deve ser encarado como estando continuamente a passar de uma das suas formas a qualquer das outras, e deveria ser o trabalho da ciência social procurar as leis de tais transformações”.

O importante é atentarmos para a circunstância de que, sendo inerente a qualquer relação, torna-se desnecessário distinguir um poder político, de um econômico ou cultural etc. Relação social, em qualquer dimensão (política, econômica e cultural), significa poder em vias de territorialização, ou seja, territorialidade – conceito que exprime as múltiplas formas de viver no território.

O território, seja em suas dimensões mais objetivas (política e econômica), seja em sua dimensão cultural mais subjetiva é, sem dúvida, produto do trabalho humano. Trata-se do território apreendido em termos de poder, de apropriação e de dominação. “As organizações podem, em seguida, controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação. Portanto, a partir daí, podem reparti-los, distribuí-los, fazê-los circular, aplicá-los em pontos precisos para obter um outro resultado” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

É importante destacar, ainda, que há uma multidimensionalidade do poder na territorialidade, na qual as projeções e possibilidades dos poderes, como fluidez, são variadas. A territorialidade é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Justamente por consistir em relação, o poder configura-se no formato de rede, ou melhor, em sistema de redes em amálgama, no qual territórios heterogêneos entrecruzam-se constantemente com suas propriedades de descontinuidade e de sobreposição.

Eis a razão por que a apreensão do sistema territorial precisa estar embasada na noção de rede. Rede esta, como aponta Maia (1995), que permeia todo o tecido social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária etc.) que se apóiam uns nos outros. Outro componente fundamental do território é a identidade de cada grupo social.

1.4 Território e identidade

Como já enfatizado, o território é uma expressão do espaço produzido/consumido. Por isso, indissociavelmente, suas dimensões são: economia, política, cultura e natureza. Dimensões que redefinem o complexo jogo relacional da sociedade no território.

Como em qualquer relação, o poder é constante. Em graus variados, os poderes coexistem no tempo e no espaço manifestando as contradições e as múltiplas formas de vivência (territorialidades) e interações no território.

A territorialidade, ou seja, o viver e o acontecer cotidiano no território, representa os mandos inerentes ao próprio território e sua dinâmica relacional. Edificações, pavimentações, leis, fronteiras, economia, mercadoria, ideologia, política, identidade, linguagem, propriedade, entre outros, são exemplos de elementos do território, produzidos por intermédio da territorialidade cotidiana. A territorialidade corresponde às múltiplas formas de vivência no território como expressão do jogo relacional do(s) poder(es), da sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Os códigos simbólicos do território (símbolos, identidade, representação, aspirações etc.) igualmente são elementos constitutivos da sociedade, logo, imaterialidade e condicionante do poder e da territorialidade. Os códigos de identidade, intrínsecos aos patrimônios culturais, são reproduzidos no território, no qual há diferentes ritmos e lógicas: consubstanciam-se poderes e formas de organização territoriais. Diferentes grupos sociais em distintos períodos históricos podem ter diferentes identidades bem como estas podem ser reproduzidas historicamente, como ocorre com aspectos do campesinato instalado no Sul do Brasil durante o século XIX. Diferentes grupos de italianos, alemães e poloneses dão continuidade a certas características da vida que tinham em seus países de origem, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, como demonstraremos no capítulo 4.

Nessa perspectiva, num território, as centralidades culturais do passado chocam-se com os códigos culturais difundidos no presente em sentido de contradição e/ou complementaridade: o território é esse amálgama de mudanças e permanências.

O movimento de desterritorialização implica ao sujeito social o afastamento físico de seu espaço de relações. Produto das contradições, pode processar-se lenta ou abruptamente, gerando a reterritorialização, por exemplo, através de CTGs, festas tradicionalistas, religiões, valores morais, técnicas produtivas, linguagens, vestimentas etc.

A desterritorialidade implica o desvencilhamento de certas relações simbólicas e identitárias (culturais) que os sujeitos mantêm com determinado território. No entanto, esses elementos, códigos culturais, podem permanecer ativos durante muito tempo, mesmo sem uma relação direta com o território que, no passado, os produziu. Por sua propriedade de permanência, os códigos simbólicos não se aniquilam em processos “imediatos” em que se consubstanciam as contradições da desterritorialização. São mais complexos.

Em territórios e ritmos atuais, a desterritorialização, a reterritorialização e a dinâmica das redes (de migração) remetem-nos à possibilidade de permanências de elementos que já constituíram outros territórios, em outra temporalidade. Em Francisco Beltrão/PR, no que tange à difusão da prática artesanal da produção de alimentos, a reprodução do legado cultural através do tradicional conhecimento produtivo agroartesanal é traço muito evidente de certa identidade construída historicamente.

O legado cultural, artesanal, derivado das territorialidades de italianos, alemães e poloneses em suas práticas de vida, constitui a essência dos códigos simbólicos da reterritorialização dos imigrantes no Sul do Brasil, sendo, posteriormente, reproduzido por seus descendentes como permanências de uma identidade, ou seja, de um passado “presente”.

A reprodução, no Sudoeste paranaense, do saber-fazer produtivo, artesanal e familiar denota um aspecto de reterritorialização associada ao patrimônio simbólico dos *gaúchos* e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, sobretudo.

Através das redes de migração, no processo *des-re-territorialização*, a afirmação da reprodução de atividades não tipicamente capitalistas e de identidades ligadas a pressupostos culturais artesanais e familiares foi muito importante na formação territorial do Sudoeste paranaense a partir da colonização efetiva (pós – 1940).

As redes, o território, a territorialidade e suas representações sociais configuram-se como um misto de relações: de sujeição e dominação, de realizações, de subserviência etc. O trabalho, desenvolvido por atores sintagmáticos, circunscreve-se como elemento central na análise territorial. Território, porém, não é sinônimo de liberdade; é realização para uns, e para outros, desencanto social. O território, as redes, a identidade, o trabalho e o poder são elementos indissociáveis e a geografia precisa buscar elaborar uma linguagem consistente que vislumbre suas estruturas históricas, para, somente assim, compreender o devir do(s) território(s) em sua multidimensionalidade vivida e agida.

1.5 O território e a questão agrária

Na produção teórica concernente à(s) questão (ões) agrária(s), a retórica das múltiplas facetas do avanço capitalista no campo sempre alcançou lugar de destaque; abordagens fundamentadas no efeito desagregador de relações tradicionais dada a ênfase atribuída à imperiosidade sistêmica do capital no âmago das relações sociais de produção na atualidade produziram uma visão homogênea do desenvolvimento centrada nas particularidades do modo de produção capitalista e na não conflitualidade no território. O território, pelo contrário, é multidimensionalidade, heterogeneidade, conflitualidade sociais.

Na produção artesanal e familiar, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança fomentando redefinições na orientação das unidades produtivas rurais, nota-se uma reafirmação de elementos de territorialidades antigas, tradicionais, camponesas, estas resignificadas na conflitualidade imanente aos dilemas do novo agrário.

Desse modo, temos de um lado situações estimulantes para a revivência de padrões “tradicionais”, costumeiros e antigos, de utilização da terra, da força de trabalho e do equipamento rústico, nas quais a modernização conforme a concepção urbana, pode ocorrer em condições artificiais e não se ligar a processos sociais de reformulação da atividade econômica (MARTINS, 1975, p. 40).

O “novo” do capitalismo agrário, para a produção artesanal e familiar, significa as diferentes estratégias que os atores têm que desenvolver para se autoafirmarem como sujeitos sociais no território. Nessas circunstâncias, a conjugação de diferentes relações no território associam os velhos e os novos conteúdos na atual dinâmica da questão agrária. Em algumas unidades familiares, a produção mercantil, o incremento técnico, a utilização do trabalho da família e de vizinhos, o agroartesanato e a policultura de subsistência mesclam-se e apresentam-se como possibilidades de resistência e de manutenção de uma prática de vida específica como verificaremos no capítulo 4. Relações novas e mais tradicionais realizam-se no território da produção familiar, porém, a reprodução familiar é o anseio e também o que enseja essas dinâmicas.

Na lógica de organização territorial desses produtores familiares, a resistência cristaliza-se na inserção mercantil. Produz-se soja e aves consoante ao paradigma do agronegócio; efetiva-se melhoramentos técnicos na unidade produtiva buscando dar continuidade à condição de vida em que se apresentam. Não há, com isso, acúmulo de capital pelos produtores ao adotar tais mecanismos. O que existe é um acirramento da conflitualidade

entre a lógica organizacional do território da produção familiar e do agronegócio capitalista. O desenvolvimento capitalista acarreta um nível mais intenso de exploração desses produtores familiares que, para permanecerem como produtores proprietários, necessitam de melhores estratégias e de mais energia da família. Vejamos o que Ademar Crestani, dono de uma agroindústria artesanal de leite pasteurizado, ressalta em entrevista realizada em 2006:

Eu sempre falo assim: a fatia maior do bolo fica na mão do grande. Se for analisar, todos os pequenos produtores que trabalham são praticamente terceirizados por essas empresas grandes, que visam praticamente ganhar em cima disso: mão-de-obra. Porque a mão-de-obra, aí, não precisa pagar muito; nem décimo terceiro salário, nem nada. Eles tem o peão deles, é fixo deles, mas eles não têm compromisso nenhum com esse pessoal, né. Então as grandes empresas trabalham basicamente em cima disso.

Por sua vivência e experiência, o produtor familiar adquiriu um nível de conhecimento considerável sobre a situação do segmento a que pertence. Crestani compara os produtores familiares a trabalhadores assalariados, dado o nível de exploração que o agronegócio empreende, fornecendo, em troca, um mínimo de recursos unicamente para a satisfação das necessidades desses produtores.

Em contraposição, quanto mais o capitalismo avança no espaço rural, o trabalho agrícola torna-se mais intenso; para os produtores rurais familiares, em circunstâncias conflituosas, o trabalho não representa sorte, mas empobrecimento.

O artesanal consolida-se, na atualidade, como uma *velha* forma carregada de novo sentido: é “o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles” (VERGOPOULOS, 1986, p. 47). É por isso que a produção artesanal e familiar está distante da profecia que propagou seu desaparecimento: isso se deve por sua lógica existencial estar pautada na subsistência, no que Tavares dos Santos (1978) designou por *ciclo de reprodução da família*. O campesinato, sua capacidade de autoexploração e sua lógica de subsistência asseguram uma oferta de produtos a baixos custos, sendo competitivos mesmo em territórios com técnicas sofisticadas.

Em se tratando do agroartesanato, a baixa composição orgânica dessas unidades, devido à permanência de elementos tradicionais de produção nos códigos de territorialidade das famílias, mostrou-se capaz de inserir-se no campo de força das relações mercantis locais. Especialmente porque os alimentos produzidos pelo agroartesanato são diferenciados, não concorrendo diretamente com os produtos das grandes agroindústrias. Observemos o depoimento de Arthur Ferrari sobre a orientação produtiva de sua unidade:

Faço só embutido. Tem que fazer o que dá dinheiro. Não adianta fazer bacon, salame defumado, não adianta fazer isso, fazer aquilo. Você leva uma ponta de peito coloca no mercado, o cara vai lá, leva 200 gramas, dali a pouco fica embolorado, tem que trocar. Tem que trabalhar em cima daquilo que você ganha dinheiro. Deixa o bacon pra Sadia fazer assim os pedacinhos de 200 gramas, 100 gramas, embalado a vácuo, certinho.

Arthur Ferrari, produtor absenteísta, tem uma unidade com um nível de inserção mercantil mais acentuado, trabalha com sua família na unidade e possui mais quatro funcionários fixos, com carteira assinada, no processo produtivo. Primou pela especialização produtiva do salame como diferencial produtivo, vende o salame por nove reais ao quilo, enquanto o salame Italiano produzido pela Sadia, por exemplo, custa em média quatorze reais em Francisco Beltrão/PR.

Como veremos no capítulo 4, a boa qualidade do produto, ressaltada pelos produtores, a oferta de produtos diferenciados (como geléias, pães, copa suína, dificilmente produzidos pelas grandes unidades) faz com que haja em Francisco Beltrão uma disputa e também uma sobreposição de territórios. A grande e a artesanal produção conflituam-se e complementam-se na dinâmica do território local.

As estratégias no território e pelo território são múltiplas. Os produtores artesanais caracterizam-se sobretudo por produzirem territórios de resistência contra as estreitezas e exclusão do modo capitalista de produção. A agroindústria artesanal é um trunfo territorial dos produtores familiares.

As novas técnicas, mais aprimoradas, necessárias à produção e que são exigidas pela economia mercantil, eleva, assim, os custos de produção; faz com que grande parte da renda fundiária familiar seja socialmente canalizada para o comércio, para o segmento industrial e financeiro: o capital é esse “[...] trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (MARX, 2002, p. 271).

Em situação debilitada, o campesinato insere-se no mercado capitalista, baseado num intercâmbio desigual de trocas, configurando-se o próprio parâmetro de sua reprodução simples. Isso se deve ao fato de o valor cristalizado em sua mercadoria ser superior ao seu preço pago pelo mercado, consoante demonstra Santos (1978), ao analisar os *colonos do vinho*.

O conflito entre o campesinato e o agronegócio desenvolve-se com veemência e constância. O enfrentamento depende do poder de resistência e esta dos atributos do território camponês.

Conforme Fernandes (2007), a questão agrária é resultante dos aspectos estruturais do modo capitalista de produção.

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente.

O autor destaca ainda que, por ser estrutural, a questão agrária é insolúvel sob a ótica do modo capitalista de produção. Em consequência, o desequilíbrio de forças nutre de conflitualidade a relação territorial entre a produção agrária capitalista e não-capitalista. A análise da questão agrária com vistas à conflitualidade presente na produção no(s) território(s) circunscreve-se ao que Fernandes (2007) denomina Paradigma da Questão Agrária (PQA). O conjunto de autores que pertencem ao PQA reconhecem a insustentabilidade do modo de produção capitalista em promover o desenvolvimento democrático dos diferentes territórios (camponês e do agronegócio); a análise situa-se na conflitualidade de classes e nos espaços de enfrentamento (econômico, político, ideológico etc.). Lênin e Kautsky, conforme aponta Fernandes, foram os pioneiros do PQA.

De outro lado, um conjunto de diferentes autores adotam uma posição paradigmática dessemelhante ao analisarem a questão agrária: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). A análise é deslocada da estrutura para o indivíduo, e a noção de conflitualidade de classes perde forças ao se examinar a questão agrária. A tendência a homogeneidade das relações sociais e o papel do mercado na definição dessas relações e do território são enaltecidos.

A adjetivação “produtor familiar” foi amplamente utilizada pelo PCA para designar a progressiva transformação do sujeito social camponês em produtor mercantil capitalista. Como menciona Fernandes (2007),

[...] não é a participação do camponês no mercado capitalista que o torna capitalista. Como também não o uso de novas tecnologias ou a venda para a indústria que o torna capitalista. É a mudança de uma relação social organizada no trabalho familiar para uma relação social organizada na contratação do trabalho assalariado [...].

Reconhecemos o camponês também como produtor familiar, pois o campesinato trabalha com a família. Em nossas análises, queremos enfatizar que, hoje, as estratégias territoriais de mercado são essenciais no enfrentamento das famílias produtoras. Contudo, os espaços políticos, o reconhecimento e discussão dos paradigmas são igualmente importantes meios de cristalização de um tipo de relação social tradicional e não-capitalista.

2. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE PARANAENSE: A MARCA HISTÓRICA DE UMA FORMAÇÃO TERRITORIAL

A *mesorregião* em que está circunscrito o nosso recorte espacial de análise tem a especificidade imanente de ser a última área de expansão da *fronteira agrícola* do estado do Paraná. Uma *região* praticamente inóspita antes de 1940 ou, no dizer de Wachowicz (1985), um *vazio demográfico*. O mesmo autor afirma que, no início do século XX, existiam, no Sudoeste paranaense, desde Mariópolis até a fronteira com a república da Argentina, cerca de 3.000 habitantes.

Palmas, ocupada com a pecuária extensiva, era o lugar mais desenvolvido e de ocupação mais antiga. Regionalmente, nas demais localidades, havia uma economia *cabocla* mesclando agricultura incipiente com práticas primitivas de caça, pesca e coleta. Em virtude do pequeno fluxo existente de capitais, em meio a uma floresta densa de araucária, quase intransponível frente ao patrimônio técnico existente, a circulação de produtos ficou comprometida durante a primeira fase de ocupação.

Nessa primeira fase de ocupação (*cabocla* – até 1940), além das práticas agrícolas primitivas territorializadas pelos caboclos, mescladas com atividades também primitivas de caça, pesca e coleta, ainda se desenvolveram, no Sudoeste paranaense, outras atividades produtivas como coleta de erva-mate, extração de madeira – destacando-se, em ambas as atividades, o contrabando por parte de argentinos e paraguaios – e a criação de suínos soltos na mata, realizada pelos chamados *safristas*. Esses diferentes conjuntos de relações expressavam as principais atividades produtivas territorializadas no Sudoeste nos primórdios de sua ocupação.

Esse panorama pouco se alterou até os anos de 1940. Momento em que os caboclos viram suas territorialidades paulatinamente serem sufocadas pela territorialização da *frente colonial* eurobrasileira. Trata-se do processo posterior de ocupação⁵ a que chamaremos

⁵ Partimos do pressuposto de que já havia sido ocupado o Sudoeste paranaense antes da chegada do migrante eurobrasileiro. As características arcaicas em que se efetivou a ocupação e se sustentou a territorialidade

de *colonização* efetiva do Sudoeste paranaense, conduzido pelo Estado a partir da década de 1940: contexto que tentaremos detalhar, pois aí se encontra a gênese do saber fazer produtivo agroindustrial, artesanal e familiar.

A territorialização dos migrantes, sobretudo *gaúchos* e catarinenses (eurobrasileiros), no Sudoeste do Paraná, reproduzindo práticas e conhecimentos específicos inerentes aos seus patrimônios culturais, é processo e repercussão da mobilidade populacional ocorrida no Sul do Brasil no início do século XX.

Para compreendermos a formação territorial do Sudoeste paranaense, temos que recorrer ao movimento mais geral de produção do capital, cuja desterritorialização e reterritorialização são traços evidentes. Uma multiplicidade de elementos nos auxiliam a pensar esse processo desigual e contraditório de uma maneira mais ampla, conforme evidenciam Feres (s/d), Wachowicz (1985), Saquet (2005) e Lazier (1997).

O vantajoso comércio (clandestino) da madeira e da erva-mate, realizado no Sudoeste, teve como agravante a exploração ilegal desses recursos por parte de argentinos e paraguaios. Uma *região* praticamente desocupada até então poderia, facilmente, ser alvo de especulações estrangeiras ilegais. Isso, levado às últimas conseqüências, como “terra de ninguém”, levantava a hipótese de que pudesse ser contestada a posse brasileira desse território pelos argentinos como já ocorrera no episódio do Contestado (1912 – 1916).

Concomitantemente, a situação das terras no Rio Grande do Sul e Santa Catarina eram preocupantes. Aos *gaúchos* afligia-lhes, em algumas regiões, o espectro do fracionamento excessivo da propriedade agrícola, através do crescimento vegetativo da população inerente à reterritorialização de imigrantes europeus, notadamente italianos, alemães e poloneses durante o final do século XIX e início do século XX.

Os catarinenses, por sua vez, buscavam livrar-se da precariedade em que se encontravam as terras de muitas regiões de Santa Catarina, tornadas inférteis por técnicas agrícolas primitivas que saturaram a possibilidade de “renovação” desse recurso natural. Tivemos a possibilidade de constatar esses fatos em entrevistas com *colonos* sudoestinos, alguns pioneiros, fixados na *região* nas décadas de 1940 e 1950.

Todo esse caldo de contradições fez com que a desterritorialização se processasse com intensidade nesses lugares. No caso do Sudoeste, como aponta Feres (s/d), Getúlio Vargas tinha muitos motivos para estimular o processo de abertura da *fronteira*:

cabocla no Sudoeste denotam um momento histórico particular. O processo de colonização efetiva retrata para nós o momento da vinda do migrante, principalmente gaúcho e catarinense, ao Sudoeste paranaense, prática alicerçada por intermédio da intervenção estatal através da CANGO.

[...] a necessidade de resolver o **problema de escassez de terras** e de emprego rural em seu próprio estado de origem, o Rio Grande do Sul; a necessidade de dar forma à ideologia propagada pelo **Estado Novo**, através do programa Marcha para o Oeste, centrado na necessidade de fixação do homem à terra, pela criação de novas oportunidades de emprego rural nas áreas despovoadas do país; e a necessidade de cumprir o objetivo geopolítico, inspirado na Lei de **Segurança Nacional**, de ocupação da faixa de fronteira por um campesinato próspero, socialmente calmo e politicamente conservador, como tampão às infiltrações de contrabandistas argentinos e paraguaios na área (p. 498 – grifo nosso).

O Sudoeste do Paraná, de maneira efetiva, começou a ser colonizado a partir do início da década de 1940, majoritariamente, por agricultores e pequenos comerciantes desterritorializados, principalmente, dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como já citamos.

Em 1943, para atender à eminente demanda social oriunda das contradições emergentes, o então governo federal de Getúlio Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Nessa década, estabelecem-se, no Sudoeste do Paraná, como aponta Feres (s/d), práticas migratórias de ocupação efetiva da fronteira e de facilitação de investimentos privados sob a forma de doações de terras desocupadas, mediante vendas simbólicas.

No intuito de demonstrarmos tal fenômeno, valemo-nos de Wachowicz (1985) que revela indícios da intensidade com que foi ocupado o Sudoeste paranaense através da intervenção estatal. Segundo o autor, o número de famílias cadastradas pela CANGO, em apenas uma década – entre 1947 e 1956 – aumentou mais de cinco vezes, ou seja, de 467 famílias cadastradas em 1946, passam para 2.725 em 1956, conforme podemos notar no quadro a seguir.

Quadro II – Número de famílias cadastradas na CANGO entre 1947 e 1956

População cadastrada pela CANGO	
Ano	Nº de famílias
1947	467
1948	887
1949	1.068
1950	1.440
1956	2.725

Fonte: Wachowicz, 1985.

O fluxo de *colonos* propiciou um grande impulso para o surgimento de pequenas cidades e de novas *comunidades* rurais, atraindo grande quantidade de bodegueiros, comerciantes atacadistas-expeditores e caminhoneiros, que dinamizaram o fluxo de mercadorias regionalmente. Entretanto, a economia, baseada na relação bilateral produtor-bodegueiro, ainda era modesta em relação às demais *regiões* do Estado do Paraná. Em 1950, como aponta Alves et al (2004): “a maior parte do Sudoeste paranaense estava ocupada (pela frente colonial) e havia uma rede viária estabelecida integrando-o internamente e permitindo que novos capitais passassem a migrar entre os diferentes territórios [...]” (p. 151).

Ainda assim, a economia do Sudoeste paranaense, até 1960, praticamente, dependia da policultura de subsistência e, de maneira menos intensa, da extração de madeira, da erva-mate e da criação de animais (galinhas, porcos, bovinos etc.), efetuada, em geral, em pequenas propriedades rurais e com base no trabalho familiar (ALVES et al, 2004).

No Sudoeste do Paraná, de forma sucinta, a pequena propriedade esteve na base da estrutura fundiária adotada através da CANGO, reproduzindo as mesmas bases territoriais estabelecidas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina anteriormente, como mostramos no capítulo 3.

Mesmo com o passar das décadas, a estrutura fundiária minifundista predomina⁶. E é uma característica particular em face de outras regiões do próprio estado do Paraná. Derivam dessa estrutura fundamentada em pequenos estratos de área, associados a outros fatores de ordem econômica e cultural elementos importantes para compreendermos a razão pela qual se difundiu a produção artesanal de alimentos, conforme veremos adiante.

Na formação territorial sudoestina, na década de 1960, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) exerceu um papel primordial após a conhecida Revolta dos Colonos de 1957, no sentido de regularizar a questão jurídica referente à posse das terras e para atender a demanda pelo crédito agrícola, importante elemento do processo de modernização da agricultura.

Esse momento, como revela Sposito (2005): “[...] vai demarcar, efetivamente, a estruturação do território por meio da posse da terra, o que leva a uma divisão de propriedades e à criação de descontinuidades antes não existentes” (p. 29).

Resumindo, podemos afirmar que “[...] a configuração fundiária do Sudoeste do Paraná baseou-se na *eliminação* da forma específica de ocupação efetivada pelos caboclos e na colonização por migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa

⁶ Ver tabela I, p.6.

Catarina, no período posterior a 1940, e especialmente, após a denominada Revolta de 1957” (ABRAMOVAY, 1981, p. 91).

Em outras palavras, podemos afirmar que a efervescente territorialidade dos migrantes suplantou a territorialidade cabocla, produzindo territórios e imprimindo-lhes características e ritmos específicos. A propriedade privada fez com que a terra permutasse do mero valor de uso para valor de troca. No plano de ação da CANGO ainda constava a implementação de infra-estruturas como estradas, escolas, hospitais etc., fazendo com que se intensificasse a circulação de mercadorias regionalmente.

Doravante, a reterritorialização da *frente colonial* gaúcha e catarinense, no Sudoeste do Paraná, impôs novos ritmos à produção agrária local, favorecendo a ampliação do mercado local e, assim, a expansão do capitalismo como modo produtivo e como sistema de relações.

No Sudoeste do Paraná, de maneira notória, podemos identificar o papel dos múltiplos agentes que atuaram na produção desse território. Afinal, do Estado ao indivíduo, somos todos agentes reprodutores de relações sociais e, assim, de poder e territórios, pois “um território é a manifestação concreta e abstrata da produção e da apropriação do espaço geográfico por atores *sintagmáticos*” (Raffestin, 1993, p. 143).

Mais do que isso, novamente frisamos a relevância que assume – para uma análise científica – a historicidade dos processos geográficos na busca pela compreensão da complexa multidimensionalidade territorial de cada momento, o que nos leva a corroborar Saquet (2003) ao afirmar que:

[...] é necessário buscar no passado, também, a compreensão do território atual; é preciso apreender suas diferentes determinações, seu processo de apropriação e construção; o passado é um suporte significativo para se compreender as singularidades dos lugares [...] (p. 20).

2.1 – A reterritorialização dos migrantes eurobrasileiros no Sudoeste paranaense

Com relação à história da colonização do Sudoeste do Paraná, há um aspecto que se destaca: a origem locacional e a composição étnico-cultural da população reterritorializada, pois, na formação histórica do território, a cultura exerceu uma centralidade importante, notoriamente no que tange à reprodução e difusão de um conhecimento *agroartesanal* – um

saber fazer produtivo desterritorializado e que tem seu epicentro histórico em países como a Itália e a Alemanha.



Foto 1: Moradia da família Macari, localizada na Sessão São Miguel, Francisco Beltrão/PR. A arquitetura da residência foi influenciada culturalmente por seus antepassados italianos.

Fonte: trabalho de campo, 2006.

Ruy Wachowicz (1985), em trabalho exaustivo de garimpagem dos registros de casamento em fontes cartorárias, mapeou a origem da população que se fixou no Sudoeste paranaense. Segundo o autor, em seu recorte temporal de estudo, entre 1900 e 1975, registrou-se a presença de 97.786 cônjuges, dos quais, 30.651 eram paranaenses (31,4%), 24.283 eram catarinenses (24,8%) e 41.907 *gaúchos*, correspondendo a 42,9% do total.

A procedência de outros estados e países é ínfima frente ao universo pesquisado: estrangeiros (0,15%), São Paulo (0,19%), Minas Gerais (0,11%) e Bahia (0,03%). Wachowicz (1985) destaca também que os cônjuges paranaenses registrados, em sua maior parte, já residiam no Sudoeste antes de optarem pela instituição do matrimônio: “[...] o que vem a demonstrar que a colonização da região não atraiu populações significativas de outros municípios do próprio estado” (p. 303).

A região norte do Rio Grande do Sul e a central de Santa Catarina foram os principais locais de onde migraram para o Sudoeste, dadas as circunstâncias históricas em que se alimentaram as contradições sociais, como já apontamos anteriormente.

Os migrantes *gaúchos* e catarinenses, por seu turno, constituíam-se majoritariamente como descendentes de pais, avós... que já haviam, no século XIX, sofrido processos de desterritorialização em alguns países da Europa, principalmente na Itália, Alemanha e Polônia, e que, em momento posterior, por força das determinações sociais,

implícitas na reprodução ampliada do sistema, reterritorializaram-se no Centro-Sul do Brasil, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A desterritorialização italiana para o Brasil, por exemplo, para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, concomitantemente, para São Paulo – sob determinações sociais diferentes, foi um processo resultante, segundo Saquet (2003), do movimento de expansão do capitalismo que:

[...] expropriou para apropriar no Brasil e em outros lugares; expropriou para ter força de trabalho à disposição dos industriais emergentes e dos latifundiários. A mudança de uma formação socioeconômica feudal para o modo de produção predominantemente capitalista produziu novas formas de propriedade, de apropriação e de produção do espaço e do território na Itália [...] Deste modo, o capital expande seus tentáculos lentamente no espaço agrário italiano, envolvendo milhares de longínquos produtores agrícolas e artesanais (p.57-8).

O apreço pela imigração de italianos não foi obra do acaso. Tanto o Estado brasileiro como o italiano atuaram no sentido de promover o aparato técnico-ideológico (corporificado nas agências de emigração) para o deslocamento dessas pessoas. Desse modo: “[...] os processos de des-territorialização e re-territorialização italiana são produtos das necessidades das classes hegemônicas e dos Estados italiano e brasileiro, no movimento de expansão do capitalismo no nível internacional” (SAQUET, 2003, p. 68)⁷.

Como enfatiza o mesmo autor, a colonização italiana no extremo Sul do Brasil foi promovida com um conteúdo complementar, porque se necessitava satisfazer as cobranças externas sobre a situação dos imigrantes no Brasil e produzir alimentos para o mercado interno. O capital apropria para explorar, promovendo um movimento constante erigido com base na *des-re-territorialização* da força de trabalho.

Para Saquet (2003), o movimento de formação de uma economia de mercado, na Itália, levou à mobilidade territorial da força de trabalho no final do século XIX: “emigraram camponeses pobres, sem capital familiar para melhorar a produção e camponeses expropriados [...]” (p. 62).

Porém, se, por um lado, a permanência da produção familiar com técnicas rudimentares agravou a situação de vida dos camponeses, por outro, a lenta introdução de algumas técnicas em algumas unidades produtivas liberou força de trabalho. Emigraram porque eram pobres, com uma economia familiar *estacionária* e porque houve a introdução de novas técnicas e

⁷ Saquet (2003) realizou consistente estudo sobre a colonização italiana. O autor, utilizando argumentação teórico-metodológico calcada no conceito de território, oferece possibilidades de entendermos o movimento de des-re-territorialização italiana no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, ao focar os aspectos econômicos, políticos e culturais do movimento.

tecnologias em produções que absorviam, até então, parte do excedente de força de trabalho da família agricultora (p. 70).

O autor argumenta que, em suas territorialidades cotidianas, os italianos eram apegados a valores ligados à permanência, à estabilidade, aos costumes, à obediência. Toda essa estrutura era alicerçada numa base fundamentalmente patriarcal, culturalmente envolvida num tradicionalismo conservador.

As atividades artesanais eram comuns entre os agricultores italianos que, segundo afirma Saquet (2003), “residiam no espaço agrário, ocupando pequenos ou pequeníssimos pedaços de chão”. Com técnicas artesanais, essas atividades cumpriam o papel de subsistência da família. As atividades artesanais urbanas também denotavam características culturais dos imigrantes italianos, profissões como de ferreiro, oleiro, carpinteiro, alfaiate etc. eram comuns e foram efetivadas nas áreas de imigração italiana no Brasil.

A reterritorialização, como expressão econômica, política e cultural da desterritorialização, marcou o enraizamento de italianos no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Reterritorialização que significa afirmação em um determinado lugar do patrimônio cultural de um povo desterritorializado de suas práticas de vivência original: de produção, de valores, de ideologias, de expressão material etc.

A reterritorialização italiana no Sul do Brasil, conforme as determinações locais, conseguiu firmar-se como expressão cultural de um modo característico de sociabilidade.

Apesar da forma de apropriação dos lotes rurais, conseguiram reproduzir na colônia [Silveira Martins/RS], além de características de suas produções agrícolas e artesanal, elementos de seu modo de vida cultural, através da alimentação (polenta, massas, vinho, salame, fortaglia, queijos...), das roupas, da religião (igrejas, santos, capitéis, cantos, festas etc.) e dos próprios dialetos, constituindo no território local, territórios [...] (SAQUET, 2003, p. 105)

O mesmo autor acrescenta que,

As atividades artesanais alimentícias e de vestuário, intimamente ligadas à economia e à unidade produtiva familiar também se mantiveram. A diversidade das produções artesanais continua sendo fruto das necessidades impostas pelas atividades cotidianas e da falta e precariedade das vias e meios de circulação e comunicação (p. 130).

Imigrantes, agora feitos *gaúchos* e catarinenses, suas gerações perpetuadas constituem-se personificação e representação de seus próprios trunfos culturais. Porém, a

lógica do capital continua a agir e a desenvolver refletindo suas contradições. O desgaste do solo por técnicas agropecuárias predatórias (sem orientação técnica) aliado à contínua vinda de imigrantes ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina e ao crescimento natural da população fizeram com que o fracionamento excessivo da propriedade agrícola tornasse insustentável, naqueles parâmetros, o modelo exploratório implantado.

No primeiro triênio do século XX, o processo de migração – ao longo do interior do Brasil, onde existiam vastas áreas propícias ao avanço da *fronteira agrícola* – foi uma forma intensamente praticada por *gaúchos* e catarinenses quando foram condicionados a migrar, acirrando as contradições anteriormente mencionadas.

O Sudoeste e o Oeste paranaenses, grande parte do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia (oeste brasileiro) foram destinos pretendidos pelos fluxos migratórios que ganhavam corpo. Em áreas de colonização, devido a elementos históricos (técnicos, fundiários e financeiros), estão ali afloradas as possibilidades do desenvolvimento de formas embrionárias do modo capitalista de produção através da policultura de subsistência e mercantil.

A produção artesanal é uma das permanências efetivadas pelos eurobrasileiros em seu processo de dispersão territorial pelo Brasil como atividade cultural, de subsistência e mercantil: uma *rugosidade*, reflexo de um patrimônio cultural herdado. No Sudoeste do Paraná, os descendentes de alemães, poloneses e italianos reproduzem determinadas práticas econômicas como cultivo dos parreirais, da cevada e da instalação de moinhos, serrarias e sapatarias; a transformação da carne suína em salames e outros derivados; atividades culturais, através de festas, danças e canções; a religiosidade e, ainda, aspectos de sua organização política, especialmente práticas de ajuda mútua e associações que permanecem até os anos 1980.



Foto 2: Moinho colonial de propriedade dos irmãos Minella. Localizado no bairro Pinheirinho, perímetro urbano de Francisco Beltrão/PR, o moinho processa diversos cereais (milho, trigo, cevada etc.).

Fonte: trabalho de campo realizado em 2004.

2.2 – Uma definição de agroindústria artesanal

Quanto ao nosso objeto de estudo, torna-se necessário esclarecer que, por questões teórico-conceituais, adotamos a designação “agroindústrias artesanais e familiares ou agroartesanato” para designar as unidades produtivas que nos propomos a estudar.

As unidades produtoras de alimentos que analisamos têm como característica um ritmo de produção artesanal com centralidade no trabalho familiar e com uma abrangência de mercado eminentemente local, uma das características da colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, como mencionamos anteriormente.

A produção artesanal e familiar efetiva-se como uma atividade não especificamente capitalista, como mencionamos no capítulo 1. Nessa lógica, as relações de trabalho familiares, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho otimizam o ciclo da reprodução familiar. Sob a ótica mercantil do modo capitalista de produção, ingressam no mercado, periféricamente, e participam do que Marx (2002) designou de “circulação simples de mercadoria”.

Com a agroindústria artesanal, busca-se, fundamentalmente, agregar mais valor ao trabalho familiar, por intermédio da produção e transformação intra-unidade (*in loco*) de alimentos e a venda direta ao consumidor. Constata-se maior autonomia na organização desse território, tendo em vista a baixa participação do capital comercial e financeiro nos parâmetros de produção e circulação de mercadorias das unidades agroartesanais e familiares.

A conotação artesanal da produção também ganha destaque devido à baixa escala de produção existente nessas unidades, cuja base está no uso de tecnologias rudimentares e, principalmente no trabalho familiar, sustentando a reprodução simples da família.

Como permanência histórica de uma forma antiga de transformar alimentos, os parâmetros (técnicas e instrumentos de trabalho) artesanais de produção representam a reprodução local de um conhecimento tradicional herdado no contexto da reterritorialização italiana e alemã no Sul do Brasil.

É importante esclarecer a particularidade cultural do saber fazer produtivo dos *colonos* eurobrasileiros, difundido localmente na formação territorial do Sudoeste do Paraná e diferenciar a atividade agroindustrial artesanal das grandes unidades agroindustriais tipicamente capitalistas, integradoras e *nós* constitutivos das redes sustentadas pelos preceitos organizacionais dos complexos agroindustriais (CAIs).

Podemos ainda utilizar diferentes denominações para aludir às unidades agroindustriais artesanais como, por exemplo, agroindústrias familiares, agroindústrias rurais, agroindústrias de pequeno porte, agroindústrias de pequena escala, agroindústrias descentralizadas, agroindústrias coloniais etc. como bem expressa Mariot (2002).

Porém, em linhas gerais, sentimos a necessidade de expressar a razão que nos motivou a adotar a designação “artesanal” ao analisar a dinâmica territorial das agroindústrias rurais de Francisco Beltrão/PR.

Utilizamos a adjetivação artesanal para ressaltar um segmento específico da produção agroindustrial que se diferencia em diversos atributos das agroindústrias integradoras como, por exemplo, a Sadia, a Perdigão e a Parmalat.

Agroindústrias artesanais são pequenas unidades – em escala de produção e produtividade e em estrutura física (estabelecimento) – que transformam alimentos, sem o sistema típico de integração utilizado pelas grandes agroindústrias integradoras. Normalmente, como afirmamos anteriormente, estas unidades estão baseadas no trabalho da família e no mercado local, conforme demonstraremos no capítulo 4.

Porém, essa caracterização encobre uma realidade extremamente complexa e heterogênea.

De antemão, podemos adiantar que a diferenciabilidade é uma sistemática dessa atividade. Existe um pluralismo de elementos e fatores associados à produção artesanal, como distintas relações de trabalho que se efetivam no processo produtivo – não tipicamente capitalistas e outras com traços de um capitalismo embrionário –; as diferenciabilidades de

gestão territorial intra-unidade (policultura de subsistência e/ou especialização produtiva); as distintas relações com o mercado e com os parâmetros de produção são encontradas na dinâmica territorial do agroartesanato beltronense.

Doravante, caminhando no terreno da explicação, alguns pontos em comum podem ser identificados entre as unidades estudadas: a) são pequenas unidades de produção de alimentos (em espaço físico e produção); b) produzem no intuito de atender nichos de mercado locais ou, em raras situações, regionais; c) a mão-de-obra dos membros da família basta, na maioria das vezes, para atender a demanda do processo produtivo; d) têm sua dinâmica vinculada à economia agropecuária intra-unidade; e) sustentam-se em práticas, conhecimentos e experiências herdadas de geração em geração.

Um conceito precisa aproximar-se o máximo possível da realidade objetiva, da cotidianidade e da complexidade das quais os fatos sociais (e/ou naturais) fazem parte. Ao mesmo tempo que o pesquisador não pode deixar-se ludibriar com a vastidão de manifestações particulares inerentes a um dado território, igualmente é um equívoco desprezar sutilezas que, por vezes, animam o território.

Na atividade agroartesanal sudoestina, particularidades como a do elemento cultural espelhado na territorialização do saber fazer produtivo, das relações familiares, da policultura de subsistência, do ritmo artesanal produtivo e da territorialidade de mercado são trunfos do território e precisam ser levadas em consideração no conjunto das expressões territoriais. Por cultura, assim como Ribeiro (1978), entendemos, como segue:

[...] patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam materialmente, nos artefatos e bens; expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores (p. 34-5).

Nas dimensões cultural e econômica do agroartesanato, o “artesanal” é definido pelas características da produção (técnicas e instrumentos de trabalho) e pelo elemento familiar, pela importância do fator cultural como conhecimentos reproduzidos e pelas relações tradicionais de trabalho predominantes.

Com a noção de produção artesanal objetiva-se expressar uma atividade de produção de alimentos, mantida, na maioria das vezes, por um grupo familiar como prática mercantil e/ou de subsistência. As unidades produtivas que estudamos, por serem atividades artesanais, diferem das grandes unidades agroindustriais, cujo método de ação promove uma corrida frenética pelo tempo acelerado da reprodução ampliada do capital.

Em seu contexto, o componente cultural da atividade agrega um valor simbólico e de identidade ao segmento, no qual produzir vai além do fato de desprender energia, nervos, cérebro, músculos etc. O produzir significa também auto-reproduzir-se, ou seja, produzir consciência, como bem argumenta Martins (1978): *a colheita já é assim*, por dizer, *pensamento*, parafraseando Lefebvre (2001).

Na analítica territorial, é preciso apreender teoricamente os diversos aspectos da produção e apropriação do território e da vida em sociedade. A dimensão cultural não é menos importante no conjunto de elementos e interrelações que se consubstanciam na dinâmica territorial. Assim, cultura, economia e política mesclam-se e interagem, pressupondo sempre uma analítica relacional do(s) poder(es).

A territorialidade, expressão objetiva/subjetiva do território consumido/reproduzido, segundo revela Saquet (2004), “[...] é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar” (p. 140). A respeito da territorialidade Saquet (2004) afirma, ainda, que:

A territorialidade é cotidiana, multiforme e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico (Idem, p. 140).

Enfim, é nesse contexto que nos propomos a estudar a produção artesanal de alimentos em Francisco Beltrão/PR, caracterizando a produção simples de produtos de subsistência e mercadorias e, ao mesmo tempo, alguns aspectos identitários que estão presentes nessa produção. Nosso enfoque é, portanto, para processos e características econômicas e culturais, sem deixar de explicar alguns traços políticos inerentes ao jogo de poder que envolve a Prefeitura Municipal e a EMATER.

Em virtude do enfoque analítico que privilegiamos, nosso estudo está centrado na análise das agroindústrias artesanais rurais de Francisco Beltrão/PR no período entre 1940 e 2007. As agroindústrias urbanas têm outras lógicas organizacionais e, por conta disso, não estão contempladas em nossa pesquisa. A título de ilustração, optamos por estudar uma (01) unidade urbana para detalharmos algumas características de sua dinâmica em contraponto com as agroindústrias artesanais rurais.

Ademais, ao caracterizarmos as agroindústrias artesanais rurais beltronenses a partir do reconhecimento da identidade fundida no patrimônio cultural local, estaremos fazendo referência a uma estrutura que se assenta em alguns princípios típicos do espaço rural

como, por exemplo, a vinculação da atividade com a dinâmica organizacional intrapropriedade.

O agroartesanato urbano, por mais que possa conter alguns desses elementos citados, contém algumas especificidades derivadas do fato da família produtora estar dissociada da produção agropecuária. Em geral, o surgimento da atividade agroartesanal em ambiente urbano está associado mais diretamente à emergência de um nicho de mercado local.

No espaço rural, como poderemos observar no capítulo 4, a produção artesanal também tem-se destacado como forma de resistência dos pequenos produtores agrícolas e familiares contra a exclusão e as estreitezas político-econômicas geradas e difundidas, sobretudo, com a intensificação do processo de modernização agrícola no Sudoeste paranaense: atuação dos CAIs, dependência do capital comercial, industrial e financeiro.

3. CARACTERÍSTICAS DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS NO SUDOESTE PARANAENSE

O processo histórico de colonização incumbiu-se de dotar o Sudoeste do Paraná de uma estrutura econômico-social homogênea em vários aspectos: o predomínio do minifúndio, a mão-de-obra familiar, a policultura, a territorialidade eurobrasileira, o saber fazer produtivo, todos são elementos intrínsecos à dinâmica territorial sudoestina. Dinâmica territorial que resulta de uma processualidade histórica, movimento de territorialidades reproduzidas e tornadas mais complexas.

A estrutura fundiária minifundista tem suas origens no projeto estatal de ocupação efetiva da *região* de fronteira. A territorialização de um povo culturalmente conservador, economicamente assentado em pequenas propriedades foi a retórica adotada pela CANGO, no governo Vargas, a partir de 1943, conforme já mencionamos.

Na tabela I, podemos notar claramente que, mesmo com o passar dos anos, essa estrutura predominantemente minifundista ainda se sustenta regionalmente.

Segundo os dados do IBGE, em 1970, aproximadamente trinta anos após o início da colonização efetiva empreendida pela CANGO, 94% dos estabelecimentos estavam distribuídos no estrato de área de até 50 hectares. Constata-se na década de 1980 quase o mesmo percentual, com leve redução para 92% em 1995/96. Porém, diminui a área ocupada por esses estabelecimentos. No Sudoeste paranaense, em 1970, a área ocupada pelos

estabelecimentos agropecuários com até 50 hectares representavam 69% da área total e, em 1995/96, esse percentual diminuiu para 58%, o que denota certa concentração fundiária nos estratos de área maiores, principalmente no estrato de 100 a menos de 1000 hectares e uma perda considerável de terras nos estabelecimentos menores: há fragmentação e concentração de terras, como ocorre em outras regiões do Brasil.

Consoante podemos observar, mesmo com a existência de grandes estabelecimentos (aos parâmetros locais), o pequeno estabelecimento continua a base econômica da agricultura no Sudoeste paranaense. O que não é sinônimo de retrocesso e insustentabilidade econômica, muito ao contrário. A partir da década de 1970, constata-se um processo de modernização agropecuária, principalmente em relação ao incremento da base técnica da produção, especialização produtiva e aumento de produtividade de algumas culturas como a soja, o fumo e o milho, em detrimento de culturas tradicionais como o feijão. Ocorre também, no decorrer da década de 1980, a introdução, no Sudoeste, de grandes complexos agroindustriais nas áreas de tabaco, frangos, suínos e leite. Tudo isso se desenrola em consonância com uma estrutura territorial específica de que tratamos anteriormente.

Tabela I – Estabelecimentos agropecuários e área ocupada, por estratos de área no Sudoeste do Paraná (1970-1995/96)

Estratos de área (ha)	Estabelecimentos agropecuários (%)					
	1970		1980		1995/96	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 5	19,70	3,39	24,02	3,95	19,60	2,93
5 a menos de 10	20,39	7,72	23,53	9,38	23,60	8,25
10 a menos de 20	28,74	20,38	27,25	20,76	28,44	18,88
20 a menos de 50	25,32	37,36	19,61	31,06	20,62	28,07
50 a menos de 100	4,46	14,91	3,91	14,13	5,00	14,46
100 a menos de 200	0,97	6,33	1,11	7,93	1,79	10,37
200 a menos de 500	0,34	4,95	0,38	5,84	0,79	10,71
500 a menos de 1000	0,05	1,62	0,08	2,90	0,13	4,28
1000 a menos de 2000	0,02	1,44	0,02	1,72	0,02	1,36
2000 a menos de 5000	0,01	0,69	0,01	1,72	0,01	0,69
5000 ou mais	0,00	1,21	0,01	0,61	-	-
Sem declaração	-	-	0,07	0,00	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Censos agropecuários de 1970, 1980 e 1995/96.

No final da década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, a territorialização de grandes agroindústrias, no Sudoeste paranaense, como a Souza Cruz, a Sadia, a Perdigão e a Parmalat, é mais um indicativo de que essa *região*, particularizada por

determinações históricas, não se manteve alheia ao processo de modernização agrícola. Mesmo assim, a pequena propriedade, a policultura e o trabalho familiar consolidaram-se histórica e paralelamente à uma produção agrícola mecanizada e predominantemente mercantil.

A título de exemplificação da territorialização desse processo em tempos atuais, somente no município de Francisco Beltrão/PR, segundo dados da Prefeitura Municipal (2006), existiam mais de 800 aviários, integrados à Sadia – produzindo com investimentos significativos num ambiente tecnológico de padrão internacional.

Por intermédio das redes, é possível esse jogo de escalas, local – global, fazendo com que uma *região* como o Sudoeste, historicamente singular por conta das características de sua formação territorial, conecte-se ao circuito global de trocas, enfrentando as crises do próprio sistema mercantil ou ajustando-se ao movimento de expansão do capital.

A diferenciabilidade de tempos faz com que, num mesmo lugar, agroindústrias artesanais locais dividam espaço com complexos agroindustriais (CAIs) profundamente vinculados ao mercado internacional. E o que é mais intrigante, num mesmo estabelecimento rural, podemos encontrar: produção agrícola de subsistência; produção agropecuária mercantil; produção artesanal e aviário integrado à Sadia. A realidade local desafia constantemente o pesquisador e os modelos interpretativos construídos. Tal diferenciabilidade é fruto e característica do processo de formação territorial, da combinação entre mudanças e permanências, inovações e não-inovações que se conectam lentamente.

No leque de possibilidades que é o território, abordaremos, doravante, as características da produção artesanal e familiar no Sudoeste paranaense. Uma temporalidade lenta, resquício de uma territorialidade já vivida em outros territórios e por intermédio das redes de migração; o processo de reterritorialização possibilitou aos migrantes a reterritorialidade de seus elementos simbólicos e de identidade no local escolhido, além da difusão regional do patrimônio cultural herdado de seus antepassados.

Um exemplo de permanência e de reterritorialização de traços simbólicos, ligados à

identidade, encontramos no estabelecimento da família Lago. Ali, convivem três irmãos e suas respectivas famílias efetuando suas atividades econômicas conjuntamente. Além de terem na propriedade três aviários de 100 x 12 metros (por aviário) integrados à Sadia, produzem soja, milho, produtos alimentares e criam gado de leite. Com o leite, as mulheres da família fazem o queijo em uma agroindústria artesanal situada no estabelecimento, servindo de complemento de renda ao orçamento doméstico.

Dessa forma, as famílias reproduzem o saber fazer produtivo, fazendo o queijo com técnicas artesanais inerentes a seu patrimônio simbólico herdado e, ao mesmo tempo, transferindo ao território os elementos de suas territorialidades fazem parte da dinâmica territorial da produção agroindustrial artesanal que destacaremos no capítulo 4.

Apresentamos, a seguir, algumas considerações acerca da organização territorial atual da atividade agroindustrial artesanal no Sudoeste paranaense. Para efetivarmos a análise, apoiamo-nos no Diagnóstico Unidades Agroindustriais, estudo de campo realizado pela EMATER/PR, publicado em 2006, visando caracterizar, com diversos dados coletados empiricamente, as distintas etapas do processo agroindustrial artesanal e familiar na *região* em estudo.

O Diagnóstico, base de dados para caracterizarmos a produção agroartesanal sudoestina, está dividido em cinco partes, organizadas da seguinte maneira: 1) estabelece a caracterização das unidades; 2) acresce informações individuais sobre cada unidade; 3) apresenta características referentes à gestão das unidades; 4) apresenta dados sobre a comercialização e; 5) reúne outras informações sobre a dinâmica regional da atividade.

Com essas informações, destacamos aspectos gerais do segmento em escala *mesorregional* e, em seguida, aprofundamos nosso enfoque analisando a dinâmica territorial das agroindústrias artesanais em Francisco Beltrão/PR.

Segundo consta no diagnóstico citado, o universo das agroindústrias presentes na

pesquisa está representado por uma amostra de 55 unidades artesanais (dentre um total estimado de 305 unidades), em sua quase totalidade localizadas no espaço rural, escolhidas intencionalmente, sendo 26 pertencentes ao ramo de produtos de origem animal, 22 do ramo de produtos de origem vegetal e 7 de panificação, espacialmente distribuídas entre os 42 municípios que integram a *região* chamada “Meso-Mercosul”⁸ (porção Sudoeste paranaense) da seguinte forma: 3 em Ampére, 4 em Barracão, 1 em Bom Jesus do Sul, 3 em Capanema, 1 em Chopinzinho, 2 em Coronel Vivida, 1 em Cruzeiro do Iguaçu, 3 em Dois Vizinhos, 1 em Enéas Marques, 7 em Francisco Beltrão, 2 em Itapejara do Oeste, 4 em Mariópolis, 1 em Manguueirinha, 2 em Marmeleiro, 3 em Planalto, 3 em Pato Branco, 2 em Pranchita, 1 em Realeza, 2 em Santo Antonio do Sudoeste, 2 em São Jorge do Oeste, 3 em Salgado Filho, 2 em Santa Izabel do Oeste e 2 em Verê, conforme representado no mapa 2, num total de 23 municípios⁹.

No Sudoeste do Paraná, devido ao predomínio da pequena propriedade associada à mão-de-obra familiar, o *setor* primário (agropecuário) tem significativa importância na economia regional, envolvendo boa parte da população. A população total do Sudoeste paranaense (472.626) divide-se em 60% urbana e 40% rural, um índice ainda significativo frente ao panorama do Estado do Paraná, que tem um percentual de 81% de habitantes classificados como urbanos e 19% de habitantes rurais, conforme consta no Censo Demográfico (IBGE, 2000).

⁸ A chamada *região* Meso-Mercosul, utilizada pela EMATER ao produzir o Diagnóstico Unidades Agroindustriais (2006), integra as porções Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul por possuírem características territoriais semelhantes.

⁹ Dentre os 23 municípios estudados, apenas o município de Manguueirinha não se enquadra na classificação *mesorregional* efetivada pelo IBGE.

MAPA 02: Sudoeste do Paraná - distribuição das agroindústrias pesquisadas pela EMATER/PR no “Diagnóstico Unidades Agroindustriais” (2006)

A população rural tem diminuído desde a década de 1970, reflexo do processo de modernização da agricultura e de outros fatores. No entanto, parte da população sudoestina ainda exerce suas atividades no *setor* primário: somam-se 41,4% da população ocupada de 10 anos de idade ou mais, segundo IBGE (2000), ou seja, aproximadamente 92 mil pessoas, consoante podemos observar na tabela II a seguir:

Tabela II – Número e percentual de pessoas de 10 e mais anos de idade ocupadas por setores da economia no Sudoeste do Paraná (1970-2000)

Ano	Setores da economia						Total de pessoas ocupadas
	Primário*		Secundário**		Terciário***		
	n.	%	n.	%	n.	%	
1970	127.470	82,73	8.186	5,31	18.423	11,96	154.079
1980	128.254	64,77	21.939	11,08	47.809	24,15	198.002
1991	119.192	55,43	26.623	12,38	69.203	32,19	215.018
2000	92.193	41,41	43.162	19,39	87.280	39,20	222.635

Fonte: IBGE/Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

* Refere-se às atividades agropecuárias, caça, pesca e extrativismo; ** Refere-se à indústria de transformação, de energia, de construção civil e extrativistas *** Refere-se ao comércio de mercadorias, prestação de serviços, funcionalismo público e militares.

Mesmo havendo aumento no total absoluto de pessoas ocupadas na soma dos três *setores* da economia no Sudoeste paranaense, podemos perceber nitidamente a ocorrência de uma redução significativa de pessoas ocupadas no *setor* primário, com variação negativa de mais de 40% entre as décadas de 1970 e 2000.

Paralelamente, o número de pessoais ocupados no *setor* secundário aumentou de 5,31% em 1970, para 19,39% em 2000. O mesmo acréscimo nota-se na dinâmica do *setor* terciário. Em 1970, o *setor* terciário envolvia 11,6% do pessoal ocupado enquanto o percentual aumentou para 39,2% em 2000, revelando mudanças significativas na economia regional através da industrialização e da maior complexidade das atividades de serviços em cidades como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos.

Em síntese, houve, a partir de 1970 até o ano de 2000, um significativo aumento da população empregada nos *setores* secundário e terciário em detrimento do número de pessoas ocupadas no *setor* primário. Em decorrência da modernização da agricultura processa-se a substituição da mão-de-obra ocupada em lavouras de *commodities*, que, por sua vez, incitam a uma complexificação maior da base técnica das explorações agropecuárias e a maior especialização do trabalho. Além disso, no Sudoeste do Paraná, a partir dos anos de 1980, ocorre uma diversificação e o incremento da produção industrial; juntamente com o crescimento das cidades mencionadas anteriormente.

Nas décadas subseqüentes a 1970, o fluxo populacional rural buscou territorializar-se nas emergentes atividades urbanas (indústrias, serviços etc.), algumas vinculadas à economia agropecuária regional (abatedouros, venda de equipamentos e assistência técnica para aviários, venda de insumos agrícolas etc.).

No entanto, a análise da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos rurais do Sudoeste paranaense confirma, ainda, o grande usufruto de trabalho familiar nas produções agropecuárias no Sudoeste paranaense. Mais de 90% das categorias de pessoal ocupado em 2000 são compostas por familiares. Mesmo os dados apontando para a redução de todas as categorias de pessoal ocupado na agropecuária, entre os anos de 1985 e 1995/96 – mais uma evidência da substituição da força de trabalho no campo – a quantidade de braços familiares nas produções agropecuárias merece destaque.

Tabela III – Pessoal ocupado na agropecuária no Sudoeste do Paraná (1985-1995/96)

Categoria	Pessoal ocupado na agropecuária					
	1985	(%)	1995/96	(%)	Varição (n.)	Varição (%)
Familiares	202.743	89,3	144.588	91,0	-58.155	28,68
Empregados permanentes	6.308	2,7	6.249	3,7	-59	0,94
Empregados temporários	14.983	6,6	6.041	3,7	-8.942	59,68
Outros	2.964	1,3	2.681	1,6	-283	9,55
Total	226.998	100	159.559	100	-67439	29,71

Fonte: IBGE/Censos agropecuários

Complementando a análise, percebemos que a redução das ocupações no *setor* agropecuário do Sudoeste paranaense também se justifica pelo fato do aumento de outras despesas no *setor* (base técnica). Por exemplo, o aumento das despesas com adubos e corretivos, com defensivos agrícolas e rações em detrimento dos gastos com serviços típicos de empreitada e de gastos com salários: uma evidência das transformações instauradas com a modernização da agricultura.

Tabela IV - Despesas na agropecuária do Sudoeste paranaense (1970-1995/96)

Insumos	Despesas no ano (%)		
	1970	1980	1995/96
Salários	10,16	7,13	5,28
Adubos e corretivos	0,38	11,78	9,55
Sementes e mudas	4,65	7,82	5,01
Defensivos	1,05	3,15	5,60
Rações	21,14	27,28	32,88
Serviços de empreitada	11,38	3,38	2,13
Outras despesas	51,24	39,46	39,55
Total de despesas	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Censos agropecuários de 1970, 1980 e 1995/96.

Alguns dados são bastante ilustrativos. Em termos relativos, analisando os Censos Agropecuários do IBGE, notamos que as despesas agropecuárias, entre as décadas de 1970 e os anos de 1995/96, tiveram um direcionamento das despesas agropecuárias na utilização em maior quantidade de adubos e corretivos, defensivos e rações. Os gastos com salários, por exemplo, reduziram-se pela metade assim como os serviços de empreitada (comum nas pequenas e médias propriedades) diminuíram mais de 5 vezes. Enquanto isso, em menos de 30 anos, os gastos agropecuários com defensivos aumentaram regionalmente mais de 3 vezes e os gastos com adubos e corretivos aumentam 25 vezes. Evidentemente, aumenta significativamente os gastos com as aquisições de máquinas agrícolas conforme demonstra Santos (2008).

Mesmo não sendo diretamente nosso interesse de estudo, é importante destacar essas transformações que vêm cristalizando-se no espaço agrário do Sudoeste paranaense. A existência de agroindústrias artesanais também se vincula a esse movimento mais geral como resposta (resistência) ou direcionamento (adequação) às transformações em relevo, consoante veremos adiante.

Em resumo, mesmo com a seqüência de transformações na base técnica da agropecuária, com suas contradições intrínsecas, a pequena propriedade e a força de trabalho familiar são elementos centrais para entendermos a dinâmica territorial do espaço agrário do Sudoeste paranaense.

3.1 – As agroindústrias artesanais do Sudoeste

A produção agroartesanal paranaense é uma das melhores alternativas para a elevação da renda e fortalecimento da agricultura. Também é uma atividade que contribui para fixar o homem no meio rural. Hoje a agroindustrialização abandonou seu papel secundário, passando a ser a principal atividade para muitos agricultores. Uma das características dos produtos fabricados nas propriedades paranaenses é que eles são produzidos em pequena escala, pela família e com receitas transmitidas ao longo de gerações, o que lhes confere valores étnicos e culturais.

EMATER/PR¹⁰.

As agroindústrias proporcionam aos agricultores agregação de valor aos seus produtos, oportunidades de mercado e geração de novos empregos no meio rural, elevando desta forma a renda do agricultor e contribuindo assim com a diminuição do êxodo rural.

Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR¹¹.

¹⁰ Extraído de <http://www.emater.pr.gov.br>, acesso em: 20/02/2007.

¹¹ Extraído de <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br>, acesso em: 19/02/2007.

Os órgãos governamentais competentes que prestam assessoria às agroindústrias artesanais do Sudoeste são enfáticos ao ratificarem a importância dessa atividade produtiva, no sentido da dinamização da economia rural (e urbana), contribuindo para manter a população no campo através de um incremento à renda das famílias produtoras, alcançado por intermédio da transformação de produtos agropecuários, ou seja, através das agroindústrias artesanais.

Ao longo das gerações, a reprodução cultural de conhecimentos e experiências produtivas acumuladas (transmissão de receitas, produção dos cultivares, manipulação de matérias-primas etc.) constituem elementos significativos para pensarmos a territorialidade regional do saber fazer produtivo artesanal e familiar – de descendência italiana, alemã e polonesa.

As técnicas rudimentares e a permanência de características artesanais na produção em várias agroindústrias, mesmo sendo determinação da baixa fluidez de capital e dos embaraços da dimensão econômica do território, assumem muitas vezes uma conotação de resistência. Resistência no sentido dos proprietários procurarem reproduzir o saber fazer produtivo acumulado pelas gerações na vida campesina: a atividade artesanal tem sido, historicamente, uma produção complementar à agrícola.

Um indício disso foi identificado no discurso de Adair Reolon, proprietário de uma agroindústria artesanal de derivados de suíno (salame, copa, lingüiça, banha etc.), ao ser interrogado sobre sua capacitação profissional, relatou-nos sua experiência “trágica” num curso profissionalizante de que participou em Cascavel/PR.

Acostumado a produzir salames com técnicas artesanais, Adair Reolon criticou o curso ofertado pelo fato de que, na ocasião, a orientação produtiva primava pela manipulação química da produção. Muito embora a resistência por parte de alguns proprietários agroindustriais possa denotar um empecilho à difusão de novas tecnologias e orientações produtivas modernas, as permanências são traços fundamentais da herança do patrimônio cultural e da territorialidade vivida pelos sujeitos sociais em questão. O território contempla essas múltiplas possibilidades.

De fato, para os sujeitos sociais envolvidos, a importância que a produção agroartesanal assume, no momento atual, para muitas famílias é algo surpreendente, pois constatamos mais de perto essa situação em Francisco Beltrão/PR. As limitações e possibilidades de expansão do segmento são, entretanto, pontos carentes de explicitações.

É difícil precisar ao certo a quantidade de agroindústrias artesanais existentes no Sudoeste paranaense. Por ser uma atividade tipicamente artesanal, isto é, desprovida de

produção em escala e com tecnologia muitas vezes incipiente, torna a transformação passível de existência até no ambiente de uma cozinha doméstica.

E é o que de fato ocorre: uma disseminação da atividade agroartesanal nas condições mais variáveis que possamos imaginar; desde um tacho *a céu aberto* até uma unidade com tecnologias mais modernas e regulamentada e formalizada ambiental e sanitariamente.

Por causa dessa diversidade de manifestações da produção agroartesanal, decidimos estudar a parte desse segmento que possui, senão selos de inspeção, no mínimo, uma estrutura física (construções) capaz de atribuir à atividade um ambiente mais “profissional”. Não queremos entrar na discussão do que é ser profissional ou não. De variadas maneiras, os produtores desenvolvem suas habilidades na reprodução artesanal de seus legados culturais, familiares.

Embora cientes da importância de um enfoque holístico da atividade agroartesanal, nossa impossibilidade momentânea de levantar dados de todo o universo da produção regional levou-nos a restringir o estudo das agroindústrias, inicialmente, às unidades inspecionadas situadas no espaço rural – estabelecimentos legalizados, que seguem padrões técnico-sanitários de funcionamento impostos pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Posteriormente, em *população* reduzida, também analisaremos algumas unidades não inspecionadas para compreendermos as particularidades da lógica de sua organização territorial¹².

A EMATER também estabelece uma determinada distinção ao caracterizar as agroindústrias presentes em seus planos de ação. Uma atividade agroartesanal irregular (para padrões técnico-sanitários do SIM) como um tacho *a céu aberto*, utilizado na produção do melado ou do açúcar mascavo, não é considerada agroindústria por esse órgão governamental, mesmo porque sua caracterização imprecisa, como o seu caráter temporário inviabilizam qualquer plano de ação mais centrado.

Conforme levantamentos da EMATER (2003), no Estado do Paraná, existem aproximadamente 1.272 agroindústrias do tipo artesanal, que processam diversos produtos nos diferentes ramos produtivos, dentre eles os derivados de leite, carne suína, pescado, cana-de-açúcar, vegetais e de panificação.

Com relação ao número de agroindústrias artesanais existentes no Sudoeste do Paraná, a única fonte de dados existente a que podemos recorrer é a do “Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná”, elaborado pela EMATER em 1999.

¹² Detalhando a *população* estudada, efetivaremos a análise dos dados de campo no capítulo quarto.

Nesse relatório, consta um total de 305 unidades no Sudoeste paranaense (42 municípios¹³), sendo 174 unidades concentradas na *região* de Francisco Beltrão/PR (27 municípios) e 131 estabelecimentos na *região* de Pato Branco/PR (15 municípios) – ver quadro III.

Dessas agroindústrias, 46,6% (127 unidades) possuíam registro de inspeção (86 unidades pelo SIM, 26 pelo SIP, 06 pelo SIF e 09 estabelecimentos com outros tipos de registros). Ou seja, mais da metade das agroindústrias de que se tinha conhecimento (53,4% ou 178 unidades) operam ilegalmente, sem um prévio monitoramento dos parâmetros sanitários e ambientais de produção.

Quadro III - Número de agroindústrias de pequeno porte existentes nas regiões de Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR em 1999

Ramo produtivo	Região de Francisco Beltrão/PR	Região de Pato Branco/PR
Abate de bovinos e suínos	05	05
Leite e queijos	36	32
Peixes	05	09
Vegetais	36	08
Cana-de-açúcar	37	24
Panificação	02	10
Aves/ovos	10	10
Vassouras	05	05
Embutidos e defumados	33	12
Processamento de cereais	02	12
Erva-mate	-	02
Artesanato	01	01
Mel e derivados	01	02
Total	174	131
Total geral.....	305	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná, 1999.

Ainda tendo como referência o “Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná” (1999), era perceptível uma significativa concentração de certos ramos agroindustriais nessa época. Apenas 03 tipos de matéria-prima (cana-de-açúcar, leite e suíno – de um total de 29) envolviam mais de 50% do total das agroindústrias artesanais no Sudoeste paranaense.

¹³ A classificação *mesorregional* que adotamos para analisar o Sudoeste paranaense é a mesma utilizada pelo IBGE, integrando 37 municípios. No entanto, existem outras classificações para a *mesorregião* Sudoeste do Paraná. A classificação utilizada pela EMATER divide o Sudoeste em duas regiões (Francisco Beltrão e Pato Branco), somando-se, assim, 42 municípios ao Sudoeste. Pela classificação do IBGE, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Mangueirinha, Palmas e Honório Serpa não fazem parte da classificação Mesorregional do Sudoeste paranaense.

Como podemos notar no quadro III, nas regiões de Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR, as agroindústrias artesanais dos ramos produtivos de leite e queijo, cana-de-açúcar e embutidos e defumados, juntas, somam 174 unidades, num total geral estimado em 305 estabelecimentos artesanais, ou seja, esses ramos produtivos representam 57% das unidades produtivas envolvidas no estudo do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná (1999). Ainda, se somarmos a equação anterior às agroindústrias do ramo produtivo de vegetais, 44 unidades, a concentração das atividades artesanais nesses ramos produtivos chega a mais de 70%.

No quadro IV, segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná (1999), temos a situação do número de agroindústrias artesanais com relação aos registros por produto.

Pode-se notar que a adesão pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM) é o mais notório, principalmente com relação aos produtos: carne, embutidos, leite e queijos. O caráter artesanal de muitas unidades – força de trabalho familiar, técnicas rudimentares, baixa escala de produção etc. – inviabiliza em diversas circunstâncias a adesão a um selo de inspeção mais abrangente como é o caso do Sistema de Inspeção Paranaense (SIP). O aumento de encargos tributários, a necessidade de contratação de um contador especializado, entre outros fatores, foram obstáculos que identificamos junto aos produtores artesanais com realização de entrevistas.

No quadro IV, podemos notar claramente o baixo índice de adesão ao selo de inspeção na data em questão, seja ele Municipal, Estadual ou Federal. Esse caráter local reforça a lógica artesanal dessas produções. Podemos observar que, das 37 unidades que produzem açúcar mascavo, apenas três possuíam em 1999 selos de inspeção, as três inspecionadas pelo SIM. Das agroindústrias que produziam melado (21 agroindústrias artesanais), apenas uma unidade possuía selo de inspeção registrada pelo SIM. Das 15 agroindústrias que produziam aguardente nenhuma era inspecionada.

As agroindústrias artesanais do ramo de carne possuíam índice um pouco maior de adesão aos selos de inspeção: das 36 agroindústrias artesanais que produziam carne (venda de recortes bovinos e suínos), dezenove possuíam SIM, nove o SIP e uma unidade possuía o SIF. As 36 unidades que produziam embutidos, muitas provavelmente sejam as mesmas agroindústrias do ramo de carne, onze possuíam selo do SIM e quatro do SIP.

Quadro IV - Número de agroindústrias e situação dos registros no Sudoeste do Paraná

PRODUTOS	Nº de agroindústrias	SIM	SIP	SIF
Açúcar mascavo	37	03		
Aguardente	15			
Amendoim	01			
Arroz	08	01		
Biju (farinha)	01			
Biscoito/bolacha	05			
Canjica	04	02		
<i>Carne</i>	36	19	09	01
Cereais	01			
Charque	01			
Compota	02			
Conserva	09			
Costela defumada	03			
Cuca/bolo	02			
Doce	06	01		
<i>Embutido</i>	36	11	04	
Erva-mate	01			
Farinha de milho	03			
Farinha de trigo	09	01		
Feijão	03			
Filé de peixe	07	01	04	
Fruta/verdura	03			
Fubá	13	02		
Iogurte	04	02		
<i>Leite bovino</i>	16	11	01	01
Leite de cabra	02	02	01	
Licor	01			
Massa	02			
Massa de tomate	01			
Mel	03	01		
Melado	21	01		
Ovos de codorna	03			
Ovos de galinha	06	05	01	
Pão	02			
Pipoca	03	01		
Polpa de frutas	02	01		
<i>Queijos</i>	46	20	06	04
Rapadura	08	01		
Salgado	01			
Suco	01			
Torresmo	01			
Vinho	11			

Fonte: Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná, 1999.

Quadro V - Número de agroindústrias por produto e tipo de matéria-prima no Sudoeste paranaense em 1999

Matéria-prima	Produtos	Nº de agroindústrias
Abelha (mel bruto)	Mel, cera e própolis	03
Abóbora	Doce	05
Amendoim	Rapadura e amendoim beneficiado	07
Arroz	Arroz beneficiado	09
Aves (frangos)	Carnes e ovos selecionados	22
Bovinos	Carne, embutido e charque	17
Cabra (leite bruto)	Leite	02
Cana-de-açúcar	Açúcar mascavo, melado, aguardente e rapadura	57
Cenoura	Doce e conserva	03
Cereais	Cereais beneficiados	02
Ovos de codorna	Ovo ingredientes <i>in natura</i> e conserva	03
Erva-mate	Erva-mate e chá	01
Farinha de trigo	Pão, massa, bolacha, cuca, torta, salgado e bolo	08
Feijão	Feijão beneficiado	02
Figo	Figada	02
Fruta	Fruta embalada, polpa e doce	09
Leite	Leite pasteurizado, queijo e iogurte	60
Milho	Fubá, farinha, quirera, biju e canjica	16
Olerícola	Conserva	06
Peixes	Filé	07
Pepinos	Conserva	05
Pipocas	Pipoca	02
Rãs	Carne	01
Sorgo	Vassoura	05
Suíno	Carne, embutido, defumado e torresmo	43
Tomate	Massa de tomate	02
Trigo	Farinha de trigo	09
Uvas	Vinho e suco	11

Fonte: Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná, 1999.

Ainda analisando o quadro IV, podemos notar que as agroindústrias artesanais do ramo de queijos (46 unidades) e de leite (18 – caprino e bovino) eram as que possuíam maior amplitude de fiscalização; respectivamente, trinta e dezesseis unidades tinham selos de inspeção. Dentre todas as unidades que produziam os produtos destacados no quadro IV, apenas seis possuíam Selo de Inspeção Federal, o que revela a restrição de mercado devido ao baixo índice de incremento tecnológico nas unidades.

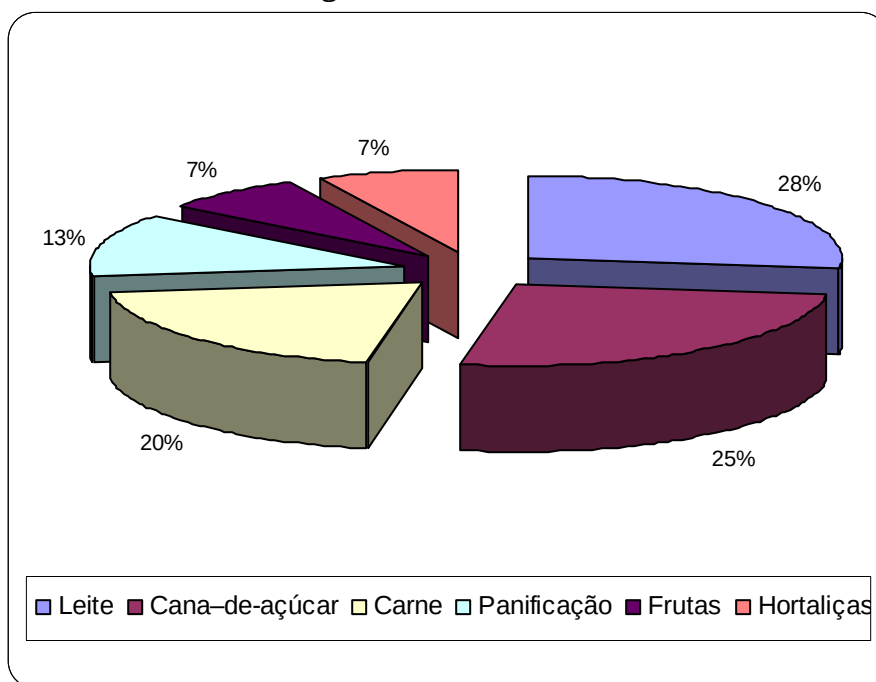
De acordo com os dados do Diagnóstico Unidades Agroindustriais (2006)¹⁴, no universo pesquisado de 55 unidades agroindustriais, 34% são constituídas por grupos de

¹⁴ É necessário esclarecer que a amostragem para a *mesorregião* Sudoeste paranaense foi de 23 municípios.

duas ou mais famílias e 38% constituídas individualmente (proprietário mais cônjuge e/ou filhos), o que reforça o caráter familiar dessas atividades produtivas.

O maior número de unidades pesquisadas faz parte do ramo de leite com 28%. Na seqüência, os ramos de cana-de-açúcar (25%) e carnes (20%) também possuem números significativos de unidades produtivas. O ramo produtivo de frutas e de hortaliças apresentou menor percentual (7%), conforme está representado no gráfico I.

Gráfico I - Distribuição dos ramos produtivos agroindustriais analisados no Diagnóstico Unidades Agroindustriais – EMATER/PR



Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

A pesquisa priorizou as unidades produtivas do espaço rural (96% do total). Assim, a organização dos dados do Diagnóstico Unidades Agroindustriais contempla aspectos importantes da pesquisa, já que a quase totalidade das unidades estudadas situava-se no espaço rural, haja vista que o exercício dessa atividade conjugada à economia agropecuária prescinde de uma organização territorial diferenciada.

O universo pesquisado identificou um total de 376 famílias com 1.129 pessoas beneficiadas diretamente com a atividade agroindustrial artesanal. Assim, as 55 unidades envolvem em média 20,5 pessoas/unidade, gerando emprego e renda aos sujeitos sociais envolvidos.

Do total da força de trabalho utilizada no segmento das agroindústrias em questão, 51% é exclusivamente familiar, como apontam os dados da EMATER; 42 %

afirmaram utilizar mão-de-obra familiar juntamente com a contratada; e apenas 2% dos entrevistados (01 ocorrência) utilizavam mão-de-obra exclusivamente contratada; 5% não responderam ao item do questionário.

Além disso, 56% das pessoas contratadas nas unidades estudadas recebem salário fixo por mês enquanto, nas unidades com mão-de-obra familiar, 51% não tem definido a forma de salário ou não realizam retiradas mensais. Outro dado com relação à mão-de-obra ocupada é elucidativo: 76% das pessoas contratadas nas unidades não têm registro em carteira profissional.

Podemos observar o predomínio do trabalho familiar associado à força de trabalho contratada temporariamente (93% das ocorrências). As circunstâncias em que ocorrem as relações de produção espelham o caráter artesanal dessas agroindústrias.

A disponibilidade da mão-de-obra familiar de jovens e adultos (homens e mulheres) e a contratação de temporários no processo produtivo são fortes elementos presentes nessa forma de produção. Como destacou-nos Celso Reolon em entrevista concedida em 2007:

A cachaça é praticamente um mês que a gente faz, mês de julho. A gente pega diarista porque a gente só da família não vence porque bem dizer é só três que trabalha na cachaça. Daí a gente trabalha, precisa de umas dez pessoas por dia pra produção. Plantio e limpa é a família mesmo que faz porque tem tempo. É na colheita que precisa, colheita, moer, puxar e tem que cuidar do alambique. É os vizinhos que vem ajudar.

A contratação dos “diaristas”, trabalhadores volantes, ocorrem em várias unidades de maneira esporádica, nos picos de produção. As pessoas contratadas são vizinhos de propriedade e muitas vezes trocam-se dias de trabalho, auxiliam-se mutuamente. Os contratados são vizinhos pobres e são envolvidos jovens produtores rurais, ou como eles mesmo dizem, “*a piaçada*”.

A utilização da força de trabalho não se baseia na extração de mais-trabalho, é sim uma forma de assegurar o processo produtivo nas unidades, visto que as atividades são múltiplas e, por vezes, têm que ser desenvolvidas num mesmo período de tempo dos ciclos produtivos.

Com a modernização da agricultura, a introdução de técnicas que garantem elevada produtividade do trabalho provocou efeitos nas relações de trabalho intra-unidade e no mercado de trabalho agrícola. A ociosidade de muitos braços da família, principalmente de mulheres e pessoas de idade mais avançada é um desses efeitos. A produção artesanal possibilita aos braços que estavam ociosos, em virtude dos efeitos da modernização

agropecuária, terem novamente através do trabalho uma participação mais efetiva na composição da renda familiar. A agroindústria artesanal propicia a geração de emprego às famílias envolvidas, fazendo da cooperação familiar um elemento essencial da territorialidade produtiva. Inclusive as crianças auxiliam no trabalho agroartesanal, o que concebemos por educação para o trabalho.

Em Francisco Beltrão/PR, tivemos a oportunidade de constatar a utilização em potencial da força de trabalho de toda a família na atividade agroindustrial, como veremos no capítulo 4.

A situação de encurralamento com que muitas famílias minifundistas se depararam devido ao acirramento das contradições engendradas pelo fenômeno agrário da modernização da agricultura e a disponibilidade de braços, ociosos em virtude do engendramento dessas mesmas contradições do sistema, fizeram da produção artesanal uma alternativa plausível de inclusão através da geração de trabalho e renda.

A utilização interna da força de trabalho familiar e da mão-de-obra contratada temporariamente, mergulhada na informalidade (os chamados diaristas), evidencia uma forma de autoexploração, embora não estritamente integrada ao sistema capitalista de produção. À margem, pois, de acordo com o próprio Marx (2002), no livro primeiro de *O Capital*:

[...] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (p. 375).

Muito embora algumas unidades já sinalizem para uma produção capitalista embrionária devido à utilização de mão-de-obra contratada (durante o tempo de trabalho e o tempo de produção) e à alteração da forma social da mercadoria em algumas dessas unidades (D-M-D), a produção artesanal não é uma atividade tipicamente capitalista. A dinâmica das agroindústrias artesanais é caracterizada por uma lógica territorial familiar não tipicamente capitalista.

O conceito de territorialidade alicerçado em uma análise relacional do poder, instrumentaliza-nos a pensar, numa escala micro, as contradições entre os *pactos* de poder existentes que suprem o território de dinamicidade. As contradições não são obra apenas do sistema capitalista de produção, são sim produto de uma dialética social do viver no território.

Contraditoriamente, o desenrolar cotidiano de uma territorialidade dita familiar, ao mesmo tempo que mescla sujeição disfarçada ao sistema social produtor de mercadorias, também é agente ativo na produção de relações sociais. A sistemática do poder no território condiciona relacionalmente a emergência de relações entre dominadores e sujeitados sociais, numa espiral sempre refeita. Em virtude das relações de poder, a territorialidade significa a possibilidade de “aprisionamento” ou de “libertação”, conforme nos sugere Raffestin (1993).

Na dinâmica territorial da produção agroartesanal, efetivam-se territorialidades múltiplas (relações na família, no trabalho agropecuário, relações no mercado, com os parâmetros de produção, nas permanências culturais etc.). São pequenas unidades individualizadas e sem organização política maior. Ao invés de se complementarem, articulando em conjunto suas ações na luta pelo território, entram em situações de concorrência, consoante veremos adiante.

O tamanho das unidades dá uma idéia da dimensão da produção: 53% das unidades tem até 100m² de área construída. Obviamente, o tamanho físico da unidade não é parâmetro para identificarmos a dimensão exata de uma produção; seria uma leitura simplista. Todavia, como as condições tecnológicas são isentas de maiores investimentos em inovações, esse pequeno espaço, conjugado a técnicas artesanais, permite o exercício de tímidas produções. E tal fator condiciona o predomínio do trabalho familiar e da força de trabalho contratada.

As relações de trabalho nas agroindústrias artesanais adaptam-se às circunstâncias de cada unidade. É esse caráter polivalente da força de trabalho e seu grau de autoexploração que assegura, em grande parte, a reprodução da atividade, já que ela se mantém na ótica mercantil sob uma frágil combinação de elementos.

Notamos isso ao analisarmos o período de funcionamento das unidades: 67% das unidades estudadas pela EMATER têm até cinco anos de existência. As unidades que funcionam há mais de dez anos correspondem a 11% do total, conforme representado no quadro VI.

Quadro VI - Período de funcionamento das unidades produtivas em anos

Unidades						
Inspecionadas			Não inspecionadas		Total	
Períodos	nº	%	nº	%	nº	%
De 10 anos acima	4	11%	02	11%	06	11%
De 06 a 09 anos	9	24%	03	17%	12	22%
De 04 e 05 anos	14	38%	11	61%	25	45%
Menos 01 ano até 03	10	27%	02	11%	12	22%
Total	37	100%	18	100%	55	100%

Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

Tais dados possuem duas explicações. De antemão, é essencial destacar que o conceito de agroindústria artesanal de transformação de alimentos definido pela EMATER é restrito a unidades que contenham um espaço físico próprio para o processo de produção, por exemplo, uma construção de 5 por 5 metros, com equipamentos mínimos e técnicas de manejo exigidos pelo SIM para a pasteurização de leite ou produção de embutidos.

Em virtude desses critérios definidos pela EMATER na coleta dos dados, esse tipo mais específico de unidade artesanal de transformação de alimentos é mais recente, em Francisco Beltrão, tomando maiores dimensões, em 1996, quando instituído o SIM. Contudo, a prática da produção artesanal de alimentos no Sudoeste data do processo de colonização (1950 e 1960, sobretudo) com suas peculiaridades culturais já destacadas.

Retornando os dados presentes do quadro VI, a primeira explicação é que o estímulo para a produção artesanal é algo substancialmente recente no Sudoeste, datado de cerca de oito anos atrás, com a criação, em muitos municípios, dos selos de inspeção municipal (SIM), com inspeção da atividade, garantindo uma expansão (mercantil) mais significativa. Em Francisco Beltrão, o SIM foi criado recentemente, em 1996.

Outra explicação vem afirmar a instabilidade do segmento frente às dificuldades enfrentadas: a) estímulo governamental insuficiente; b) escasso investimento em assistência técnica e incentivos financeiros; c) fatores ligados à lógica de condução do empreendimento tornando-o suscetível a ligeiras crises e mesmo a “leves” alterações na dinâmica do mercado e na organização interna.

O diagnóstico da EMATER destaca os diversos riscos do empreendimento tornar-se inviável, seja por fatores internos (administração, processos, canais de distribuição e outros) ou por forças externas (mercado competitivo, falta de apoio da sociedade e outros).

Aos moldes do que ocorre com os empreendimentos empresariais urbanos, acrescenta o relatório da EMATER, assim, a necessidade de investimentos na capacitação dos produtores bem como planos de negócio são imprescindíveis para garantir a continuidade,

expansão, manutenção da atividade e o *sucesso* dos empreendimentos. Isso destaca a crescente faceta mercantil que envolve a atividade, a partir da atuação do Estado.

As unidades destacadas no diagnóstico da EMATER, nos diferentes ramos produtivos (carne, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, leite, panificação e outros), têm sua produção distribuída do seguinte modo:

Quadro VII - Tipo de produtos e quantidade produzida mensalmente

Ramo	Produtos	Unidade Medida	Produção
Carne	Chouriço	Kg	400
	Costela defumada	Kg	20
	Couro bovino	unidade	50
	Frango	Kg	9.250
	Lingüiça	Kg	1.528
	Morcilha	Kg	250
	Ovos codorna em conserva	Vidro 300 gr.	3.000
	Salame tipo italiano	Kg	8.500
	Torresmo	Kg	450
	Bacon defumado	Kg	24
	Banha	Kg	750
	Carcaça de bovino	Kg	9.000
	Carcaça de suíno	Kg	6.000
	Carne bovina	Kg	6.000
	Carne suína	Kg	200
Cana-de-açúcar	Açúcar mascavo	Kg	7.525
	Cachaça	Litros	6.750
	Melado	Kg	6.549
	Pé-de-moleque	Unidade	100
	Rapadura	Kg	522
Hortifrutigranjeiros	Cebola em conserva	Vidro 320 gr.	450
	Doces diversos	Kg	326
	Geléias diversas	Kg	61
	Pepinos em conserva	Kg	1.470
	Picles	Vidro 320 gr.	50
	Vinagrete	Vidro 320 gr.	160
	Vinhos	Litro	35.833
Leite	Iogurte	Litro	4.000
	Leite pasteurizado	Litro	28.034
	Manteiga	Kg	1.704
	Nata	Kg	1.081
	Queijos	Kg	56.362
Panificação	Bolachas diversas	Kg	4.230
	Bolos	Unidade	60
	Cucas	Kg	950
	Macarrão	Kg	1220
	Massas caseiras	Kg	80
	Pães (caseiros)	Unidade	1.310
Outros	Nozes (meia e inteira)	Kg	37
	Salgadinhos	Bandeja/pacotes	270

Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

O Diagnóstico Unidades Agroindustriais (2006), partindo de uma amostragem de 55 agroindústrias artesanais, nos ramos de carne, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, leite, panificação e outros, oferece uma base de dados que permitem verificar a extensão das produções familiares, corroborando seu caráter artesanal.

Dentre os diversos produtos transformados nos diferentes ramos produtivos, alguns se destacam. De um total de 40 produtos catalogados (grosso modo), alguns merecem destaque por conter uma concentração “mais expressiva” (para os parâmetros artesanais regionais) da produção; são eles: queijos, vinhos, leite pasteurizado, salame, frango, melado, cachaça e açúcar mascavo. Contudo, a diversificação da produção é fundamental no que tange à dinâmica territorial das agroindústrias artesanais. Cabe ressaltar que os produtos transformados superam em muito essa marca de 40 identificados no Diagnóstico Unidades Agroindustriais da EMATER.

As agroindústrias sudoestinas têm no caráter artesanal e diversificado da produção seu ponto de referência. Notamos um exemplo disso ao perguntarmos para Tobias Korb, proprietário de uma agroindústria de queijos, localizada na “comunidade” Jacutinga, em Francisco Beltrão/PR, quais foram (são) as maiores dificuldades enfrentadas na atividade.

Entre outros comentários, citou enfático como dificuldade a padronização do sabor do produto (do queijo colonial) requerido pelo mercado. Outra dificuldade foi “achar o ponto” do queijo produzido com o leite pasteurizado. Essas afirmativas dão-nos conta do caráter artesanal da produção. São produções artesanais em escala de produção, em unidade física e em montante de investimentos (ver gráficos na sequência), cuja geração de produtos difere do tempo acelerado das grandes unidades agroindustriais capitalistas (CAIs).

Na unidade produtiva familiar e policultora, a escala artesanal e a qualidade de polivalência da mão-de-obra familiar e/ou contratada possibilitam diversificação da produção e a própria diversificação inerente à policultura, exigem uma quantidade razoável de mão-de-obra.

Essa característica da agroindústria artesanal permite-nos pensar localmente o convívio de sua dinâmica territorial com grandes unidades agroindustriais, cujo mecanismo acelerativo da reprodução ampliada regula suas ações territoriais.

Torna-se, assim, condizente falarmos em territórios e territorialidades sobrepostas. No Sudoeste, o ritmo lento da produção artesanal encontra espaços nos meandros do sistema em que a diversificação produtiva é intensa e constrói seus territórios e territorialidades com identidades próprias. Somente a partir de um enfoque multidimensional é que podemos perceber esses descompassos do(s) e no(s) território(s).

A desconfiança pela homogeneidade, pregada como produto consumido do cotidiano, parece-nos, de início, um caminho promissor na compreensão da diferenciabilidade que se estabelece na *amálgama* territorial.

Na lógica territorial das agroindústrias artesanais sudoestinas, embora ainda existam muitas agroindústrias não inspecionadas, operando clandestinamente nos nichos de mercado em que se formam, busca-se principalmente esse diferencial de qualidade do produto *colonial*, no qual os códigos simbólicos e culturais também estão sendo evocados como diferenciabilidade e potencial agregação de valor às mercadorias. Potencial, pois esse elemento histórico necessita ser melhor trabalhado como estratégia de mercado, centrado no princípio da difusão dos valores do *velho*, atuantes na territorialidade do *novo*.

Uma territorialidade *nova* exprime o acúmulo de relações históricas dos momentos de territorialidade do *velho*. Este é revestido de novas formas e seus conteúdos dotados de novos significados no jogo de relações do território.

A produção agroartesanal do Sudoeste, no momento atual, expressa, em sua territorialidade, as qualidades do *velho* e do *novo*, ora em sentido de complementaridade, ora em sentido de distanciamento. O *novo* é uma superação do *velho*, no entanto, é também resultado do movimento deste.

O ritmo de produção artesanal, as técnicas rudimentares de produção, a relação de trabalho familiar (na agroindústria e na propriedade) são elementos do *velho* difundidos e readequados às atuais territorialidades do *novo*.

Citamos como exemplo a agroindústria de pasteurização de leite da família de Ademar Crestani. A estratégia de mercado é sustentada pelo saber fazer tradicional que a família possui na produção do leite, garantindo, por essa procedência e por esses atributos, a qualidade do produto no mercado regional.

De acordo com Saquet (2005, p. 132), “O velho é re-criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade”. A formação territorial atual da produção artesanal do Sudoeste reúne aspectos da permanência da *totalidade* anterior, reterritorializada.

As descontinuidades, engendradas no movimento histórico, transformam o *velho*, superam-no; no entanto, os elementos de territorialidades já vividas não estão fadados ao desaparecimento; a força motriz do devir histórico aviva o *velho* e o *novo*, atribui-lhes novos significados em sistemas territoriais e territorialidades inacabadas.

O atual, e ainda inicial, conteúdo mercantil emanado das produções agroindustriais artesanais têm, em seus códigos de territorialidades, suscitado, nesta

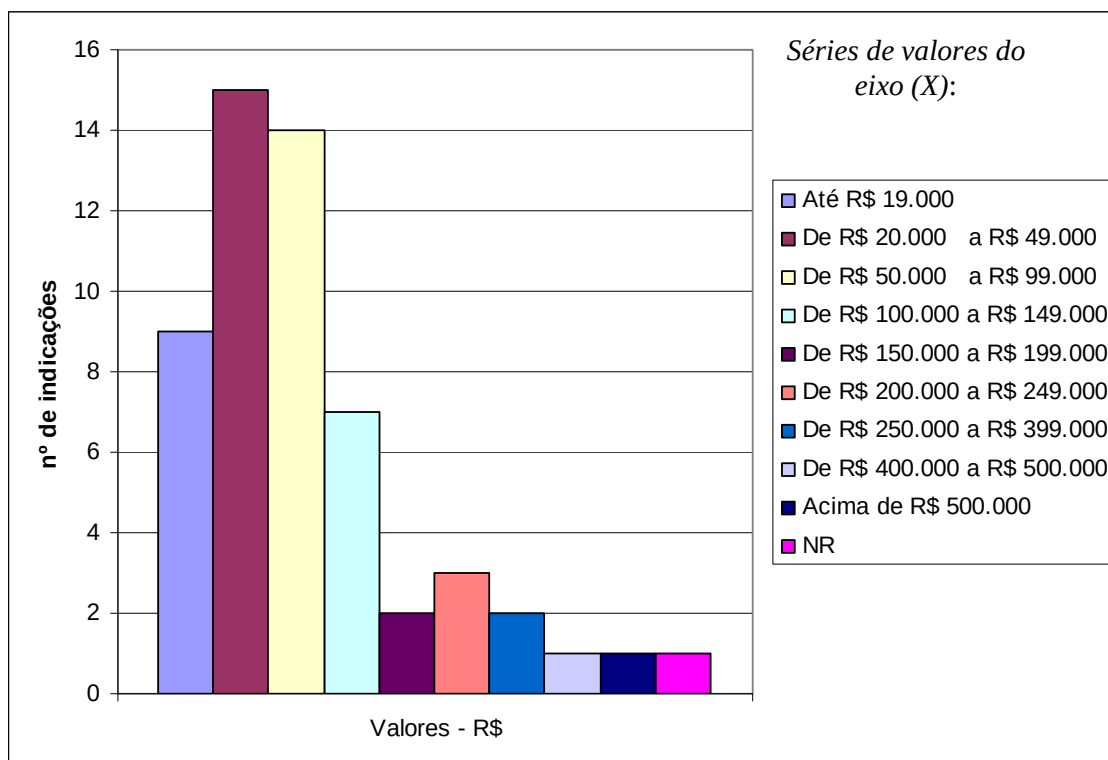
sistemática de mercado, o *novo*, que remete a uma transfiguração dos *velhos* códigos culturais da produção artesanal – que não desaparece – assentada originalmente na policultura, na polivalência do trabalho e na subsistência familiar.

No que tange ao levantamento da EMATER (2006), o total de investimentos em instalações, máquinas e equipamentos das 55 unidades pesquisadas totalizou R\$ 4.941.500,00 (quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil e quinhentos reais), divididos da seguinte forma:

Os valores, representados abaixo no Gráfico II, representam a quantidade de investimentos realizados desde a origem de cada unidade produtiva. Agregam a esse cálculo, investimentos em instalações, em matéria-prima, capital empregado, aquisição de equipamentos etc.

Aproximadamente 70% dos entrevistados indicaram ter investido até R\$ 99.000,00 na unidade, em custos diversos de instalações, máquinas e equipamentos. Mesmo considerando que 30% das indicações extrapolam esse valor, em apenas uma unidade foram investidos mais de R\$ 500.000,00. Se dividirmos o valor total de investimentos das 55 unidades pelo número de pessoas beneficiadas diretamente com o empreendimento (1.129 pessoas), a média é de R\$ 4.500,00 por pessoa.

Gráfico II – Total de investimentos nas unidades agroartesanais do Sudoeste do Paraná



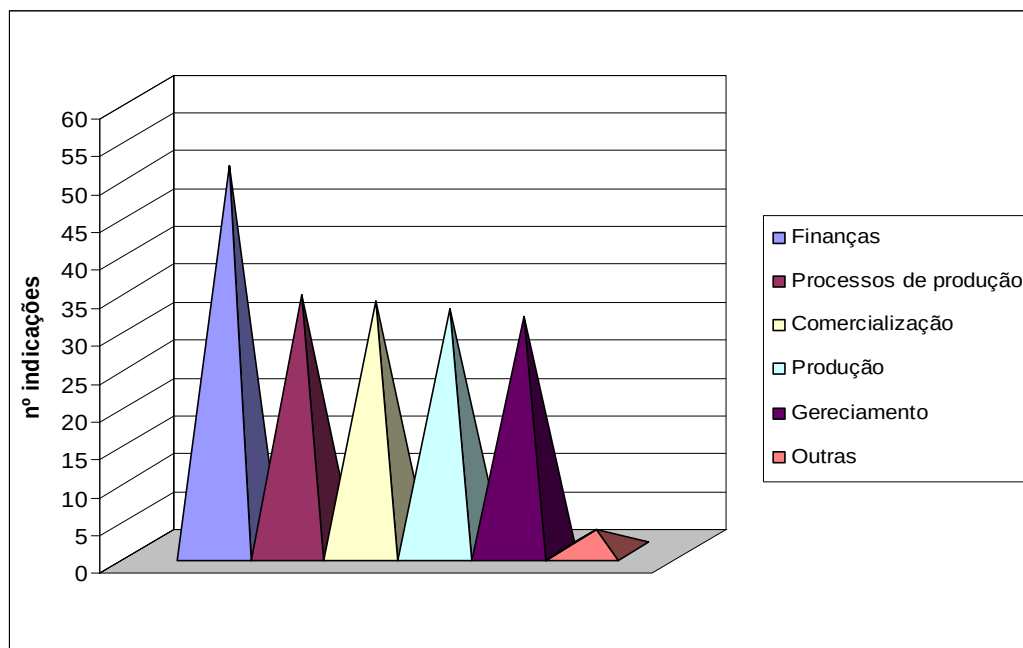
Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

Em valores aproximados, a média de investimento por unidade (totalizando as 55 unidades) é de R\$90.000,00. Um valor que não é tão baixo como freqüentemente atribuem os órgãos de fomento à gestão territorial da atividade. Frente à importância que a produção artesanal adquire na dinamização da economia agropecuária, torna-se um investimento econômico significativamente importante.

Questionado sobre as maiores dificuldades enfrentadas no segmento, a população entrevistada no Diagnóstico Unidades Agroindustriais apontou, em primeiro lugar, dificuldades no setor de finanças, principalmente devido ao baixíssimo capital de giro disponível e ao insignificante auxílio governamental na destinação de verbas para implementação de melhorias no processo produtivo.

Os gargalos oriundos das dificuldades indicadas nas áreas de finanças, de processos de produção, de comercialização, de produção e de gerenciamento, levando em consideração o fato da lógica territorial de muitas unidades estarem desvincilhadas da racionalidade que orienta as intencionalidades voltadas para os lucros extraordinários, entendemos que a grande maioria das unidades não obtém grandes margens de ganho: 81% com média de faturamento bruto/mês de até R\$ 19.000,00. Média que encobre ganhos muito menores, segundo evidenciamos estudando as agroindústrias artesanais beltronenses. Mesmo assim, com essa margem estreita de faturamento bruto mensal, esse tipo de produção já está deixando de ser atividade marginal da economia agropecuária regional, apresentando-se para muitos agricultores como principal fonte de renda, conforme demonstraremos no capítulo 4.

Gráfico III – Principais dificuldades das unidades produtivas

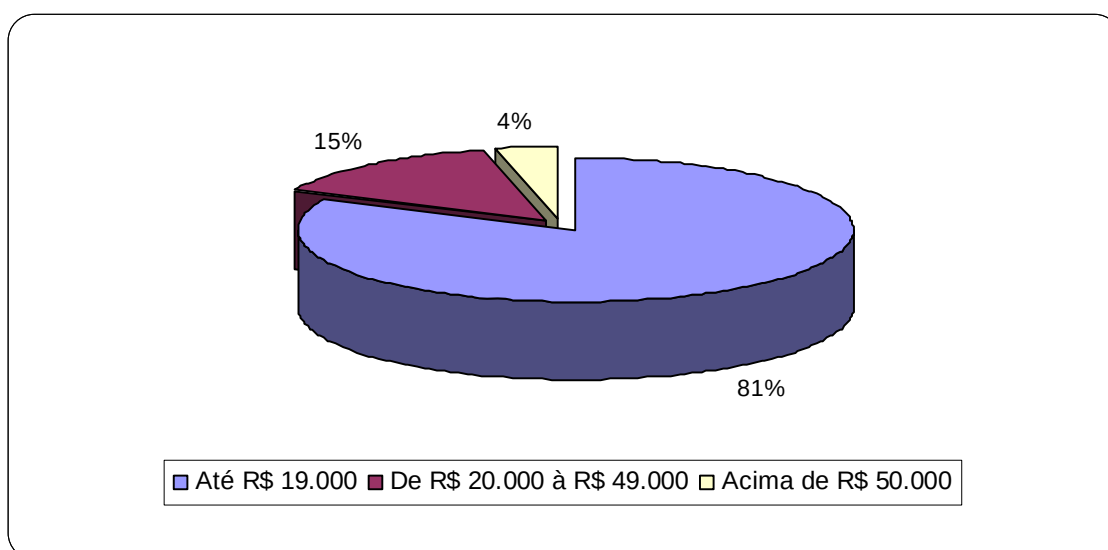


Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

Quanto aos dados que remetem às áreas em que se condensam as maiores dificuldades do segmento estudado, 93% das indicações apontaram a área de finanças como maior dificuldade, seguida, respectivamente, pelos processos de produção com 62% e comercialização com 60%.

No Sudoeste do Paraná, somente 4% das unidades, dentre uma amostragem de 55 unidades, têm média de faturamento bruto/mês acima de R\$ 50.000,00, consoante se pode notar no gráfico IV.

Gráfico IV – Média faturamento bruto/mês



Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

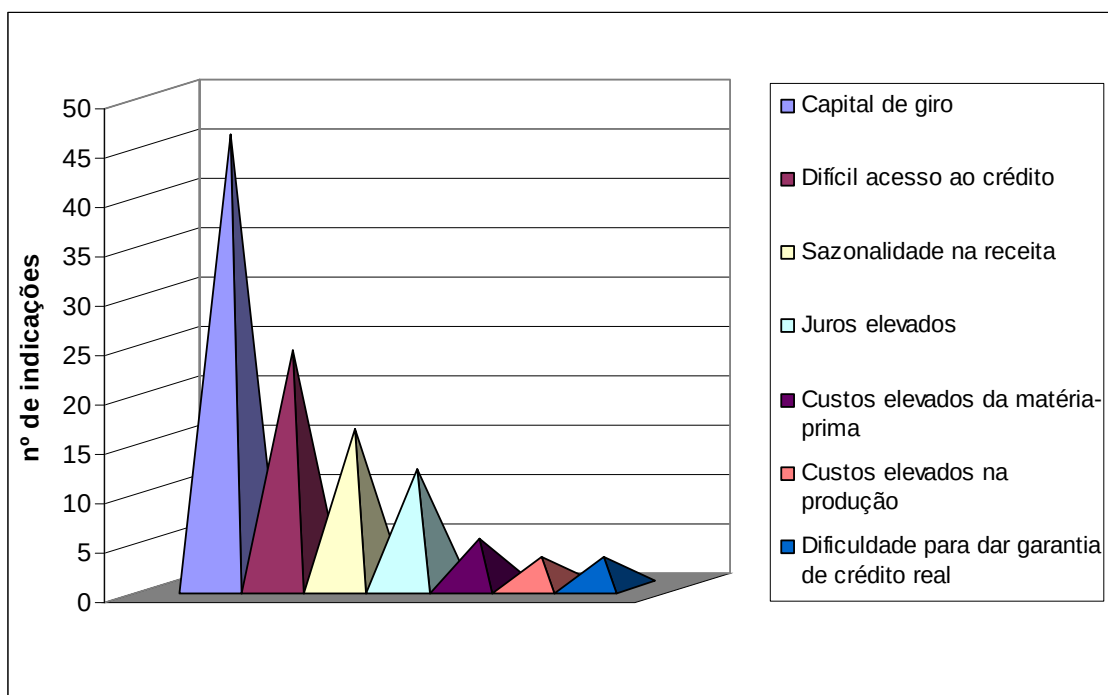
Considerando que o apelo à produção artesanal e as medidas que ratificaram seus princípios legais são substancialmente recentes, com mais veemência datando o período de dez anos atrás, no Sudoeste paranaense, o crescimento do segmento é algo evidente, desde que estimulado e amparado por políticas públicas em consenso com as práticas de territorialidade produtivas.

Corroborando com nossa afirmativa anterior (gráfico III), 84% do total dos produtores apontaram a área de finanças como maior dificuldade enfrentada. O item “capital de giro” obteve um índice com mais de 45 indicações, conforme constam os dados da EMATER (2006), organizados no gráfico V a seguir.

Outras dificuldades de ordem financeira como o “difícil acesso ao crédito” e a “sazonalidade da receita” também merecem atenção especial, não menosprezando as demais dificuldades enfrentadas.

O difícil acesso ao crédito deve-se tanto a problemas internos das unidades (inadequação aos parâmetros de produção – como no caso das atividades clandestinas) quanto a problemas externos (como a excessiva burocracia) e aos planos de ação ainda incompatíveis com as características das agroindústrias artesanais familiares.

Gráfico V – Principais dificuldades financeiras



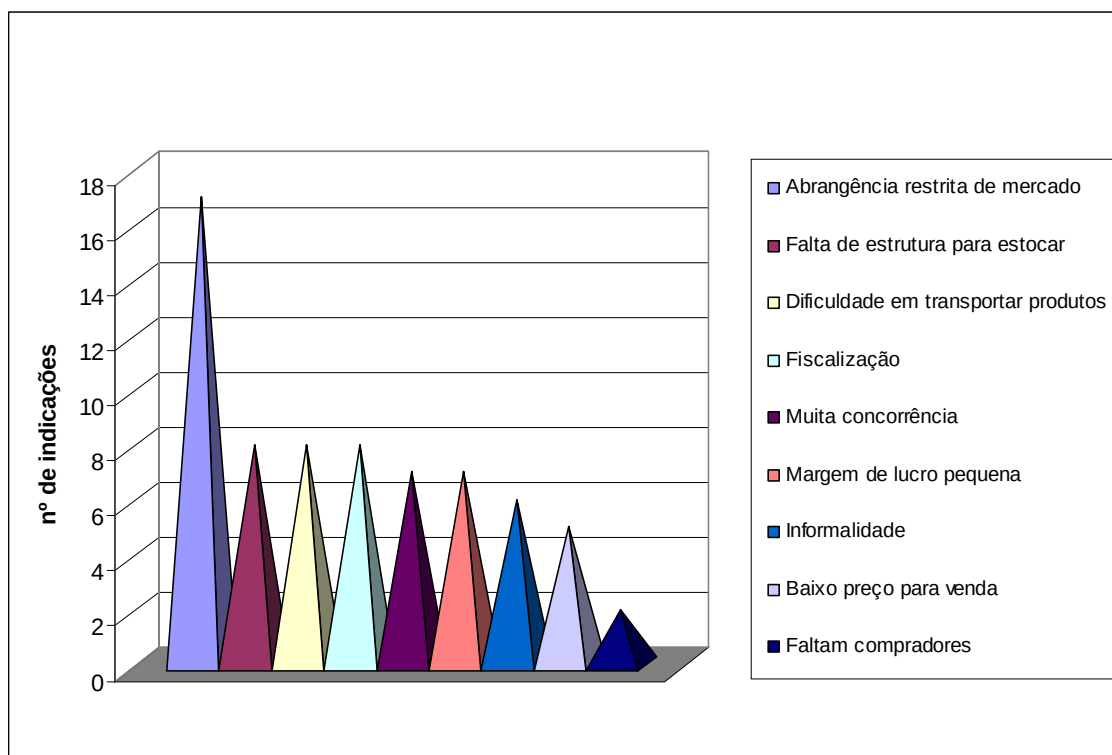
Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

O item “sazonalidade da receita” deve-se notadamente aos entraves financeiros que impossibilitam a expansão da atividade, fazendo muitas unidades funcionarem aquém de sua capacidade produtiva, quando não esporadicamente, gerando com isso outros problemas como na área de comercialização; no caso da instabilidade da oferta e do subabastecimento dos nichos de mercado que ainda estão em formação, 31% alegaram que a principal dificuldade ocorre em razão da “abrangência de mercado muito restrita”.

Aqui temos um contraste entre as unidades. Contraditoriamente, para as unidades melhor estruturadas e maiores, os limites da divisão político-administrativa de um município impostos pelo SIM para a comercialização da produção soa como empecilho. Já para as unidades menores, mais rudimentares, a referida limitação é encarada como algo positivo, no sentido de proteger o mercado municipal da concorrência de outras agroindústrias da *região*.

Esse é um bom exemplo para ilustrar o papel das redes no sistema territorial. Como ensina Raffestin (1993), as redes tanto libertam quanto aprisionam as forças territoriais. São, concomitantemente, limitantes e potencialidades para o exercício da territorialidade dos diferentes grupos sociais e atores *sintagmáticos*.

Gráfico VI – Principais dificuldades de comercialização



Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

O aumento da burocracia, dos gastos extras e os limites impostos pelas forças produtivas artesanais inviabilizam, em grande parte, a suposta adoção de um selo de fiscalização a nível estadual (SIP – sistema de inspeção paranaense) ou, quiçá, federal (SIF – sistema de inspeção federal).

O aumento de impostos gerados com o SIP, os limites impostos pela mão-de-obra, a escala de produção artesanal, os gastos com divulgação, transporte, estocagem, equipamentos etc. fazem com que a maioria das agroindústrias, quando regularizadas, sejam inspecionadas apenas pelo SIM.

A questão da mão-de-obra é outro ponto de estrangulamento da atividade. As tarefas são múltiplas no que tange à atividade agroindustrial. O trato com a economia intra-unidade, a produção da matéria-prima, as tarefas intrínsecas à produção e circulação, o saber fazer produtivo requerem empenho polivalente e certo conhecimento, já acumulado, do trabalho artesanal. Aqui, a especialização do trabalho significa o conhecimento dos meandros da atividade, ao contrário do que acontece na produção de alta escala mercante.

Dois trechos de depoimentos dos entrevistados ajudam-nos a compreender essa problemática. Lili, proprietária de uma agroindústria urbana de massas comenta que “na agroindústria o trabalho tem que ser familiar. A gente briga durante a produção, mas logo as coisas se acertam e voltam ao normal”.

Em outro depoimento oral nos concedido em 2006, Ademar Crestani, proprietário de uma agroindústria rural de pasteurização de leite, vai além. Interrogado sobre a principal dificuldade que vem enfrentando com a atividade, afirma ser a mão-de-obra. Perguntado, na sequência, se a problemática da mão-de-obra deve-se à pouca disponibilidade da família, destaca que:

[...]hoje, tem uma grande dificuldade pra tu arrumar um peão. [...] um pouco por causa da qualificação, outro pouco por falta de gente mesmo. Hoje, está muito explorado, tem muitos aviários, [...] hoje, no interior, não tem mais ninguém. Tá sobrando quem? As famílias que são mais persistentes, que necessitam do ramo. Agora ou é peão já empregado ou de famílias que, digamos assim, não tem como ceder alguém pra ajudar.

O que chamamos de saber fazer produtivo tem sido relegado a um papel subalterno pelas novas gerações. Herança, patrimônio cultural, por ser uma atividade que requer bastante empenho e esforço braçal, alicerçada em técnicas artesanais com pequenas margens de ganho, não vem despertando interesse dos mais jovens.

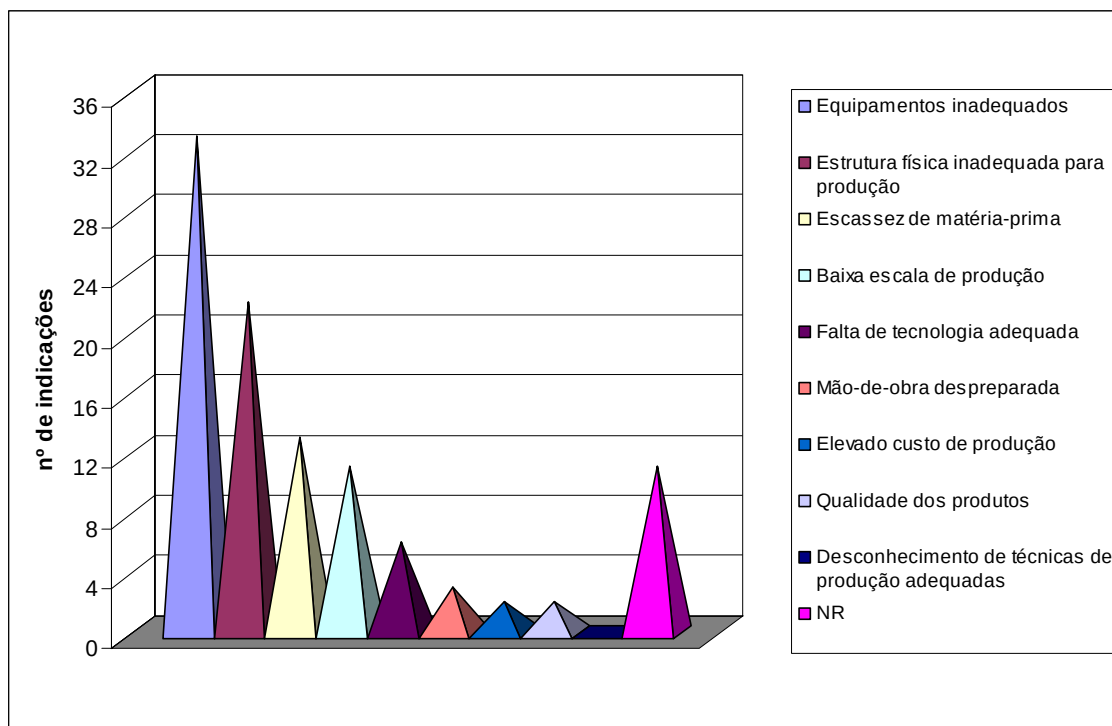
Ainda referente ao depoimento de Ademar Crestani, perguntado se os mais jovens da família têm o intuito de permanecer na atividade, enfatizou que,

Ah, você sabe que o interesse dos jovens hoje não é ficar ligado diretamente à agricultura, né. Na verdade, se você visitar dez propriedades, todos os filhos já pensam em fugir do calor. Então, essa é a maior dificuldade. Na verdade, se você for olhar no geral, hoje, na minha comunidade, tá sobrando só os velhos, o casal. Se for falar assim do pessoal que casou e que ficou, eu acho que abaixo de 35 anos não tem nenhum. Todo mundo tá saindo. Na verdade o pensamento deles é estudar, ter o dinheirinho deles no bolso, se formar em alguma coisa, ter outro tipo de atividade diferente, eles querem viver diferente. Na verdade, todo mundo está em busca de uma coisa diferente, tem que correr atrás das coisas. Eu acredito que até, de repente, futuramente, eles irão tocar isso aqui. Mas não pra morar, pra ficar aqui. Eu acredito que eles vão colocar alguém pra tocar isso aqui e vão simplesmente gerenciar de longe; manter a atividade, mas gerenciar isso aqui de longe. Eu, às vezes até fico me perguntando, às vezes, a gente investe tanto, gasta tanto, porque isso aqui é caríssimo [...].

É mister levantarmos os limites gerais da produção artesanal em consideração ao fomento às medidas institucionais para o segmento. Consoante já dissemos antes, a dinâmica territorial das agroindústrias artesanais é um complexo conjunto de elementos e fatores históricos e atuais associados, que consubstanciam as territorialidades emergentes.

A partir dos dados levantados no Diagnóstico Unidades Agroindustriais, destacam-se dificuldades na produção, em virtude da ausência de tecnologias adequadas ao processo produtivo. Muitas são artesanais e improvisadas às necessidades imediatas. O problema com a estrutura física e sua inadequação para a produção foi o segundo item mais relevante quanto às deficiências no âmbito da produção. A escassez de matéria-prima e a baixa escala de produção são dificuldades enfrentadas no âmbito da organização produtiva. Vejamos o gráfico VII.

Gráfico VII – Principais dificuldades de produção

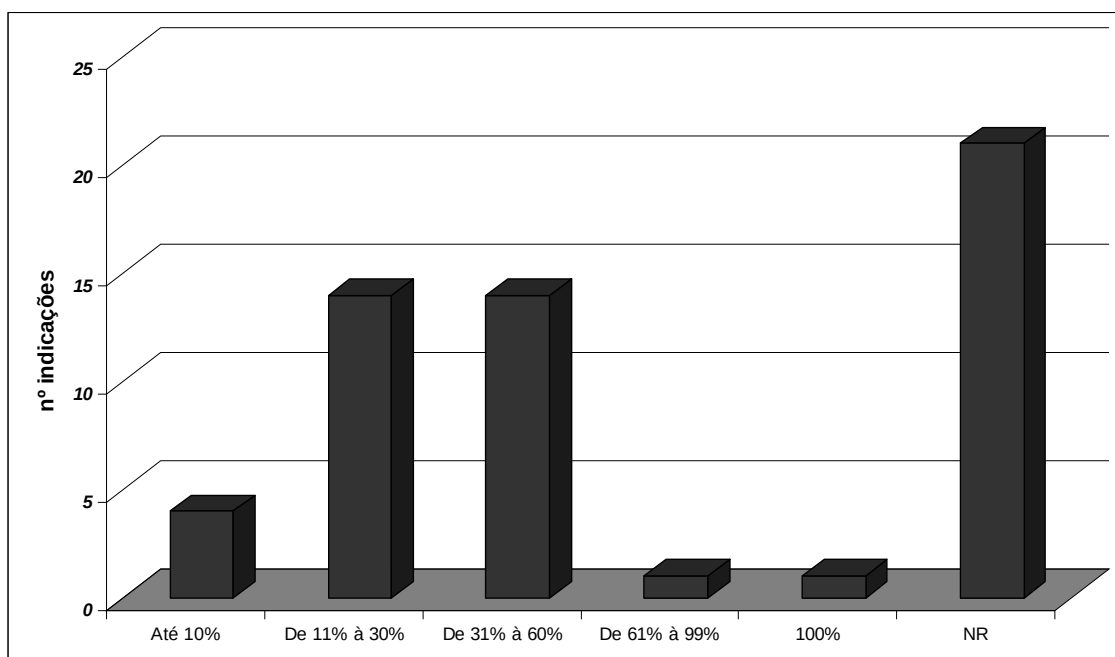


Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

Mesmo com todo gargalo tecnológico existente dificultando o processo produtivo e problemas como os de estrutura física inadequada, escassez de matéria-prima, baixa escala de produção, mão-de-obra despreparada, entre outros, 40% dos proprietários afirmaram não calcular sequer os custos de produção. Essa informação revela os problemas de gestão; problemas que põem, inclusive, em xeque a sustentabilidade (continuidade) do empreendimento.

Há um ambiente favorável ao crescimento dessas atividades, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Podemos perceber que, apesar de uma abstenção relevante das indicações válidas e, tendo por base o ano de 2005, a maioria das unidades produtivas obtiveram um incremento no ganho de 11% a 60%.

Gráfico VIII – Percentual de incremento nas agroindústrias do Sudoeste do Paraná



Fonte: Diagnóstico Unidades Agroindustriais, EMATER/PR, 2006.

No momento em que a ideologia dominante sustenta a lógica da homogeneidade como materialização e/ou dever histórico da questão agrária brasileira, a imperiosidade da grande técnica capitalista, os circuitos territoriais dinâmicos de produção e de comercialização, a escala de produção internacional etc. e outros arranjos territoriais (alternativos) “saltam aos olhos”.

O ritmo lento da produção artesanal no Sudoeste paranaense, no qual o saber fazer produtivo dos descendentes de camponeses italianos e alemães, a policultura e o substrato familiar compõem os trunfos de territorialidades locais da atividade, contrasta com o ritmo acelerado da grande produção capitalista. Pensar a dinâmica do território é reconhecer que, em sua essência relacional, o exercício do poder pressupõe um feixe aberto de possibilidades.

O(s) território(s) alternativo(s) da produção artesanal constitui, para muitas famílias do Sudoeste paranaense, a principal atividade econômica da unidade produtiva. Prezotto afirma que,

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividade, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capaz de impulsionar uma distribuição de renda mais equitativa (PREZOTTO, 2002, p. 138).

A atividade simboliza uma forma de resistência perante a natureza desterritorializante do capital, otimizada sobretudo nas últimas décadas no espaço rural. Como podemos notar, mesmo enfrentando diversas dificuldades, a atividade expande-se regionalmente. Diversificando e agregando valor ao trabalho agrícola vêm também contribuindo para o arrefecimento da desterritorialização do *homem do campo*.

Conforme o Diagnóstico Unidades Agroindustriais da EMATER/PR, 82% das unidades estudadas não tiveram nenhum membro da família que deixou o campo para residir em centros urbanos e das 18% cujos membros saíram, a principal razão foi para estudar. E 16% das unidades estudadas tiveram membros da família que se deslocaram de centros urbanos para residirem no campo.

Pensar a gestão do território em questão sob um prisma integrado à partir do reconhecimento de que o ritmo lento da produção agroartesanal e seus trunfos de territorialidades constitutivos como polivalência do trabalho familiar, policultura de subsistência e saber fazer produtivo são elementos formadores de sua territorialidade – é um desafio que precisa ser melhor estudado.

4. A DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

As unidades agroindustriais contempladas em nossa pesquisa, num primeiro momento, foram todas aquelas que possuíam registros no Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Em Francisco Beltrão, Paraná, para obterem o Selo de Inspeção Municipal pela vigilância sanitária, os donos dessas unidades necessitam cumprir alguns requisitos: a) ter espaços exclusivos reservados à transformação (que, em geral, são pequenas construções de 20 a 30m² separadas do domicílio); b) um mínimo de aparato tecnológico que garanta a qualidade da produção em termos de higiene; c) informações nutricionais nos rótulos dos alimentos (data de validade, peso do produto, calorias, gorduras, proteínas, vitaminas etc.).

Tais unidades têm, em geral, um caráter mercantil mais efetivo que as unidades agroartesanais informais, ditas “clandestinas”, com produção direcionada ao atendimento de nichos de mercado localizados, como supermercados, padarias, creches, feiras-livres etc. Há uma diferenciabilidade importante entre as unidades registradas no SIM e as não registradas. No decorrer do capítulo demonstrar-se-á lógicas territoriais distintas, do tempo lento e do tempo mais rápido da produção agroartesanal beltronense. Por isso, procuramos, neste capítulo, também contemplar algumas unidades *clandestinas*, ou seja, unidades que não possuem o SIM; em geral, são unidades mais artesanais e com produção mais intermitente, mas que atuam como concorrentes das unidades cadastradas.

Segundo o relatório da Secretaria Municipal da Agricultura de Francisco Beltrão/PR, existiam, em fevereiro de 2007, trinta e sete agroindústrias rurais no município em questão, distribuídas da seguinte maneira:

Tabela V – Unidades agroindustriais artesanais de Francisco Beltrão/PR cadastradas pelo Sistema de Inspeção Municipal/produtos de origem animal (SIM/POA)

Pasteurização de leite.....	12
Agroindústria de queijo.....	7
Abatedouro e transformação (suínos e bovinos).....	7
Granja de ovos.....	4
Abatedouro de frangos.....	2
Pescados.....	3
Beneficiamento de mel.....	2
Total de unidades.....	37

Fonte: Prefeitura Municipal - Secretaria da Agricultura de Francisco Beltrão/PR, 2006.

Dentre as agroindústrias cadastradas pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM), de um total de 31 unidades estudadas fizemos entrevistas em 28 unidades. Nas demais

unidades (três), utilizam-se produtos de origem vegetal (açúcar mascavo, doces e panificação). O município carece de órgão competente que fiscalize e emita cadastro das agroindústrias de origem vegetal. Mesmo adotando os padrões sanitários requeridos, elas são consideradas clandestinas por não terem o selo do SIM.

Algumas outras unidades constantes no relatório da Secretaria da Agricultura foram visitadas, porém, em algumas delas não realizamos entrevistas por algumas razões específicas: a) o dono da unidade recusou-se a responder o questionário e a gravar a entrevista; b) depois de algumas tentativas não conseguimos encontrar nenhuma pessoa na unidade; c) a agroindústria parou de funcionar recentemente; d) em alguns ramos, como o de pasteurização de leite, por já termos atingido o número suficiente para análise, algumas unidades com processos semelhantes deixaram de ser visitadas.

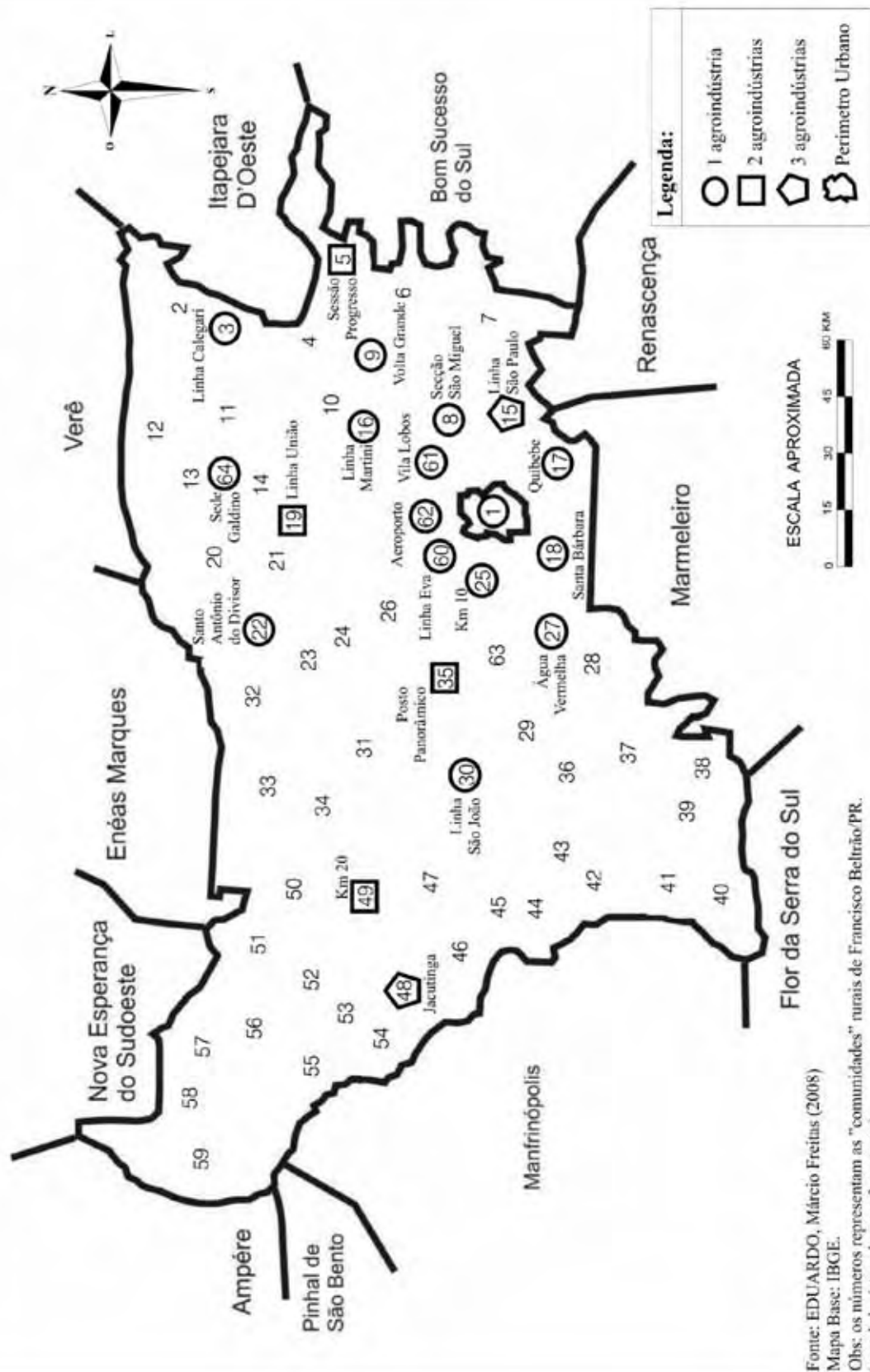
Através do mapa 3, a seguir, e do quadro 1 é possível evidenciar as agroindústrias artesanais que estudamos em Francisco Beltrão. Tais unidades foram analisadas através do levantamento empírico e da realização de entrevistas entre março de 2006 e junho de 2007.

As unidades artesanais estudadas subdividem-se em diferentes ramos produtivos. As entrevistas realizadas com os produtores familiares agroartesanais foram subdivididas da seguinte forma: a) pasteurização de leite (07 entrevistas); b) produção de queijos (05 entrevistas); c) abatedouro de suínos (05); d) filetagem de pescados (02); e) produção de cachaça (02); f) beneficiamento de mel (02); g) abatedouro de aves (02); h) seleção de ovos (01); i) doces, vinhos e conservas (01); e, j) açúcar mascavo (01).

Além dessas 28 agroindústrias, conforme já mencionamos, estudamos também mais três unidades artesanais: 01 atividade urbana de panificação e 02 agroindústrias de pasteurização de leite que pararam recentemente de funcionar. Soma-se, assim, um total de 31 unidades estudadas (ver quadro I na introdução). Na pesquisa, primamos por estudar a dinâmica territorial das agroindústrias artesanais rurais, pois, no espaço agrário, é notável o papel ativo que essas produções exercem como atividade de resistência da agricultura familiar, conforme veremos adiante.

Resolvemos, pois, analisar também uma unidade urbana (de panificação) para destacarmos algumas características dessas unidades fora do contexto rural e estabelecermos assim algumas análises de sua lógica de produção. No mapa 3 está representado a distribuição das agroindústrias artesanais que foram estudadas na presente pesquisa no município de Francisco Beltrão/PR.

MAPA 3: Município de Francisco Beltrão/PR - localização das agroindústrias estudadas



As duas outras unidades de pasteurização de leite foram fechadas recentemente, quando as visitamos. Acabamos por realizar, em cada uma das unidades, entrevistas gravadas com os donos para investigarmos os motivos que levaram ao fechamento da unidade agroindustrial. As entrevistas gravadas também foram realizadas em outras 20 unidades agroartesanais familiares.

Em Francisco Beltrão, a produção agroartesanal e familiar têm suas raízes históricas no período da colonização efetiva do Sudoeste paranaense, a partir da década de 1940, conforme destacado anteriormente. Assentados em minifúndios, os migrantes, sobretudo *gaúchos* e catarinenses de ascendência italiana e alemã, na reprodução de suas práticas de vida, territorializaram regionalmente elementos do patrimônio cultural camponês. A produção agroartesanal e familiar local envolve elementos do campesinato como: propriedade da terra, trabalho familiar, tradição do conhecimento produtivo (saber fazer) e policultura de subsistência associadas a técnicas artesanais de produção, baixa escala de produção, além de diversificação produtiva.

No Sudoeste paranaense, uma das regiões de reterritorialização da *frente colonial*, a transformação doméstica de produtos agropecuários realizada no interior da propriedade rural é prática cultural comum desde os primórdios da ocupação efetiva destas terras, legado cultural de seus antepassados: do leite faz-se o queijo, a manteiga, iogurtes, etc; da carne suína fazem-se o salame, a copa, a lingüiça, o torresmo, retira-se a banha; da cana-de-açúcar faz-se o melado, a garapa, o açúcar mascavo, a rapadura e outros doces; da farinha de trigo e de milho faz-se as massas; do peixe é extraído o filé; das frutas são feitos doces, compotas, geléias e bebidas como o vinho.

Celso Polla, produtor de mel, informando-nos sobre o início da atividade menciona que:

Isso não é por acaso, né, já vem de herança. Já faz trinta anos que lido com abelha. Meu nono lidava com abelha, né, meu pai lidava com abelha e eu continuo com abelha. Eu, no começo, foi por gosta mesmo; trabalhava, era empregado, no banco do Estado do Rio Grande e, nas horas vagas, comecei com abelha, né. Mas antes disso, com o pai eu já trabalhava com abelha lá no Rio Grande. Daí, como abriu esse caminho para a agroindústria, cresceu a fiscalização prá poder vender o mel mais fácil, né. Se não fosse isso não adiantava colher, vender pra intermediário ganhar um precinho.

Aqui temos demonstrado, por intermédio do depoimento de Celso Polla, o que chamamos de saber fazer produtivo agroartesanal. Trata-se de um conhecimento produtivo acumulado através das gerações contribuindo na sobrevivência da família e na

territorialização. Pode-se constatar esse mesmo patrimônio cultural do agroartesanato, por exemplo, nas porções *ocidentais* do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principais locais de origem dos migrantes que se deslocaram para o Sudoeste e o Oeste do Paraná.

O que há de novo para estudar na produção agroartesanal familiar em Francisco Beltrão/PR?

O novo está na abordagem e na temática, muito pouco estudada na geografia brasileira. Trata-se da análise de uma produção de tempo lento a partir de pressupostos da abordagem territorial que concilia aspectos econômicos e culturais. É um estudo de aspectos do patrimônio cultural camponês reterritorializado, reproduzido e, em parte, ressignificado, em resposta a conteúdos específicos do *novo agrário*, quer dizer, do agronegócio, entendido como paradigma agrário contemporâneo que enaltece singular forma de exploração da terra fundamentada, sobretudo, na produção de *commodities* (produção em grande escala e monocultura), na alta composição orgânica do capital, na inserção e orientação da produção no circuito financeiro e mercantil em geral, na freqüente artificialização dos processos produtivos agropecuários (OGMs, agrotóxicos, fertilizantes etc.) e na integração aos complexos agroindustriais¹⁵.

O território dos produtores e das atividades agroartesanais de produção de alimentos, ou da agroindústria familiar, ganhou ênfase em Francisco Beltrão/PR, na década de 1990, apesar de ser uma prática rudimentar. A criação do Selo de Inspeção Municipal (SIM), adotado em 1996 em Francisco Beltrão, fez com que essa atividade ganhasse destaque e se disseminasse localmente. A possibilidade de regularizar a produção agropecuária, transformada *in loco* (na propriedade rural), e vendê-la diretamente no comércio local foi fonte de estímulo ao crescimento da atividade, ora como complemento ora como principal fonte de renda das famílias produtoras.

Em relação ao SIM, Celso Polla destaca que *“ajuda bastante porque tu chega no comércio e tá legal, né. Pode entrar no mercado, pode entrar em qualquer lugar, não tem risco. Eu vejo a dificuldade do pessoal por aí que não tem isso aí. Não tem nem condições de montar isso porque tem um custo, né e começar financiando é a pior coisa que tem”*.

A busca por maior autonomia da unidade produtiva familiar, cuja produção seja mais valorizada no mercado, livre da ação de intermediários e das agroindústrias integradoras, é um forte elemento que influenciou no crescimento dessa atividade no município. Vejamos o depoimento de Ademar Crestani, produtor de leite pasteurizado:

¹⁵ Ver a respeito Bernardo Mançano Fernandes (2007).

Meu pai morava em uma outra propriedade, aqui perto, e o trabalho da propriedade era baseado em cima de criação de suínos. Então, eu me criei dentro disso, fazendo parto de porcas, criando os animais, fazendo trato, fazendo a alimentação toda, né. Quando que saí da casa do pai, que vim pra cá montar a propriedade, também pensava nisso, que era pra vir pra cá pra trabalhar em cima do porco. Logo começou as crises. Porque antigamente era assim: trabalhava durante os doze meses do ano, trabalhava oito meses ganhando dinheiro e quatro não, quatro se empatava com os porcos. Essa coisa começou vindo a apertar de vagarinho, passou de seis em seis meses, seis meses você ganhava, seis meses empatava ou perdia. Tinha lá dois meses, três meses que acabava perdendo, trabalhando no vermelho. E essa questão veio diminuindo mais ainda, veio pra dois meses você ganhando dinheiro, oito meses você empatando, dois meses você perdia. Isso faz vinte anos, que começou essa crise. E eu comecei acompanhar isso, vendo bem de perto e tal que a questão tava começando a apertar. Aí, desse momento, eu virei feirante. Trabalhando, montei umas pequenas estufas e comecei tipo, desisti do porco e tinha que ter um ganho. Fui pra feira e trabalhava como feirante trabalhava na lavoura, na produtividade da lavoura, e na feira na época quando que levava agüentava digamos assim, os mercados, a compra de roupa, e assim por diante que fomos criando os filhos. Depois, mais tarde, comecei com as primeiras vacas. Já tinha algumas vacas antes, mas comecei a virar a propriedade para produzir leite e vender leite pra leiteiro. Foi aumentando a produção de leite e pra chegar onde que eu to hoje teve um longo caminho. Então, os animais que você vê na minha propriedade não foram comprados fora, decerto alguns, muito poucos, todos eles foram criados e adaptados aqui, eu não quis investimentos autos em cima disso. E, com a crise do porco, depois com a passagem da feira, quando foi que comecei a levar leite para algumas casas, já que a gente ia pra cidade começamos a levar leite pra algumas casas, que a gente começou a trabalhar no sistema de agroindústria mais tarde. Depois, desistimos, mais tarde, com a feira e voltamos a trabalhar diretamente com a agroindústria e com a produção leiteira.

Como podemos observar através desse depoimento, a produção agroartesanal, em Francisco Beltrão, tem forte conotação de resistência; no sentido do exercício de uma territorialidade específica, preservando, na gestão de seus territórios, alguns sinais de autonomia. Fugindo das privações impostas pelo agronegócio, a família Crestani optou pelo modelo familiar de transformação de alimentos. A atividade agroartesanal familiar possibilitou certa autonomia produtiva à família Crestani. Mesmo suscitada num contexto de refluxo da economia familiar, a implementação da agroindústria artesanal significou resistência e inclusão ao mesmo tempo.

No caso de Ademar Crestani, podemos observar que o apelo à produção agroartesanal do leite baseou-se numa forma de contornar as estreitezas político-econômicas impostas a sua família pelo agronegócio do suíno. Nesse sentido, o território é elemento essencial para compreendermos a permanência dessas formas específicas de produção:

afigura-se como uma possibilidade do exercício do poder (do campesinato, do agronegócio), da autonomia (ou não) na orientação produtiva e familiar.

No quadro VIII, que segue, é destacada a produção das agroindústrias artesanais estudadas.

Quadro VIII – Agroindústrias estudadas: produção total por ramo e margem de ganho aproximada¹⁶

Produto	Quantidade (mês)	Média por unidade (mês)	Ganho médio aprox. (%).
Leite pasteurizado	36.500 litros	5.214 litros	40
Queijo	1.890 kg	378 kg	40
Suíno (derivados)	22.400 kg	4.480 kg	25
Aves	4.600 frangos	1.575 kg	20
Pescados	3.150 kg	2.300 kg	30
Mel	18.000 kg	9.000 kg	60
Cachaça	2.000 litros	1.000 litros	30
Ovos	3.600 dúzias	3.600 dúzias	20
Açúcar mascavo e melado	2.000 kg	2.000 kg	50

Fonte: trabalho de campo realizado entre março de 2006 e junho de 2007.

Comparada à dinâmica do agronegócio, é muito pequena a escala de produção dessas unidades agroartesanais e familiares. O sentido não é, todavia, o da comparação. Trata-se de unidades familiares e artesanais, cujas relações de trabalho e de produção adquirem formas sociais completamente destoantes das do agronegócio. O sentido da produção é, primeiramente, a satisfação das necessidades de reprodução da família e de seu modelo de vida específico, não se trata de uma atividade tipicamente capitalista. O comércio é um meio para a realização dos propósitos de sustentação da família e não a única razão do existir agroartesanal. A busca “cega” pela reprodução ampliada do capital não é o princípio básico que orienta a atividade agroartesanal, muito embora algumas unidades, como a da família Ferrari, já apresentem indícios de capitalização (assalariamento, relação mais estreita com a lógica de mercado etc), como veremos adiante.

As unidades agroartesanais que estudamos em Francisco Beltrão/PR não são homogêneas. Existem desde unidades com características camponesas, não regularizadas, até unidades mais estruturadas no mercado, regularizadas, porém, mesmo estas últimas são pequenas e possuem grau incipiente de tecnologia e abrangência de mercado restrita, ratificando a essência artesanal e familiar da atividade.

¹⁶ Os dados utilizados no quadro foram extraídos de informações orais durante nosso trabalho empírico junto aos produtores agroartesanais em Francisco Beltrão/PR.

Tobias Korb, descendente de migrantes alemães que vieram de Itapiranga/SC há 16 anos, mantém com sua família uma unidade agroartesanal de produção de queijos (07 anos registrada pelo SIM) no distrito Jacutinga, Francisco Beltrão/PR, e possui uma propriedade de 12 ha. Em 1990, a economia familiar girava em torno da criação de suínos, milho e de gado leiteiro. Como ressalta o proprietário, tal atividade foi inviabilizada pela demasiada exploração da agroindústria integradora e pelas crises no segmento, agregando, pouco valor a sua produção e propiciando uma dependência perversa quanto à difusão do uso sistemático de insumos agrícolas e de crédito. Foi a partir de então que optou pela prática da produção orgânica. Uma agricultura mais autônoma, segundo Tobias Korb, sem o uso de produtos químicos na lavoura. Recentemente, introduziram na propriedade o sistema de agrofloresta. A família possui um total de 14 cabeças de gado que produzem um total de 140 litros de leite/dia, matéria-prima para produção de 13 quilos de queijo diários. Há mais de cinco anos vem mantendo o mesmo índice de produção. Segundo Tobias Korb, é o suficiente para a sustentação da unidade produtiva.

Caso aumentasse a produção, certamente recorreria ao setor financeiro e ao mercado de insumos, comprometendo a autonomia da família na gestão do seu território. Em sua unidade, a prática da policultura também é adotada: frutas, verduras, aves, suínos, arroz, feijão, mandioca, batata, leite e demais gêneros alimentícios são produzidos para o consumo da família.



Foto 3: Produção de queijos, agroindústria de Tobias Korb. Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 4: Em destaque, Josefina Korb na parte exterior da edificação. Trabalho de campo realizado em 2006

Em entrevista, um funcionário da EMATER de Francisco Beltrão que presta assistência aos produtores agroartesanais, ciente da orientação política da família Korb, ressaltou-nos o seguinte: “*isso é coisa que o pessoal da ASSESOAR fica enfiando na cabeça deles*”.

Formada por agricultores familiares, a ASSESOAR é uma ONG, que trata de questões referentes à sustentabilidade. Uma de suas linhas de ação é a sustentabilidade no campo, contribuindo, entre outras ações, para ampliar os debates acerca da questão agrária na atualidade, cursos sobre agroecologia, formação política etc.

Em nossa pesquisa, não tivemos possibilidade de analisar mais detalhadamente a ação das diferentes instituições no fomento à atividade agroartesanal em Francisco Beltrão e *região*. Trata-se de um tema amplo e no momento, não poderíamos abordá-lo na amplitude e complexidade que merece. Podemos salientar, no entanto, que é possível identificar a existência de divergências de posicionamento teórico e político por parte das instituições. Essas divergências e contradições materializam-se e culminam na efetivação de medidas e práticas que, em alguns casos, não surtem o efeito desejado. Conhecer a realidade local é imprescindível para que projetos de desenvolvimento governamentais e não-governamentais possam tomar nota da complexidade em que se configura a existência da atividade agroartesanal sudoestina e, assim, coerentemente pensar medidas que ratifiquem sua essência artesanal e familiar; do contrário, políticas públicas tornar-se-iam incoerências. Tais políticas (públicas e de inspeção) precisam coerentemente identificar a singularidade de territorialidade da produção agroartesanal e dos elementos que as distinguem das grandes agroindústrias integradoras¹⁷.

O território da produção agroartesanal beltronense tem “raízes profundas”; remonta a territorialidade histórica do campesinato italiano, alemão e polonês imigrante. Corroborando com nossas afirmações anteriores acerca do processo de colonização da *região*, cabe destacar que algumas famílias são pioneiras, vindas para o Sudoeste nas décadas de 1940 e 1950, notadamente no auge do processo de ocupação regional e que se mantêm ainda no circuito produtivo. Vejamos os dados apresentados no quadro IX.

Como podemos observar no quadro IX, as ascendências italiana e alemã predominam entre os produtores entrevistados, conforme demonstrou Wachowicz (1985). Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram os principais fornecedores de

¹⁷ Ver estudo da ASSESOAR sobre as agroindústrias artesanais da “comunidade” do Jacutinga, Francisco Beltrão/PR – DUARTE, Valdir P; GRIGOLO, Serinei C. Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade. Francisco Beltrão: ADMR, 2006.

contingentes populacionais para o Sudoeste do Paraná. Podemos observar também que muitos desses produtores artesanais de alimentos foram pioneiros na *região*. Territorializaram-se no Sudoeste paranaense nas décadas de 1960, 1950 e até nos anos 1940.

Gaúchos e catarinenses migraram porque eram pobres, porque a terra ficou “fraca” e escassa para tantos familiares. Migraram para tentarem reproduzir a condição de agricultores proprietários (SAQUET, 2003), migraram porque a terra no Sudoeste paranaense tinha baixos preços. Migraram porque muitos preferiram, ao invés do assalariamento urbano, lutar, resistir, reterritorializar suas formas de vida, seus conhecimentos camponeses em outros espaços.

Indagamos, nas entrevistas, sobre os motivos que levaram suas famílias a migrar: “*muita propaganda, falava que o Paraná era bom demais, que os salame dava nas árvores*” (Ambrósio Schmoller); “*Meu pai veio por causa de terra também, porque lá a terra era pequena e aqui foi comprado uma área bem maior, né, triplico a área de terra*” (Celso Polla); “*Vieram porque aqui tinha mais terra, porque lá era pouca terra. A família era grande, né*” (Marlene Macari); “*Da parte da mãe, veio a nona antes e os tios depois vieram também*” (Salete Castelli).

O fracionamento da unidade de produção pelo crescimento vegetativo da população, a escassez de terra no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a perda da fertilidade natural do solo por técnicas de manejo agrícolas rudimentares, as aspirações financeiras (o sonho do novo, do “fazer a vida”) foram algumas das razões que impulsionaram a desterritorialização de muitas famílias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que levaram consigo o jeito de viver e de produzir o espaço singularmente.

Muitas agroindústrias são recentes, outras mais antigas. Com o processo de modernização da agricultura no Sudoeste paranaense, com muitas particularidades, como já mencionado nos capítulos 2 e 3, o acirramento das contradições fez com que atividades tradicionais como a produção artesanal de alimentos fossem inseridas no circuito mercantil local. O conhecimento acumulado, a oferta de mão-de-obra da família, o traço predominante da policultura, a institucionalização do SIM/POA em Francisco Beltrão/PR (ver quadro X), em 1996, associado à “conflitualidade” frente ao desenvolvimento do agronegócio regional influenciaram nos baixos preços pagos aos produtos agropecuários, no sistema de integração, no mercado (leite, suínos, feijão, trigo etc.) e fizeram com que a produção artesanal de alimentos se expandisse municipalmente.

Quadro IX – Etnia e local de origem dos proprietários das unidades produtivas estudadas

Número da unidade ¹⁸	Etnia	Local de origem da família	Ano em que a família se estabeleceu em Francisco Beltrão
1	Italiana	Araquiba/RS	1988
2	Italiana	Passo Fundo/RS	1958 (2003 – propriedade)
3	Italiana	Veranópolis/RS	1955
4	Italiana	Erechim/RS	1957
5	Italiana	Nova Prata/RS	1949 (1987 – propriedade)
6	Alemã	São Maurício/SC	1994
7	Italiana	Bento Gonçalves/RS	1964
8	Polonesa	Gaurama/RS	1954
9	Alemã	Itapiranga/SC	1988
10	Alemã	Rio dos Ovos/SC	1952
11	Italiana	Joaçaba/SC	1956
12	Italiana	Guaporé/RS	1968
13	Italiana	Passo Fundo/RS	1956
14	Alemã	Ituporanga/SC	1947
15	Italiana	Rio do Sul/SC	1956 (2004 – propriedade)
16	Italiana	Urussanga/SC	1953
17	Italiana	Passo Fundo/RS	1952
18	Italiana	Nova Prata/RS	1954
19	Polonesa	São Mateus do Sul/PR	1952
20	Italiana	Erechim/RS	1958
21	Polonesa	Erechim/RS	2001
22	Polonesa	São Mateus do Sul/PR	1952
23	Italiana	Santa Rosa/RS	1980
24	Alemã	Orleans/SC	1950 (1985 – propriedade)
25	Italiana	Machadinho/RS	1964 (2003 – propriedade)
26	Alemã	Orleans/SC	1950 (1985 – propriedade)
27	Italiana	Capnema/PR	1994
28	Italiana	Passo Fundo/RS	1958

Fonte: trabalho de campo realizado entre março de 2006 e junho de 2007.

Contudo, cabe destacar que a expansão da atividade agroartesanal e familiar em Francisco Beltrão/PR efetiva-se num contexto histórico de refluxo da produção camponesa. A agroindústria familiar é reforçada numa resposta e resistência à territorialização local dos parâmetros produtivistas (e excludentes) da lógica agropecuária associada ao agronegócio. Em tais casos, a unidade agroartesanal circunscreve-se como modo alternativo de produção de alimentos e de vida, reforça a autonomia na gestão do território pelas famílias produtoras, muito embora essas unidades passem por vários entraves, como veremos.

¹⁸ As duas unidades agro artesanais de leite entrevistadas que tiveram suas atividades encerradas recentemente e a agroindústria urbana de panificação não estão relacionadas neste quadro, pois foram analisadas separadamente. Assim os dados agrupados na pesquisa são das agroindústrias constantes no quadro IX.

Quadro X - Ano em que começou a atividade agroartesanal

Número da unidade	Início da atividade¹⁹	Ano de adesão ao registro do SIM
1	2000	2000
2	1999	1999
3	1994	2005
4	2000	2000
5	1997	1997
6	2002	2002
7	2000	2000
8	1999	2000
9	1990	2000
10	1998	1998
11	1996	1999
12	1993	1996
13	1997	1997
14	2000	2000
15	1996	2004
16	2000	2000
17	1986	1996
18	1991	2002
19	2000	2000
20	1980	Produto vegetal ²⁰
21	2004	Produto vegetal
22	2000	2000
23	1998	1998
24	1986	1996
25	2003	2003
26	1986	1996
27	1996	Produto vegetal
28	1958	Produto vegetal

Fonte: trabalho de campo realizado entre março de 2006 e junho de 2007.

Devido ao caráter artesanal da produção, menos da metade das unidades estudadas conseguiram obter o registro do SIM no mesmo ano em que “começaram” a atividade. As adequações foram muitas para que as unidades com registro pudessem comercializar seus produtos a partir da fiscalização efetivada pela Prefeitura Municipal.

¹⁹ Início da atividade com produção para o mercado. Como destacado anteriormente, a produção artesanal de alimentos tem suas origens na subsistência familiar. Porém, seu ingresso no circuito mercantil, com as características já mencionadas, é algo relativamente recente.

²⁰ As agroindústrias que transformam produtos de origem vegetal falta-lhes o selo de inspeção municipal. São assessoradas pela Prefeitura, pela EMATER, mas o Município de Francisco Beltrão não possui uma vigilância específica como no caso das agroindústrias que trabalham com POA (Produtos de Origem Animal).

Algumas dessas unidades permanecem, até o momento, sem qualquer tipo de selo de inspeção.

O SIM foi citado como atributo positivo por alguns produtores, principalmente no que concerne à regularização da produção perante o mercado, conforme ratificou Celso Polla, citado anteriormente. Para outros produtores, algumas legislações e normatizações são descabidas e atuam como empecilho ao desenvolvimento da atividade agroartesanal: *“fui fazer um curso em Cascavel/PR, mas não gostei, queriam que enfiasse muita química na produção”* (Adair Reolon, produtor de derivado de suínos); *“Tenho a agroindústria há doze anos, um ano com selo de inspeção”* (Salete Castelli, produtora de leite).

São muitas as exigências para que a agroindústria possa obter o selo de inspeção; por ser uma atividade de cunho tradicional e familiar, o montante de investimentos e a reestruturação produtiva que as legislações impõem aos domínios da atividade acabam por inviabilizar a adoção generalizada dos selos de inspeção. Algumas unidades operam anos em fase de transição até obterem o SIM.

No quadro X nota-se que é relativamente recente o “início” da atividade segundo as informações dos produtores agro artesanais. Isso tem uma explicação.

Para os órgãos de inspeção é considerada uma agroindústria as unidades devidamente enquadradas nas exigências para essas instituições de fomento: estrutura física não conjugada à moradia e formatada com vistas à adequação à legislação (ambiental e da vigilância sanitária); adequação tecnológica e de manejo, característica essencialmente mercantil. Como são pequenas atividades produtivas, alguns parâmetros de adequação, quando realizados ocorrem lentamente. Muitas dessas unidades constantes na tabela X iniciaram a produção agroartesanal e familiar de transformação de alimentos na mesmo período em que os donos se reterritorializaram em Francisco Beltrão (famílias: Reolon, Cuba, Castelli, por exemplo); contudo, elas tinham um caráter de subsistência para a produção agropecuária familiar e eram efetuadas com técnicas muito rudimentares a ponto de não serem reconhecidas nem valorizadas. Era, e ainda é, em muitos casos, o fabrico de queijos, salames, doces, compotas, massas e outros alimentos na própria moradia, com equipamentos artesanais, adaptados às necessidades imediatas da subsistência familiar.

O conhecimento em que se pauta a produção agroartesanal, nessas unidades, tem origem doméstica, artesanal e de subsistência que ainda persiste em suas dinâmicas territoriais: *“é, eu estou com a agroindústria há dois anos, mas trabalho com isso aqui há muitos anos, eu tinha terra, vendi, tinha cinquenta alqueires, tinha agroindústria lá. Com*

agroindústria faz vinte anos que eu trabalho” (Arthur Ferrari, produtor de derivados de suínos); *“A agroindústria registrada tá há uns quinze anos. Trabalhamos também uns cinco anos clandestino. Aquele tempo era bom trabalhar, ganhava dinheiro, não tinha essa burocracia e agora já aperta, né. É embalagem, é fiscalização, é inspetor que vem acompanhar, a gente não pode abater um frango sem a inspeção estar junto”* (Ambrósio Schmoller, produtor de frango e ovos).

Confirmamos mais de perto a funcionalidade produtiva da unidade da família Schmoller: Ambrósio Schmoller, juntamente com sua família, possui duas agroindústrias cadastradas pelo Sistema de Inspeção Municipal: um abatedouro de aves e uma granja de ovos. As duas agroindústrias constituem a principal fonte de renda da família numa propriedade de 06 hectares, aonde residem desde 1985. Antes de se estabelecerem na unidade, Schmoller exerceu a profissão de caminhoneiro durante vinte e cinco anos: *“eu era caminhoneiro. A piazada era pequena, fui vinte e cinco anos caminhoneiro. A piazada foram crescendo e a vida na cidade foi apertando, né, e viemos pra cá e estamos no ramo até hoje”*. Ambrósio Schmoller é de ascendência alemã. Sua família, de origem catarinense (cidade de Orleans), estabeleceu-se em Francisco Beltrão/PR em 1950.

Schmoller possui o ensino fundamental incompleto. Em sua propriedade também produz peixes, frutas, leite, carne suína e outros gêneros alimentícios. A maior parte dos produtos que a família consome são produzidos na própria unidade produtiva, como afirma Schmoller. Sua família é composta por sete pessoas, cinco das quais auxiliam no trabalho agroartesanal. Os outros membros da família residem na cidade de Francisco Beltrão. Para Schmoller, *“foi difícil segurar a família aqui na propriedade, porque a cidade atrai mais, né. A lavoura aqui é muito arriscada, né”*. Começaram com a atividade agroartesanal em 1986 e, durante algum tempo, atuaram como clandestinos (sem o selo do SIM).

O SIM é considerado um elemento positivo na visão de Schmoller, como proteção territorial à concorrência: *“Francisco Beltrão é um centro maior, os outros vem e desova aqui, né, na cidade. Vem a concorrência de outros centros pra cá, né”*. A renda proveniente das atividades agroartesanaís é de R\$ 1.000,00 líquidos/mês (abatedouro de aves) e R\$ 140,00 bruto/dia (selecionamento de ovos).

A matéria-prima (pintainhos) para o abatedouro de aves é adquirida no município de Itapejara do Oeste/PR, da agroindústria Anhambi (1.500 pintainhos a cada 15 dias). Produz uma quantidade mensal de 3.000 frangos, com uma margem de ganho

aproximada de 15%. Comercializa sua produção na feira-livre municipal e nos supermercados locais (Vipi, Franzoni, Grizon entre outros). Realiza abates duas vezes por semana, com auxílio de seis trabalhadores temporários (vizinhos da comunidade).

A grande dificuldade encontrada no desenvolvimento da atividade é em relação à baixa quantidade de recursos financeiros para custear a produção, como aponta Schmoller: *“pra custear tudo isso aí o montante é alto, né. A gente não tem esse recurso disponível pra girar tudo. Você compra com oito, dez dias ali e segura os frangos setenta, oitenta dias, mais dez, quinze dias para o cliente ali, vai cem dias, e você tem que bancar isso. E a maior dificuldade é isso”*.

A granja de ovos produz 120 dúzias de ovos diariamente. Para ambas, as rações são produzidas no interior da propriedade, em moinho artesanal. Somente os complementos são adquiridos no mercado (vitaminas, minerais etc.).

Para a criação de frangos, possui quatro aviários de 8 por 30 metros (abatedouro) e outro aviário de 20 por 3,5 metros (granja de ovos); a unidade do abatedouro possui 12 por 6 metros. Na atividade de selecionamento de ovos, produz um total de 120 dúzias/dia. Os restos da produção (víceras dos frangos) utiliza para fazer ração, tratar os porcos e os peixes.

Recebeu um incentivo financeiro do Governo do Paraná, dois montantes de R\$ 12.000,00: *“é, o governo do Paraná me arrumou um dinheiro com juros menos pra nós né. Quando surgiu a Fábrica do Agricultor no Paraná, nós fomos os primeiros, né, fomos até pegar um cheque do governador lá em Curitiba de dez mil real que ele emprestou pra nós, né, com um jurinho barato; é onde ajuda a custear as despesas, né”*.

O restante dos recursos foram todos próprios, assim como a assistência técnica recebida: *“a EMATER dá aquela assistência dela, mas entende menos dos que nós aqui”*.



Foto 5: Produção de frangos da família Schmoller. Vista interna do aviário. Os frangos mostrados na imagem estão com aproximadamente sessenta dias de vida.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 6: Produção de ovos da família Schmoller. Vista da granja.
Fonte: trabalho de campo, 2007.



Foto 7: Local em que são realizados os abates e processados os cortes dos frangos.

Fonte: trabalho de campo, 2007.



Foto 8: Vista interna do moinho da família Schmoller, local no qual fazem as rações para os frangos e demais animais da unidade produtiva.

Fonte: trabalho de campo, 2007.

São evidentes os sinais de autonomia da família Schmoller na gestão do território. Apenas a matéria-prima inicial é adquirida no mercado, decidido por conveniência produtiva. O restante do processo produtivo é realizado pela família e com recursos internos. O moinho mantido pela família para atender a demanda de ração para frangos e galinhas

denota essa autonomia, o que também é evidente com relação aos meios de transportes e maquinários utilizados na propriedade (trator, carroça, pick-up utilitário). O território torna-se um trunfo, potencialidade e possibilidade de engendrar resistência contra a exclusão das formas específicas de sociabilidade e territorialidade.

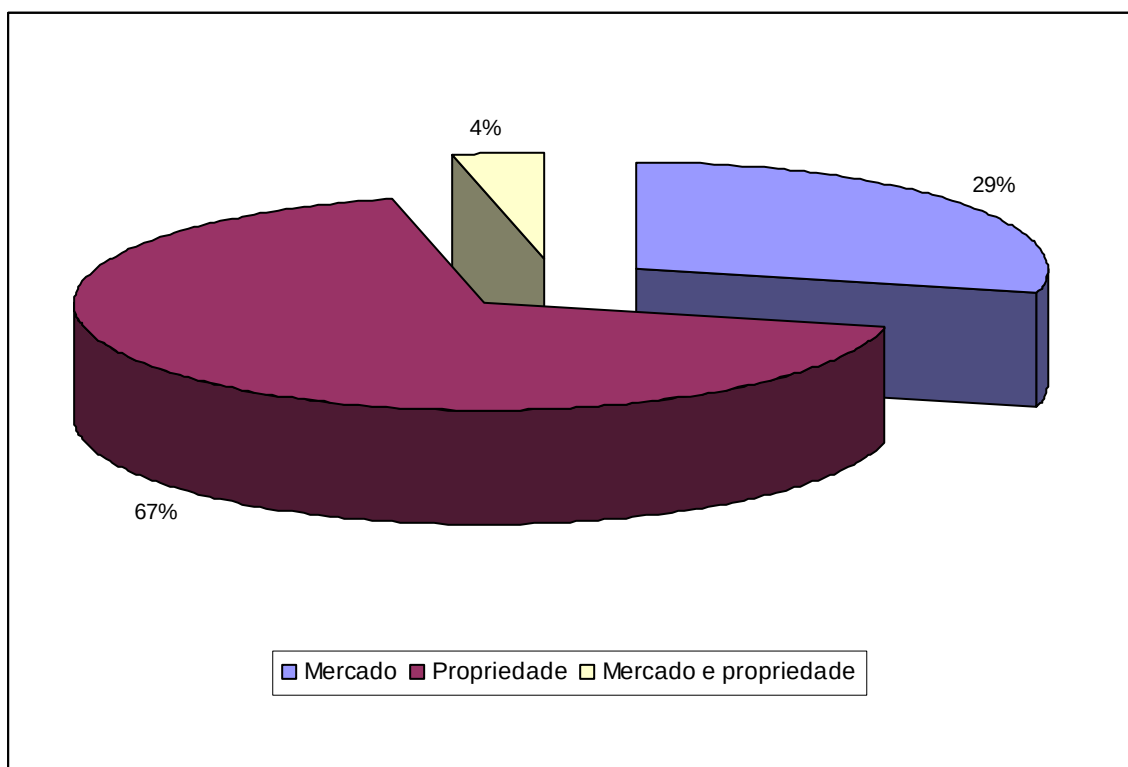
Quanto à origem da orientação mercantil do agroartesanato, um ponto é comum: é evocado em momentos de crise. Resistindo ao agronegócio ou em consonância (através de algumas atividades como o cultivo da soja e a criação de frangos integrados à Sadia) ou fugindo do assalariamento rural e urbano, os produtores artesanais proliferam. No caso de Ambrósio Schmoller, o agroartesanato representou um trunfo, uma potencialidade territorial.

O agroartesanato rural beltronense divide-se em três grupos: a) um grupo, cuja agroindústria é complementar à dinâmica da unidade agropecuária familiar, em diferentes graus de importância econômica face a outras atividades agropecuárias; a policultura de subsistência e atividades agropecuárias essencialmente mercantis (soja, milho, fumo, aviários e leite) dividem espaços na organização territorial familiar, as famílias Korb, Cuba, Macari, Reolon, Lago, Matiolo e Castelli são alguns exemplos; b) um outro grupo de produtores fazem da atividade agroartesanal de transformação de alimentos a principal fonte de renda da unidade familiar; direcionam toda potencialidade da unidade para o atendimento das demandas da agroindústria, maior especialização nota-se neste grupo: as famílias: Smanioto, Crestani, Polla, Schmoller são exemplos deste grupo; c) um último grupo de produtores são os chamados absenteístas: residem no perímetro urbano beltronense e, em alguns casos, desenvolvem a atividade agroartesanal paralelo a outras ocupações urbanas, como ocorrem com as famílias: Pasin, Ferrari e Spader.

Para a subsistência das famílias estudadas, a policultura tem grande importância local, embora em graus variados nos três grupos destacados. Em 68% das propriedades, a maioria dos produtos agrícolas consumidos pelo grupo familiar são produzidos por ele próprio. É um indicador de autonomia produtiva. Os proprietários, cuja família consome a maioria dos produtos adquiridos no mercado, caracterizam-se por ser proprietários absenteístas (grupo C), ou ter um grau mais elevado de especialização produtiva (grupo B) ou, ainda, ter uma propriedade com estrato de área reduzida para praticar uma policultura que consiga suprir as necessidades alimentares da família, ou proprietários que desenvolvem outra atividade produtiva como principal fonte de renda (por exemplo, aviários integrados à Sadia).

A policultura de subsistência e a atividade artesanal de produção de alimentos desenvolvem-se paralelamente na maioria das unidades estudadas em Francisco Beltrão.

Gráfico IX - Origem da maioria dos produtos consumidos pela família



Fonte: trabalho de campo realizado entre março de 2006 e junho de 2007.

No intuito de evidenciarmos a importância da atividade agroindustrial artesanal, para a renda das famílias envolvidas, interrogamos sobre a principal atividade econômica da unidade produtiva. Dentre as 28 unidades, houveram 22 indicações de produtores afirmando que a atividade agroindustrial é a principal fonte de renda da família. A peculiaridade minifundista e de policultura também predomina na estrutura territorial dessas unidades. Produtos como milho (polenta, massas, pães), mandioca, verduras, batata, feijão, produtos de origem animal (carne de frango, de suínos, de gado, leite, banha e outros derivados) estão presentes no regime alimentar das famílias. Alguns desses produtos como o milho, a mandioca e a abóbora também são importantes fontes de alimentação animal. O milho especialmente: trituram-no, a planta inteira, e faz-se a silagem para o trato animal. O eventual milho restante é vendido no comércio local. Vejamos os dados demonstrados na seqüência.

O quadro XI é bastante sugestivo. A extensão das propriedades apresenta uma média de 25 hectares, o que é uma característica do Sudoeste do Paraná, conforme descrevemos no capítulo 2.

Quadro XI - Principal atividade econômica da unidade produtiva

Número da unidade	Tamanho da propriedade (hectares)	Atividade principal	Demais atividades importantes
1	19	Agroindústria artesanal	Aviário Sadia e milho
2	0,4	Agroindústria artesanal	Feijão, milho e mandioca
3	12	Agroindústria artesanal	Ovos, uvas, verduras, produtos alimentares
4	43	Agroindústria artesanal	Peixe, mandioca, batata e milho
5	28	Agroindústria artesanal	Frutas, milho e produtos alimentares
6	12	Agroindústria artesanal	Milho, mandioca e produtos alimentares
7	15	Agroindústria artesanal	Aviário Sadia
8	24	Criação de suínos	Agroindústria, milho, feijão, pinus, produtos alimentares
9	12	Agroindústria artesanal	Frutas, verduras, milho, produtos alimentares
10	31	Agroindústria artesanal	Milho, trigo, arroz, uva, produtos alimentares
11	43	Aviário (3) e Lavoura (soja e milho)	Gado, frutas, produtos alimentares.
12	24	Agroindústria artesanal	Lavoura (soja, milho, mandioca, feijão e produtos alimentares)
13	70	Agroindústria artesanal	Lavoura (soja e milho)
14	19	Agroindústria artesanal	Aviário Sadia (100 metros), produtos alimentares
15	0,3	Agroindústria artesanal	***
16	147	Lavoura (milho, soja e feijão) e leite	Agroindústria
17	17	Agroindústria artesanal	02 aviários, piscicultura (4 tanques), soja, milho, suínos e produtos alimentares
18	18	Agroindústria artesanal	Lavoura (soja e milho)
19*	15,5	Agroindústrias artesanais	Produtos alimentares
20	48	Piscicultura	Agroindústria, vinho, soja, milho e produtos alimentares
21	0,3	Agroindústria artesanal	Produtos alimentares
22*	15,5	Agroindústrias artesanais	Produtos alimentares
23	29	Agroindústria artesanal	Leite e milho
24*	0,6	Agroindústrias artesanais	Frutas, vacas de leite, porcos e produtos alimentares
25	1,2	Agroindústria artesanal	Aposentadoria e frutas.
26*	0,6	Agroindústrias artesanais	Frutas, vacas de leite, porcos e produtos alimentares
27	**	Agroindústria artesanal	Dentista e delegada do ministério do trabalho, frutas.
28	17	Hortifrutigranjeiros	Agroindústria e produtos alimentares

Fonte: trabalho de campo realizado entre março de 2006 e junho de 2007.

* Trata-se de estabelecimentos rurais que possuem duas agroindústrias artesanais (ver quadro I – produtores Pedro Cuba e Ambrósio Schmoller); ** Dado não obtido; *** Na propriedade consta apenas a infra-estrutura da agroindústria, portanto, não é desenvolvido atividade agropecuária.

Outras atividades igualmente importantes para a renda e para o sustento familiar também foram identificadas. Em algumas propriedades, a atividade agroindustrial assume um papel secundário frente às demais produções agropecuárias. No entanto, 22 entrevistados afirmaram que a agroindústria artesanal é a principal fonte de renda na unidade. Um número expressivo e, por isso, precisa ser melhor analisado e compreendido para ser pensado o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional.

Torna-se importante destacar também que 66% dos estabelecimentos rurais de Francisco Beltrão/PR estão situados nesse mesmo estrato de até 20 hectares (IBGE, 1995/96). Se analisarmos os estratos de área de Francisco Beltrão com até 50 ha, o número de estabelecimentos é de 94%, característica essencialmente minifundista, o que pode ser verificado no quadro XII.

Quadro XII – Francisco Beltrão/PR: Número de estabelecimentos por grupos de área total em 1996

Grupos de área total	Núm.	%
Total.....	2398	100,0
Menos de 1 ha.....	20	0,8
1 a menos de 2 há.....	32	1,3
2 a menos de 5 há.....	215	8,9
5 a menos de 10 ha.....	506	21,1
10 a menos de 20 há.....	812	33,8
20 a menos de 50 há.....	672	28,0
50 a menos de 100 ha.....	95	3,9
100 a menos de 200 ha.....	27	1,1
200 a menos de 500 ha.....	16	0,6
500 a menos de 1.000 ha.....	2	0,08
1.000 a menos de 2.000 ha.....	1	0,04
2.000 a menos de 5.000 ha.....	-	-
5.000 a menos de 10.000 ha.....	-	-
10.000 a menos de 100.000 ha.....	-	-
100.000 ha e mais.....	-	-
Sem declaração.....	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96.

Conforme destaca Nelson Conhizak, produtor artesanal de queijos, “*a gente que é colono tem que produzir o que comer, né senão, não dá*”. A família Cuba é referência no que concerne à prática da policultura (comercial e de subsistência). Além das duas unidades agroartesanais (filetagem de pescados e beneficiamento de mel), produzem uma variedade significativa de produtos. A produção das duas agroindústrias e demais produções variadas (policultura) além de garantir a demanda familiar de alimentos, são comercializadas na feira-livre municipal e constituem a base econômica da unidade produtiva familiar da família Cuba.

Pedro Cuba, dono de uma agroindústria de beneficiamento de mel e filetagem de peixes tem 52 anos e uma propriedade de 15,5 hectares situada nas proximidades da PR 483, posto Panorâmico – interior do município de Francisco Beltrão/PR, onde reside há 52 anos. É descendente de poloneses oriundos de São Mateus do Sul/PR. Possui o Ensino Fundamental incompleto. Toda a extensão de sua propriedade é aproveitada economicamente, sendo ela composta por: reserva de mata nativa, pomar, açudes (12) e lavouras (milho, arroz, feijão, erva mate, cana-de-açúcar, verduras, soja, entre outras culturas). Sua família compõe-se de 04 pessoas (03 do sexo masculino e 01 do feminino), e todos trabalham na agroindústria. Não há contratação de funcionários na unidade produtiva. A assistência técnica, segundo Cuba, tem sido prestada regularmente por parte da EMATER e pela Prefeitura Municipal, ambas atuando no sentido da fiscalização. Como incentivo financeiro recebeu um pequeno financiamento pelo PRONAF. As duas agroindústrias artesanais (filetagem de peixes e beneficiamento de mel) constituem as principais fontes de renda da unidade produtiva familiar. Ambas as agroindústrias obtiveram o Selo de Inspeção Municipal no ano de 2000, contudo, as atividades relacionadas à piscicultura e ao mel já eram realizadas pela família há mais de vinte anos.

O SIM, conforme destaca Cuba, é importante pois, *“facilita mais a venda, produz e vende. O mel, antigamente, quando não tinha agroindústria, vendia por R\$ 2,00”*. Atualmente, vende o quilo do mel entre oito e dez reais.

Em 2004, visitamos a unidade produtiva da família Cuba e constatamos que possuía o total de 160 caixas de abelha. Em 2006, ampliaram para 200 caixas, oscilando a produção em torno de 25 quilos de mel por caixa anualmente. Beneficia um total de 05 toneladas de mel por ano, destas, 600 quilos são produzidos no interior da unidade produtiva e o restante é adquirido de outras dez propriedades sob locação²¹. A margem de ganho gira em torno de 50%. Do produto final 80% é vendido na feira-livre de Francisco Beltrão e 20% nos mercados locais: Centro de Comercialização da Agricultura Familiar, supermercado Ítalo, Canei frutas. A renda anual aproximada da agroindústria de beneficiamento de mel é de R\$ 15.000,00 líquido.

O meio de transporte próprio é 01 automóvel utilitário. As instalações da agroindústria, de propriedade da família, são de alvenaria, medindo 03 x 04m. Os instrumentos de trabalho, também de propriedade da família: mesa inox, pia e centrífuga. O

²¹ A unidade produtiva que possui potencialidade para as abelhas fabricarem o mel tem o local cedido, pelo dono da propriedade, para o Sr. Cuba. Este, deixando suas caixas de abelha na propriedade fornece uma porcentagem da produção ao proprietário da terra, em torno de 15%.

consumo de energia elétrica é de R\$ 80,00 mensais. Estipula-se o preço do produto um pouco abaixo do preço médio de mercado (R\$ 8,00/Kg); a principal dificuldade existencial enfrentada é quanto à atuação dos concorrentes clandestinos e quanto à falta de produto no período do inverno, isto é, quando o mel produzido não pode ser coletado, pois serve como alimento para as abelhas. Outra atividade econômica na propriedade da família Cuba é a piscicultura: venda de peixes via pesque-pague²² e agroindústria de filetagem de peixe cadastrada no SIM. Com 12 tanques de peixes, além de subsidiar toda a atividade comercial, envolvendo a prática do lazer através da pesca direta do peixe, produz matéria-prima (350 Kg/mês de tilápia *in natura*) que é transformada num total de 150 Kg de filé de tilápia/mês (peixe de 500 gramas), produto este comercializado na feira de Francisco Beltrão/PR e nos supermercados locais com uma margem de ganho de 40%. Além de complemento semanal à renda da família, a prática do beneficiamento do produto *in natura* agrega mais valor à mercadoria. Porém, mais de 70% da produção de peixes é vendida na própria unidade produtiva através do pesque-pague. Na unidade, a família Cuba mantém uma estrutura para recepcionar os clientes como lanchonete, mesa de bilhar; comercializam também bebidas, lanches e porções de peixe.



Foto 9: Infra-estrutura construída na propriedade rural da família Cuba para recepcionar os clientes do pesque-pague.

Fonte: trabalho de campo, 2006.

²² A prática do pesque-pague consiste na pesca, *in loco*, do peixe pelo consumidor. Pescam-se os peixes e estes são pesados e o preço calculado, variando conforme o tipo de peixe (tilápia – R\$ 5,00 por kg; Pacu – R\$ 8,00 por kg). Posteriormente, os pescados são limpados pela família Cuba em ambiente apropriado na própria unidade. O pesque-pague é mais uma fonte de renda da família, pois, durante os momentos de lazer promovidos pela pesca, os visitantes costumam jogar bilhar, consumir bebidas e alimentos que são comercializados em um pequeno bar construído próximo aos locais de pesca.

Contudo, o elevado preço da ração (R\$ 2.000,00 mensais, correspondente à aquisição de 1.500kg de ração adquiridos da agroindústria Perdigão de Francisco Beltrão) resulta em elevados custos de produção e, segundo Cuba, pode inviabilizar a continuação dessa atividade econômica. A família Cuba também aproveita internamente os restos da produção de filetagem para fazer ração. Trabalham duas vezes por mês na atividade de filetagem e o ganho mensal proveniente da atividade de piscicultura é de R\$ 500,00 líquidos. As instalações da agroindústria é de propriedade da família; é ela de alvenaria e mede 3,5 x 04m. Os instrumentos de produção também são de propriedade privada da família: mesa, tanque de limpeza, freezer, entre outros utensílios domésticos. Calculam o preço do produto numa porcentagem abaixo do preço estabelecido nos supermercados.

Na feira-livre municipal onde há 03 anos a família Cuba comercializa seus produtos pudemos ter uma noção da prática de policultura empreendida pela família. Em uma barraquinha identificamos vários produtos como pomada de pólen, tempero caseiro, filé de tilápia, feijão, arroz, linhaça, tomate, soja, lentilha, cebola, suco de uva, vinho, vinagre, brócolis, trigo, açúcar mascavo, milho, canjica, pipoca, canela, mel, quirera, melado, couve, repolho, couve-flor, batata-doce, ponkan, laranja, beterraba, abobrinha, entre outros hortifrutigranjeiros produzidos pela família e vendidos na feira. As fotos que se seguem demonstram elementos importantes da organização territorial da família cuba, elementos que ratificam a essência produtiva familiar e artesanal desta família camponesa.



Foto 10: Feira-livre municipal, de Francisco Beltrão/PR, em que a família Cuba comercializa sua produção. Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 11: Vista da agroindústria artesanal de beneficiamento de mel da família Cuba; destaque para o casal de proprietários. Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 12: Centrífuga para beneficiar o mel, única tecnologia utilizada no processo produtivo.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 13:
Propriedade
da família
Cuba: açudes
para
reprodução e
engorda de
peixes.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.

Na dinâmica territorial da família Cuba, o mercado é tido como meio e não finalidade única da dinâmica produtiva. A venda da produção na feira-livre municipal garante os recursos financeiros necessários à sustentação econômica da família assim como observamos na territorialidade da família Schmoller anteriormente.

Na propriedade da família Cuba, a diversificação produtiva conjugada ao trabalho familiar forma a essência da organização na dimensão econômica do território. As agroindústrias artesanais estão inseridas no contexto da policultura, pois as atividades complementam-se. É justamente essa heterogeneidade produtiva e de relações que se configura a lógica territorial, uma organização complexa e marcada por elementos da produção camponesa.

A organização produtiva da família Matiolo, produtor artesanal de melado e açúcar mascavo, também ajuda-nos a entender as peculiaridades de uma unidade produtivamente diversificada.

A produção artesanal de derivados de cana-de-açúcar tem caráter secundário na orientação econômica da unidade produtiva da família Matiolo; sua principal atividade

econômica é a produção de hortifrutigranjeiros vendidos a domicílio, portanto, trata-se de uma unidade que tem como característica a policultura de subsistência e comercial.

Ivo Matiolo, descendente de italianos e alemães, cursou o Ensino Médio incompleto. É dono e reside numa propriedade de 7 alqueires (aproximadamente 15 ha.), há 34 anos, situada na “comunidade” do Divisor – interior do município de Francisco Beltrão/PR. Produz, artesanalmente, açúcar mascavo e melado de cana-de-açúcar; aproveita economicamente toda sua propriedade cultivando milho, verduras, cana-de-açúcar (culturas com inserção mercantil), feijão, arroz, mandioca; cria galinhas, suínos etc. (produções de subsistência), e, ainda destina parte de sua propriedade como reserva e potreiro.

A família possui também 10 vacas que produzem um total de 70 litros de leite/dia. Produto este vendido para o laticínio Latco de Francisco Beltrão/PR. Sua família é composta por 06 pessoas (03 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), sendo que 04 trabalham na atividade agroindustrial.



Foto 14: Ivo Matiolo fazendo o açúcar mascavo. Em destaque, o tacho artesanal aquecido a lenha. O melado, que depois de “apurado” transforma-se em açúcar mascavo é mexido com uma pá artesanal adaptada.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 15: na imagem está destacada uma “carreta”, meio de transporte artesanal utilizado em diversas tarefas camponesas. Ao fundo, vizinhos de propriedade auxiliam a família Matiolo na silagem do milho, uma prática de auxílio mútuo muito difundida em territórios camponeses.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.

A produção total da atividade artesanal de melado e açúcar mascavo é de 2 toneladas mensais, sendo a proporção constituída, basicamente, por 80% de açúcar mascavo e 20% de melado de cana. Toda matéria-prima é oriunda de sua propriedade (39 toneladas de cana-de-açúcar ou 11.600 litros de garapa de cana).

O produto é colocado no mercado através da venda direta ao consumidor, utilizando meios de transportes próprios: pick-up Fiat Strada. A prática da transformação da cana-de-açúcar é extremamente artesanal e rudimentar. O tacho (recipiente utilizado no beneficiamento do produto) tem uma medida de aproximadamente 0,60 x 1,80m, armazena cerca de 200 litros de garapa (caldo de cana) e é aquecido a lenha (extraída da propriedade). A medida de um tacho de garapa produz 34 kg de açúcar ou 40 kg de melado, sendo o tempo médio para a agroindustrialização do melado de 04 horas e a do açúcar mascavo de 06 horas.

A renda bruta proveniente da produção artesanal é de aproximadamente 05 salários mínimos mensais, porém, a renda líquida total da família está indissociavelmente correlacionada à exploração da dinâmica econômica das atividades como um todo realizadas na propriedade. A margem média de ganho oscila em 60% (melado de cana) e 40% (açúcar mascavo).

O preço do produto é estipulado abaixo do preço médio do mercado, sem prévia elaboração de uma planilha de custos. Segundo Matiolo, um aspecto positivo da produção artesanal e da venda de hortifrutigranjeiros a domicílio é a possibilidade da obtenção de dinheiro semanalmente. Em sua propriedade, não se utiliza a prática de

contratação de força de trabalho no processo produtivo, contudo, admite a cooperação mútua entre os vizinhos da mesma “comunidade”: *“aqui nós trocamos serviço, quando a gente precisa os vizinhos vêm ajudar, quando eles precisam nós vamos ajudar”*.

Trabalham cerca de 10 horas/dia, exceto aos domingos; utilizam como instrumentos de trabalho um engenho a motor e um tacho, ambos de propriedade da família; o consumo de energia elétrica mensal é de R\$ 90,00 mensais. A principal dificuldade enfrentada é quanto ao mau estado de conservação da estrada que liga sua propriedade com a rodovia (trecho de aproximadamente 4Km).

A família Castelli também merece destaque neste grupo de unidades com predominância da policultura. Salete Castelli, produtora artesanal de leite, cadastrada pelo SIM, reside numa propriedade rural de 12 hectares, situada na Linha Eva, no interior do município de Francisco Beltrão/PR e, recentemente, envolvida pelo crescimento horizontal do perímetro urbano beltronense.

Salete Castelli, 48 anos, solteira, nasceu em Francisco Beltrão e há 12 anos possui uma agroindústria de pasteurização de leite, contudo, registrada somente em 2005: *“a gente entregava em litro”²³, daí tivemos que botá a agroindústria porque eles não deixavam mais vender*”. Com auxílio de um sobrinho, Salete Castelli produz 100 litros diários de leite pasteurizado, uvas (2.000 kg/ano, vendida *in natura* ou transformada em vinhos, vinagres e doces), verduras e frutas diversas além de outros produtos de subsistência (queijos, natas, doces, ovos etc.). A margem de ganho aproximada proveniente da agroindústria artesanal é de R\$ 500,00 mensais. A venda de produtos vegetais complementa a renda familiar. Conforme aponta Salete Castelli, *“levo verdura todo dia, daí da pra compensá, né. Levo ovo, levo nata, bastante coisa, né. Agora, se fosse só o leite, a gente tinha parado”*. Aqui, a noção de “unidade produtiva familiar” ganha destaque. As produções combinam-se e reforçam o caráter de amálgama do território.

A produção do leite, frutas, verduras e outros produtos é escoada por Salete Castelli nos mercados, mercearias, lanchonetes, restaurantes e domicílios de Francisco Beltrão, utilizando como meio de transporte um veículo Wolkswagem Combi. O leite é vendido nos mercados a R\$ 1,00.

A família trabalha 2,3h na transformação do leite, um trabalho diário, no entanto, as tarefas na unidade produtiva familiar são muitas, principalmente para as mulheres. Salete Castelli acorda às cinco horas da manhã para ordenhar as vacas, tratá-las, pasteurizar o

²³ “Entregar em litro” significa a prática da venda à domicílio do leite sem o registro da vigilância sanitária. São os chamados clandestinos.

leite, cuidar de outros afazeres rurais e domésticos, entregar a produção no mercado. Sua rotina de trabalho termina diariamente às vinte e três horas. Contratam mão-de-obra eventualmente, *“quando é tempo da uva, né, a gente contrata pra ajudá na colheita, na póda”*. A maioria dos produtos que a família consome são produzidos no interior da unidade produtiva: *“compro mais arroz, feijão e farinha. O resto, leite, carne, ovo, verdura, é produzido tudo aqui”*.

Indagada sobre se já fizeram algum curso de capacitação para trabalhar na agroindústria, Salete Castelli responde que *“tem que ter, pra pasteurizar o leite, resfriar, tudo isso aí a gente tem que ter, né. A prefeitura e a EMATER também oferece. Eu já fiz uns três ou quatro cursos. Quando tem eles já avisam o pessoal que tem agroindústria pra ir, né”*.

Sobre a assistência técnica, a produtora ressalta que *“eles [Prefeitura Municipal] vem quando dá na cabeça, pra fiscalizar, né”*. A família recebeu da Prefeitura Municipal o sêmen, concedido gratuitamente para a melhoria genética do rebanho, pagam apenas a mão-de-obra correspondente ao trabalho de inseminação das vacas, R\$ 35,00. Possuem um total de dez vacas, seis ordenhadas (que estão produzindo leite), de raças Jersey e Holandesa. Na unidade, devido à estrutura minifundista, adotam o sistema de piqueteamento associado ao rodízio das vacas, complementando a dieta dos animais com ração adquirida no mercado. O efetivo não foi comprado, as vacas foram nascendo, criadas e melhoradas geneticamente na própria unidade produtiva familiar. Isso é mais um indicativo de certa autonomia produtiva, traço comum nas unidades de tipo artesanal em Francisco Beltrão/PR. Gastam em média R\$ 180,00 de energia elétrica mensalmente e mais R\$ 3 60,00 adquirindo ração para os animais.

Como podemos constatar, as atividades agroartesanais, inseridas no âmbito da policultura familiar, conservam traços marcantes do modo de produzir camponês: propriedade, trabalho familiar, lógica de subsistência e tradição produtiva. A unidade agroindustrial é mais uma atividade inerente às múltiplas tarefas do trabalho familiar; sua conotação, nessas circunstâncias é de complementaridade; a renda proveniente da unidade vem a calhar à lógica de reprodução desse modo específico de vida.

O que mudou no “trato” agroartesanal é uma tímida inserção da produção nos mercados locais quando, outrora, tais produtos limitavam-se a mera subsistência familiar.



Foto 16: Estufa onde é realizada a produção de verduras pela família Castelli.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 17: Parreiral da família Castelli.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 18: Vista da unidade artesanal de pasteurização de leite da família Castelli.
Fonte: trabalho de Campo realizado em 2007.



Foto 19: A pastagem plantada pela família Castelli auxilia na alimentação do rebanho bovino.
Fonte: trabalho de Campo realizado em 2007.



Foto 20: Tecnologia artesanal adaptada com a finalidade de triturar o alimento para o rebanho.
Fonte: trabalho de Campo realizado em 2007.

Outra característica intrínseca a essas unidades, com orientação mais voltada para os princípios de organização camponesa, diz respeito a sua versatilidade territorial, ao seu poder de “adaptação”, acentuando também o poder de resistência dessas famílias produtoras. A família Castelli, como observamos, abandonou a produção de porcos para desenvolver a atividade do leite; a família de Tobias Korb (produção de queijos), de Ademar Crestani (produção de leite) e de Celso Reolon (produção de cachaça) também fugindo das crises inerentes ao comércio de suínos dedicaram-se mais intensamente às atividades artesanais.

No enfrentamento da produção familiar contra o agronegócio, com o acirramento da conflitualidade entre esses territórios, o agroartesanato está sendo um trunfo, uma prática de resistência da produção familiar contra a exclusão.

É interessante ressaltar também que, em Francisco Beltrão, existem famílias que, por intermédio do agroartesanato, fizeram o processo inverso ao do êxodo rural: através da compra de terras e da produção agroartesanal buscaram desvincilhar-se do assalariamento urbano. É o caso de Gerônimo Grezgozeski e Francisco Spader com suas respectivas famílias, para citar dois casos.

Gerônimo Grezgozeski, 56 anos, descendente de poloneses, nascido em Erechim, Rio Grande do Sul, migrou para Francisco Beltrão/PR em 1974. Residiu na cidade de Francisco Beltrão até o ano 2000, quando adquiriu uma propriedade rural de sete hectares na localidade Vila Lobos, interior do município: *“trabalhava como autônomo, com alumínio no fundo de casa, comprei aqui pra passar o final de semana e acabei vindo pra cá”*.

Na propriedade, tentou inicialmente trabalhar com produção artesanal de açúcar mascavo, atividade que não foi bem sucedida devido aos embaraços para aquisição do selo de inspeção. Na imagem abaixo, destaca-se uma amostra do selo que foi produzido por Gerônimo para atividade familiar do açúcar mascavo.



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.

Foto 21: Rótulo do açúcar mascavo produzido anteriormente por Gerônimo Grezgozeski. Em depoimento destaca que: *“um projeto foi feito e não ganhei 'um bom dia'. Investi tudo por conta e no momento da comercialização, nove mil quilos de açúcar estocado, rendimento de preço de custo de R\$ 0,80 centavos para desfazer, vendi tudo que eu tinha comprado, não quero mais nem saber”*.

Mesmo com essa dificuldade inicial, a família permaneceu no espaço rural e passou a se dedicar à produção da cachaça. O conhecimento da produção artesanal da cachaça é um domínio antigo da família, que foi resgatado para atender às necessidades econômicas da família: *“o conhecimento de fabricar cachaça é do tempo passado. De toda família, quem tá produzindo já herdou do pai, do avô”*.

Gerônimo, destacando as mudanças ocorridas com a troca da família, da cidade para o campo, menciona que: *“na cidade é pura chateação, no campo é outra vida. Você não tem dinheiro, mas tem tudo; tu tem ar puro, tem comida sem agrotóxico; um peixe você trata do jeito que você quer, tem fruta, parte alimentar se você quiser não dependê do mercado, né, tem essa vantagem”*.

Outro produtor, Francisco Spader, reside na cidade e mantém uma unidade agroartesanal de produção de frangos na localidade Linha São Paulo, interior do município de Francisco Beltrão. Após sua aposentadoria, Francisco Spader comprou uma propriedade rural com extensão de um hectare e resolveu, juntamente com sua esposa, iniciar uma atividade

artesanal relacionada ao frango, já que acumularam anos de experiência com sua produção quando Francisco Spader e sua esposa trabalhavam no CTG (Centro de Tradições gaúchas). Francisco Spader construiu uma casa em sua terra, fazendo questão de manter a rusticidade da moradia (utensílios de barro, móveis e detalhes do ambiente em madeira rústica, fogão a lenha, imagens gaúchas na parede de madeira) e destaca: *“fico a semana toda aqui na chácara, adoro esse lugar, começamos como brincadeira e agora estamos crescendo”*.

Esses dois exemplos reforçam a idéia de que existe uma cultura camponesa que, mesmo após anos de desterritorialização, mantém-se expressiva e pronta para se reterritorializar. A produção agroartesanal tem possibilitado a reterritorialização de elementos da vida camponesa em Francisco Beltrão/PR.

Após essa afirmação voltamos a analisar a produção de cachaça da família Grezgozesky. Gerônimo produz um total de 15.000 litros de cachaça ano. A matéria-prima, 200 toneladas de cana-de-açúcar é, em sua totalidade, proveniente de sua unidade. Comercializa a cachaça através da venda *in loco* e vendendo seus produtos em supermercados e quitandas locais. Porém, menciona que *“a venda picada só dá gasto”* e essa prática acaba por inviabilizar investimentos maiores.

Em colaboração com mais 36 produtores de cachaça do Sudoeste, Gerônimo, desde 2005, está fomentando a constituição de uma cooperativa, a Coachaça (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Cachaça do Sudoeste do Paraná), da qual é o atual presidente.

A cooperativa está sendo montada para que os produtores possam articular-se e agregar mais valor e qualidade à produção de cachaça. Já estão, inclusive, vislumbrando exportações para Alemanha, França e Itália, com amostras do produto e representantes viabilizando o comércio internacional.

Conforme aponta Gerônimo, cada produtor, para ingressar na cooperativa teve que disponibilizar como cota inicial mil litros de cachaça (já padronizada conforme controle de qualidade estipulado pela Coachaça) ou a quantia em dinheiro de dois mil reais.



Foto 22: Logotipo da Coachaça.

“Todos já produziam, mas o problema era a venda; todo mundo era clandestino, não podia entrar no mercado, então, organizei a cooperativa pra todos entrar no mercado. A cooperativa atua mais na comercialização, porque, se todos tivessem uma boa comercialização não iriam querer cooperativa, né. Estamos tentando exportar a cachaça, temos amostra na Alemanha, na França, Itália também, vamos ver” (depoimento de Gerônimo Grezgozeski).

Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 23: Celso Reolon, produtor de cachaça integrado à cooperativa Coachaça. Em destaque a cachaça Sudoeste (marca da cachaça produzida pela Coachaça) pronta para a comercialização.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 24: Propriedade de Gerônimo Grezgozeski. Vista externa do barracão, sede provisória da Coachaça.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 25: Aquecedor a lenha utilizado por Grezgozeski na produção da cachaça.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.

A EMATER, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR, o SEBRAE e a Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR) foram instituições citadas por Grezgozeski por colaborarem para com o desenvolvimento da cooperativa. Os auxílios que foram citados estão relacionados a pesquisas²⁴; orientação nas áreas de produção, gestão e comercialização,

Em conjunto com a cooperativa, participaram de duas edições da feira agropecuária de Francisco Beltrão (EXPOBEL), da Feira de Sabores em Curitiba, participaram, em Brasília, da Feira da Agricultura Familiar; no Rio de Janeiro, aprofundaram os conhecimentos sobre os parâmetros da produção de cachaça orgânica, conforme cita Gerônimo, *“nas feiras não vende muito, é mais pra divulgar”*.

A falta de recursos é apontada como o principal inibidor para o desenvolvimento da cooperativa e dos produtores individuais; recursos para melhoria dos equipamentos, para a capacitação, para o capital de giro foram citados como essenciais. A cooperativa, como ressalta Gerônimo Grezgozeski, *“está começando, falta recursos, a trava maior é o recurso e atingir o mercado, porque o mercado não é fácil pra entrar, tem muito monopólio”*.

A concorrência também foi apontada como um problema para os produtores individuais. Com a cooperativa, esses produtores não entrarão mais em situação de concorrência entre si, mas as grandes agroindústrias produtoras de cachaça tornam-se

²⁴ Grezgozeski citou a presença de pesquisadores na unidade produtiva e estudos realizados pela UFPR sobre a qualidade da cachaça e o comportamento desta nos diferentes tipos de madeira utilizadas para o envelhecimento do produto. As orientações foram aproveitadas na produção da Coachaça.

concorrentes dos produtores familiares. Segundo Gerônimo, a orientação da Coachaça está a busca de qualidade do produto: *“cada tonelada de cana que você corta, você extrai 60% de suco, de garapa, e dessa extrai 10% de cachaça; tem pessoal, aí, que extrai 25% de garapa, é separado cabeça, cauda, tem cachaça aí que não dá pra tomar; na nossa cooperativa, está dentro desse padrão, nós fazemos só do meio da cana”* (Gerônimo Grezgozeski).

Individualmente, cada produtor tem uma cota para vender particularmente, mas a possibilidade de agregação de valor no trabalho familiar com a Coachaça é o grande atrativo. O aumento da escala de produção, a rotulagem e o trabalho de marketing enfatizando a qualidade do produto mesclada à tradição produtiva são elementos agregadores de valor à produção.

Celso Reolon, produtor de cachaça associado a Coachaça, comenta que *“a expectativa da agroindústria é boa mas se a gente conseguir vender pela cooperativa, conseguir uma exportação, alguma coisa, porque a gente vende a dois reais na propriedade, pela cooperativa é dez e a divulgação também melhora, aqui é só no boca-a-boca”*.

A Coachaça sinaliza para um nível de organização territorial mais complexo entre os produtores agroartesanais do Sudoeste paranaense, mas os incentivos governamentais ainda estão aquém do esperado pelos produtores. Principalmente porque os recursos disponibilizados têm como alvo as unidades que já estão operando há certo tempo, com certa regularidade produtiva. E, como essas produções são essencialmente artesanais, a falta de recursos e as técnicas artesanais repercutem na irregularidade da oferta, fato que constatamos observando que muitas unidades, por falta de incentivo, atuam de maneira complementar, algumas com produções esporádicas devido às limitações técnicas e financeiras apontadas.

Burocraticamente, o Estado não está dando apoio, é zero. Não contribui pra quem necessita, eles dão pra empresas grandes que sabem que vai dá dinheiro; pra empresa pequena, que está se instalando, eles querem dificultar com tributo pra ela não se desenvolver, não crescer; eles querem injetar dinheiro numa empresa que já ta dando fruto. Nós estamos sentindo que estamos sendo lesados. Estamos pagando impostos e não temos apoio pra divulgação. Se eles querem, eles dão na hora; se não querem, ficam enrolando. Quem vai trabalhar dessa maneira? No fim quem ganha é o atravessador, ganha mais até que a agroindústria (depoimento de Gerônimo Grezgozeski).

Um produtor de leite pasteurizado, Gilberto Smaniotto, ratificando as afirmações de Gerônimo acerca das limitações no acesso ao crédito comentou ao ser pesquisado:

Na Caixa²⁵ puxei o gerente lá e ele me disse que tem linha pra financiamento desse tipo, mas tem que ter um ano de CNPJ no mínimo. E nós não temos ainda, mais uma porta que se fecha. Não tem financiamento a longo prazo. Vai ter que ter contador e já começam mais despesas. Com o pouco que a gente tem não compensa, vamos ter que fazer grande quantia pra ganhar centavos no litro.

Restrições de crédito, falta de mão-de-obra qualificada para o trabalho (dada a especificidade da produção artesanal), concorrência (entre produtores registrados e os ditos “clandestinos” e entre estes e as grandes agroindústrias) e dificuldades de comercialização foram os limites apontados como as maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores artesanais.

Para os produtores de leite pasteurizado, *políticas públicas mal planejadas* tem-se tornado empecilho para o desenvolvimento das agroindústrias familiares. É o caso do programa “Leite das Crianças” do governo Roberto Requião no Paraná. O “Leite das Crianças” acabou concorrendo com o leite das agroindústrias artesanais. Uma suposta inadequação técnica ancorada por uma burocracia estatal questionável tirou dos produtores familiares a possibilidade de produzir, envazar e distribuir localmente o leite do programa, mesmo os produtores com o SIM. Em resultado, acabou-se por incumbir apenas os grandes laticínios (Latco e Parmalat) de envazar o “Leite das Crianças”, concomitantemente, acirrando a concentração de capital por parte de grandes agroindústrias e restringindo ainda mais a possibilidade das agroindústrias familiares se desenvolverem.

Duas unidades de produção de leite que constavam na relação do SIM que visitamos estavam, naquele mês, encerrando suas atividades: a unidade de Ivonete Belavera e Josenir Cavichon.

Ivonete Belavera revela-nos que sua família parou com a atividade “*por causa desse 'leite do governo'*”²⁶, *daí nós perdemos a freguesia. A gente não tem como entregar nos mercados e nem nas famílias, por que a maioria ganha daí*”. E continua:

²⁵ Caixa Econômica Federal.

²⁶ Fazendo alusão ao programa “leite das crianças” – governo Requião, Estado do Paraná.

Ficou difícil para nós entregar. Por que daí nós levávamos o leite e metade vinha de volta. Então iria fazer o que? As embalagens aumentavam mês por mês, né, daí a gente se obrigou a parar [...] tinha 14 vacas de leite e vendi a metade porque não tinha condições de ter todo aquele leite ali e não consegui coloca, né. Tu ia fazer o que arriscando levar, entregar na cidade, por que daí, na verdade, tu não é dizer assim, tinha só no caso que levar o leite pasteurizado, por que o queijo a gente não tem o preparo como é pra ser, né. Não deu. Olha, se fosse depender mesmo do leite, a gente iria passar fome. A sorte nossa é que ele [esposo] conseguiu arranjar um emprego fora, né.

O leite produzido pela família Belavera passou a ser entregue a um laticínio capitalista. Interrogada sobre o preço que seria pago pelo produto, Ivonete comenta que: *“a gente não sabe, né, tem que espera eles pegar pra depois vê, né, porque vai precisa a qualidade do leite, a quantidade, é uma coisa assim, parece”*.

A fala de Ivonete evidencia bem a fragilidade com que o campesinato apresenta-se perante o agronegócio; ela não sabia sequer a remuneração que seria paga pelo leite com o qual trabalha sua família.

A agroindústria artesanal era a principal fonte de renda da família, agora dependente do agronegócio e do assalariamento. Perguntado à proprietária sobre a possibilidade de converter o leite que sobrava em queijo, Ivonete menciona que para fazer queijo teria que *“ter os preparo”*, isto é, a falta de recursos inviabiliza a implantação de uma suposta agroindústria de queijos. *“eu estou pensando em fazer umas estufa. Daí ele vai ver se consegue vender nas feiras, nos mercados alguma coisa”*.

Gilberto Smaniotto, produtor de leite pasteurizado, no momento em que o entrevistamos, estava buscando reestruturar sua unidade para se readequar as exigências governamentais, conforme veremos adiante, estava entregando sua produção de leite para um laticínio capitalista (Latco) e comenta que:

Há seis meses estamos entregando pra Latco por R\$ 0,33 centavos; acho que não cobre as despesas. Estamos entregando pra Latco porque perdemos as creches, porque a prefeitura não compra mais nada sem ser licitado e nós não temos CNPJ; as máquinas que nós tinha não passa, eles não aceitam e pra nós cortaram. Pra nós foi uma paulada que ta loco, né.

Nas observações de Gilberto Smaniotto, o produtor demonstra o nível de exploração empreendido pelo agronegócio: *“acho que não cobre as despesas”*. Embora Gilberto esteja em situação um pouco mais confortável economicamente que Ivonete e

Josenir, buscando modernizar sua produção para atender as novas exigências governamentais mercadológicas, a perversidade do sistema apresenta-se ali também.

Josenir Cavichon, outro produtor que estava encerrando suas atividades esclarece as razões que o levaram a tal situação:

Foi parado por que não compensava mais. Pra você ir de carro sempre e quebra carro e daí você comprar o pacote, era 10 centavos o pacote. Levava no mercado as vezes vendia tudo o leite, as vezes deixava 100 litros e não vendia nada, tem que trazer e jogar fora o leite. E era muita gente que vendia clandestino igual nas casas e podia vender mais barato e daí você perdia muito com “sem vergonha” que não te paga.

Por mais que as atividades agroartesanais estruturem-se sob a égide de um conhecimento produtivo acumulado durante gerações, utilizem técnicas rudimentares adaptadas as suas necessidades produtivas (o que não requer grande volume de recursos), contratem (algumas unidades) mão-de-obra apenas eventualmente e subsidiam o rendimento do agroartesanato com a prática da policultura e outras culturas comerciais, essas famílias ingressam no circuito mercantil por intermédio de uma combinação frágil. Uma simples oscilação no preço de uma matéria-prima já proporciona um estrangulamento da proporção se prolongada a situação por certo tempo. Fato que contribuiu para o alto índice de clandestinidade das produções agroartesanais.

Com relação às agroindústrias de leite e queijo, mais duas unidades merecem destaque por suas dinâmicas territoriais: maior dinamicidade mercantil e incremento nos parâmetros técnico-produtivos. A unidade agroartesanar de pasteurização de leite de Gilberto Smaniotto e a agroindústria familiar de produção de queijos de Atílio Capra.

Atílio Capra, 68 anos, reside na propriedade há 40 anos e tem a agroindústria de produção de queijos adequada as exigências da vigilância sanitária desde 1993. Atílio Capra migrou do Rio Grande do Sul, município de Guaporé, em 1968 e nesse ano estabeleceu-se em Francisco Beltrão. Trabalhava com lavoura e também exercia a atividade de sapateiro.

A família Capra, produz um total de 120 quilos de queijos semanalmente e a matéria-prima, 5.000 litros mensais, é toda oriunda de sua propriedade. Possuem um funcionário fixo para auxilia-los na ordenha das vacas. A unidade da família está sendo reformada pois vislumbram a adoção do SIP. Atílio mencionou-nos que o investimento inicial

previsto estava avaliado em R\$ 70.000,00, contudo os investimentos irão ultrapassar os R\$ 100.000,00: uma infra-estrutura nova foi adotada (cumprindo com exigências ambientais e sanitárias) e equipamentos novos foram adquiridos. Há quatro anos estão construindo e utilizaram, até o momento, R\$ 30.000,00 de recursos financiados; o restante do investimento está sendo feito com recursos da própria família. De maneira improvisada, em virtude da reforma, o queijo está sendo feito como dantes, na cozinha da residência da família Capra.



Foto 26: vista panorâmica da nova unidade de produção de queijos da família Capra.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.

Nos 24 hectares de propriedade produzem também policultura de subsistência e lavouras comerciais de soja e milho. A produção de queijos e a lavoura são as duas principais fontes de renda da família.

Como pudemos constatar, o montante de recursos para custear um investimento desse porte é alto e não está ao acesso de todos os produtores. No ramo do leite e derivados encontramos um disparate: unidades encerrando suas atividades e unidades sendo modernizadas. No entanto, mesmo as unidades que estão sendo melhoradas o estímulo para a reestruturação é o jogo do mercado. A modernização das unidades soa também como resistência nesse sentido. Vejamos agora a situação da família Smanitto.

Gilberto Smaniotto é descendente de italianos, cujo pai residia em Araquiba/RS. Era agricultor no Rio Grande do Sul, mas foi desapropriado porque suas terras foram alagadas pela barragem de Itá. Possui o ensino médio completo. É dono e reside em

uma propriedade de 18,4 hectares desde 1988. Sua agroindústria está localizada na Cabeceira Rio do Mato, município de Francisco Beltrão/PR;

Complementando a atividade agroindustrial, cultiva 10 hectares de milho, 3 ha de soja e 5,4 ha de pasto. Sua família é composta por 06 pessoas (4 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) e todos trabalham na agroindústria. Trabalham em média 10 horas/dia e 31 dias/mês.

Segundo o Sr. Gilberto Smaniotto, toda a assistência técnica (orientação, incentivo financeiro/fiscal) necessária ao andamento de sua atividade, tem sido efetivada de forma particular; jamais foi prestada por alguma entidade incumbida (competente). Tanto a EMATER quanto a Prefeitura Municipal vêm atuando apenas no sentido de fiscalizar e prover balanços e avaliações sobre a atividade. O ganho líquido aproximado na agroindústria ultrapassa os 5 salários mínimos mensais.

A agroindústria foi fundada há 10 anos e segundo seu proprietário, melhorou sua vida. Toda economia familiar, a partir de sua instalação, passou a girar em torno dessa atividade bem como quase a totalidade de sua propriedade está voltada para o suprimento da agroindústria.

A principal dificuldade enfrentada é quanto à atuação de clandestinos no mercado e quanto à inadimplência por parte de alguns clientes. Em 2004, comercializava sua produção em 4 creches do município e entregava o restante da produção diretamente ao consumidor. A agroindústria pasteurizava um total de 7.000 litros/mês, sendo 1.500 (21,5%) litros adquiridos de outros produtores de sua localidade e o restante (78,5% ou 5.500 litros) são provenientes de sua propriedade. A margem de ganho aproximado era de 25 %.

Em 2007, voltamos a visitar a propriedade. A produção estava improvisada na garagem, pois a agroindústria estava passando por reformas. Em 2006, perdeu a autorização para comercializar nas quatro creches às quais atendia, devido uma suposta inadequação tecnológica da sua unidade perante a exigência do governo do Estado. Por isso, está readequando sua unidade, investindo um total de R\$ 50.000,00 em equipamentos e estrutura física para ganhar novamente a licitação das creches e *“sair na frente”* dos demais produtores do setor.

Em 2005 foi construído também um aviário para a criação de perus, vinculado à Sadia. O investimento total foi de R\$ 90.000,00, sendo 50% recursos próprios. Construiu o aviário visando aproveitar o esterco gerado para adubar sua propriedade: *“há oito anos que nós tem as vacas na terra, né, e a terra estava meio morta. Pra comprar cama de*

aviário pra recuperar a terra fica muito caro, né. Daí é uma atividade a mais e a gente pensa que com o adubo vai voltar pro leite, né” (depoimento de Gilberto Smaniotto).

Sobre o sistema de integração, o produtor destaca que:

Alojamos cinco lotes aqui no aviário. Vai dizer o que da Sadia? Ela te traz os peruzinhos, te traz a ração, vem o veterinário uma vez por semana, eles carregam os perus, levam e tu não sabe nada. Eu acho que o aviário não paga o investimento. Quem financia 70% não paga. Eu financiei metade. Quem pode com uma firma grande, a gente sai sempre perdendo. Daí o dólar despencando eles alegam que eles também vendem em dólar daí os preços despenco também. Quando tivemos pensando em colocar o aviário quem tinha aviário e deixava uma média de 60 dias na propriedade, dava de 80 a 90 centavos por cabeça. Hoje não chega a 40. Ta apertando cada vez mais.

Portanto, a família Smaniotto com a construção do aviário não mudou de orientação produtiva. O aviário foi construído para fortalecer a produção familiar. E o nível de esclarecimento da família com relação a dinâmica perversa do agronegócio para com a produção familiar é evidente.

A produção da agroindústria e sua margem de ganho continuam as mesmas, porém a produção agora é entregue a um laticínio local (Latco), a 02 mercados e a domicílio.

Possui 45 cabeças de gado (25 produzindo) holandesas e Jersey, melhoradas por inseminação artificial feita pelo próprio Gilberto, que há oito anos possui um botijão de sêmen. Adquire como matéria-prima 2 toneladas de ração por mês (R\$ 800,00) oriundo da Candu (Dois Vizinhos), o restante da matéria prima é da propriedade (silagem, pasto e cana-de-açúcar).

Os meios de transporte são próprios: uma caminhonete e um trator. Esporadicamente contratam mão-de-obra no processo produtivo, sem carteira assinada, basicamente quando fazem a chamada “silagem” do milho. A instalação da agroindústria é própria, de alvenaria medindo 4 x 5,5m. Os instrumentos de trabalho são de propriedade da família: 3 freezers, embaladeira e pasteurizador de leite, além de outros utensílios domésticos utilizados no processo produtivo.

O consumo de energia elétrica é de R\$ 220,00 mensais. O preço do produto final é estipulado a partir do preço do leite dos laticínios. Em sua propriedade está construindo uma área de lazer com quiosques e campo de futebol, visando potencializar a prática do turismo para receber seus clientes mais ilustres (bons pagadores).



Foto 27: Agroindústria de Gilberto Smaniotto (vista da unidade). Trabalho de campo realizado em 2004.



Foto 28: Agroindústria de Gilberto Smaniotto, em processo de ampliação. Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 29: Aviário integrado à Sadia construído em 2005 na propriedade de Gilberto Smaniotto. Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 30: Propriedade de Gilberto Smaniotto – silagem do milho para tratar o rebanho. Trabalho de campo realizado em 2006.

Gilberto Smaniotto ponderando alguns aspectos sobre a reestruturação de sua unidade agroartesanal destaca que:

Se eu consegui equipar que esse leite que o Requião da pras famílias só hoje perdi umas sessenta famílias que ganham. A EMATER me disse que se eu conseguir equipar a agroindústria do jeito que eles querem é bem fácil que eu consiga embalar o leite das crianças. Porque a preferência é pras agroindústrias e aqui não tem nenhuma capacitada. Quem esta embalando é a Latco. Vamos colocar o CNPJ pra tentar licitação das creches, vamos colocar pra funcionar [...] A intenção é colocar lá um resfriador de expansão, um tanque de equilíbrio, pasteurizador de placa, embaladeira, câmara fria, essas coisas tudo (Gilberto Smaniotto).

Modernizar ou entrar na informalidade, essa é a grande questão para a família Smaniotto. Dentro do que destacamos anteriormente sobre as diferenciações existentes entre as formas de organização territorial agroartesanal, sua propriedade encaixa-se no grupo de produtores que direcionam toda potencialidade da unidade para o atendimento da produção agroartesanal. Com uma ressalva, um mínimo de policultura de subsistência é garantida na

unidade: *“farinha vem de lá, feijão vem de lá. De origem animal a gente tem: banha, salame, leite, queijo, mandioca, verdura”*. (Gilberto Smaniotto).

Em Francisco Beltrão/PR existem produtores que associado a atividade agroartesanal desenvolvem também produções essencialmente mercantis como soja, milho; gado, peru e frango baseados no sistema de integração capitalista. Observa-se nesses casos uma organização territorial diferenciada das unidades que analisamos anteriormente. A dinâmica territorial das famílias Macari, Lago e Smaniotto ajuda-nos a entender a relação agroartesanato, policultura e produção mercantil.

A família Macari estabeleceu-se no município de Francisco Beltrão, na localidade rural Sessão São Miguel, no ano de 1953. Migraram do município de Urussanga, Santa Catarina. Conforme depoimento de Marlene Macari, *“vieram porque aqui tinha mais terra, porque lá era pouca terra. A família era grande, né”* (onze pessoas).

Possuem uma propriedade rural contendo 147 hectares aonde produzem soja, milho, feijão, entre outras culturas alimentares. Produzem também gado leiteiro e suínos. Possuem um frigorífico artesanal, registrado pelo SIM desde o ano 2000, no qual produzem salame, lingüiça, torresmo, banha, copa e demais derivados de carne suína. Adotaram o SIM, *“porque a vigilância começou a pressionar e porque é mais seguro, né. É muito mais fácil vender o produto”*.

O “trato” com a produção artesanal é um domínio cultural antigo da família, contudo a unidade está formatada nos parâmetros de exigência do SIM há dez anos (infra-estrutura específica, equipamentos adequados etc.). Adquirem 5.000 kg. de carne suína mensalmente, sendo que 50% do total são oriundos da própria unidade produtiva. O restante da matéria-prima é adquirido de produtores adjacentes à comunidade rural.

Devido as dificuldades de comercialização, pelo número reduzido de pessoas na unidade e a falta de conhecimento mercantil e tempo hábil, sua produção é encaminhada para um vendedor particular que compra toda produção e revende nos supermercados municipais e padarias de Francisco Beltrão/PR. Segundo Marlene Macari *“melhorou bem depois que o vendedor pega ali e paga já, ele tem prática nisso, né”*.

Antes de se dedicarem mais intensamente a atividade agroartesanal, além da produção agrícola comercial e de subsistência e da produção de leite, tinham um aviário de 100 metros integrado ao CAI Sadia. Interrogada sobre o término da atividade aviária, Marlene Macari destaca que a atividade não foi bem sucedida *“porque tinha pouca gente pra trabalhar, né. E atender o aviário e atender a agroindústria não tinha como, mais o leite, mais lavoura é pouca gente pra trabalhar. Achamos melhor parar porque tinha que fazer*

reforma e as exigência da Sadia cada vez mais". Quando indagada sobre as principais dificuldades enfrentadas com a produção agroartesanal, a proprietária comenta que a principal dificuldade está ainda relacionada a mão-de-obra e posteriormente a adequação do produto aos parâmetros comerciais.

A agroindústria tem época que vai bem, mas tem época que não vai. Que nem tem um empregado que vai bem derrepente ele sai, vai pra outro lugar. Daí a gente fica ensinando um outro, até que pega vai longe. O grande problema é a mão-de-obra. Temos dois funcionários fixos por mês, são meninos vizinhos aqui que não tinham o que fazer, estão trabalhando aí. A roça deles é pouca e ajuda, né [...] Até que o pessoal aprendeu, né, não foi fácil. A qualidade no começo também foi difícil. Depois que padronizou, ficou tudo bem direitinho foi embora. Daí deu mais uma caída quando eu saí. Eu fiquei doente e não consegui mais trabalhar, daí entrou mais uma sobrinha não tinha prática nenhuma daí deu uma caída no produto. Eu tinha que ir lá e ensinar na área. Agora acho que ta alinhando.

Trabalham na agroindústria 03 pessoas da família com mais dois funcionários fixos. Os instrumentos de trabalho, a unidade física de produção e os meios de transporte são próprios. A maioria dos produtos consumidos pela família são provenientes do interior da unidade produtiva. Com relação a assistência técnica, Marlene Macari afirma que é prestada de forma particular pelos técnicos dos fornecedores: *"o que a gente sabe aprendeu com eles, com os técnicos dos fornecedores"*²⁷. Receberam R\$ 25.000,00 de incentivo financeiro do governo do Estado do Paraná, proveniente recursos a fundo perdido. A agroindústria da família Macari não está inserida em cooperativas. As práticas de lazer que a família desfruta estão relacionadas a festas da comunidade rural organizadas pela igreja católica.

²⁷ Aqui temos que diferenciar o conhecimento produtivo cultural familiar, que é antigo e dotado de tradicionalidade, do conhecimento técnico agroartesanal. Quando Marlene Macari diz que tudo que sabiam na agroindústria tinha sido repassado pelos técnicos dos fornecedores, estava referindo-se aos conhecimentos essencialmente técnicos de manipulação de alimentos visando uma maior produtividade e em corroboração com a legislação sanitária (adaptação aos equipamentos exigidos e demais técnicas introduzidas – ração, embalagem, vacinação, higienização, conservação, dimensão informacional do produto etc.), . Em alguns casos a forma em que a família produzia agroartesanamente é profundamente reestruturada quando legitimizada pelos selos de inspeção.



Foto 31: Vista externa da unidade agroartesanat de produção de derivados de suínos da família Macari, Sessão São Miguel, Francisco Beltrão/PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 32: Propriedade rural da família Macari. Local onde ficam alojados os suínos antes do abate.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.

A família Lago também nos auxilia a pensar a relação trabalho familiar, produção mercantil e agroartesanato.

Situada na sessão Progresso, assentadas numa propriedade de 43 hectares três famílias Lago produzem em sistema de cooperação. Seus pais vieram de Joaçaba, Santa Catarina. Conforme destaca Ilário Lago: *“aqui eu nasci, me criei e aqui estou. O pai chegou aqui faz mais de cinquenta anos. Aqui era um lugar novo, aqui era tudo mato e a princípio o pai começou com uma serraria. Depois que derrubaram o mato começou com lavoura”*. A

terra, recebida de herança, não foi fracionada, divida entre os donatários, trabalham as três famílias em sistema de auxílio mútuo.

Lá é assim, leite tudo junto, queijo tudo junto, vai lá vende, deu tanto, reparte e deu tanto. Daí tem que comprar medicamento, comprar ração, ferramenta, alguma coisa daí compra as ferramentas, deu tanto daí reparte e os aviários também é assim. Pra colocar uma agroindústria sozinho é meio difícil. Aqui envolve as três famílias daí tu consegue tocar, né. Nós somos num total de treze. A piaçada ajuda, sete, oito anos já ajuda tocar uma vaca, um terneiro [...] Na agroindústria trabalham minha esposa e do meu irmão, mas pra tirar pasto e cuidar das vacas são cinco. Faz um serviço, termina esse, vai pro outro e vai, porque nós se envolvemos em várias coisas. Cada um destrincha o serviço. (depoimento de Ilário Lago).

O trabalho familiar é essencialidade na organização territorial das famílias Lago. As principais fontes de renda da família são os três aviários integrados a Sadia (01 contendo 100 x 12 metros e os outros dois medindo 125 x 12 metros) e as lavouras de soja e milho comercializadas com os CAIs Sadia e Perdigão.

A agroindústria artesanal de queijo tem caráter subalterno. Produzem um total de 7 quilos de queijo dia com matéria-prima em sua totalidade oriunda da própria unidade.

Ah, ela ajuda [a atividade artesanal do queijo] mas non mioro tanto, né, só que ajuda bastante, né. Ajuda em termos de despesa de casa, pra renda não é muita coisa, pra despesa de casa tu tira. Alimento, conta de luz, medicamento pra gente. Sempre fizemos queijo, mas não tinha esse negócio de agroindústria, de inspeção, né. Sempre foi feito queijo nesse sistema ali só que era feito queijo dentro de casa assim, era tudo mais artesanal, mais diferente, né. Daí foi falado que tinha que ser diferente, foi feito essa casinha.

A arte de produzir queijos foi transmitida entre as gerações da família Lago, o selo do SIM foi adotado por exigência da vigilância sanitária. É uma atividade complementar mas que tem sua importância na composição da renda familiar.



Foto 33 : Vista panorâmica da unidade agroartesanal das famílias Lago. Sua medida é de 4,5 x 6,0 metros. Fonte: trabalho de campo realizado em 2007



Foto 34: Técnica artesanal adaptada pelas famílias Lago para prensar o queijo. Fonte: trabalho de campo realizado em 2007



Foto 35: Queijos produzidos na agroindústria das famílias Lago.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2007



Foto 36: Barracão com equipamentos agrícolas de propriedade das famílias Lago. Durante a safra conseguem algum ganho trabalhando com suas máquinas nas propriedades vizinhas (preparando a terra, colhendo, plantando etc.).

Fonte: trabalho de campo realizado em 2007

Outro indicativo da dimensão artesanal na produção das famílias Lago está expresso no depoimento a seguir. Comentando sobre as técnicas empreendidas com o gado Ilário Lago nos apontou um problema que houve com a produção do leite, comenta que:

Nós nunca fizemos inseminação artificial, só trabalhamos com touro, daí de um problema no touro que ele não cobriu mais as vacas, daí paro tudo. Daí até que fomos notá que as vacas tava em cio, dali a pouco de novo, digo, deve ter problema. Daí tiramos o touro e colocamos outro alinho, só que daí deu aquele intervalo e as vacas ficaram tudo seca. É difícil, nós começamos uma vez com inseminação. Só que toda vaca que fazia inseminação tocava de fazer três, quatro inseminação pra ela poder pegar cria. E se você teve com o touro e se o touro é bom pode ficar tranquilo. Elas dão dez, doze litros por tirada. Pro nosso sistema tá bom. Poderia produzir mais se investisse mais em ração.

O fato das famílias serem integradas a CAIs e desenvolverem atividades essencialmente mercantis não significa que estão desvinculada de todos os elementos da sociabilidade camponesa. Analisando a dinâmica territorial da família Lago pudemos entender essas disparidades/complementaridades: produção mercantil, integração agroindustrial, trabalho familiar e atividades artesanais, heterogeneidade bastante presente em Francisco Beltrão.

Sobre o futuro da atividade e a possibilidade dos mais jovens permanecerem no campo, Ilário destaca que: *“eu acho que não, dizem ah, porque o pai sofre. Esse aqui quer ser mecânico, a menina quer vender roupa na loja e quer casar, ter uma casa, cuidar da casa”*.

Na questão que fizemos aos produtores sobre o interesse dos mais jovens permanecerem com a atividade, alguns destacaram que vontade eles têm mas as condições são difíceis, devido à todas as dificuldades enfrentadas. Um membro da família Macari se formou em agronomia e tem intensão em desenvolver sua profissão na unidade, mas Marlene acha pouco provável. Gerônimo enfatizou que tem dúvidas sobre seu próprio futuro como produtor. E Ademar Crestani acredita que os filhos, numa eventualidade, possam administrar a unidade, mas exercendo outras atividades urbanas paralelas. Gilberto Smaniotto, corroborando com as colocações de Ademar diz que as filhas *“querem estudar, elas vão fazer faculdade. Quem sabe depois de ter alguma formação voltem, mas acho que não voltam, aqui o trabalho é pesado”*.

Iremos agora destacar a dinâmica territorial de alguns produtores agroartesanais absenteístas: famílias Pasin, Ferrari e Spader. Com a instituição do SIM, a possibilidade de converter em renda o conhecimento produtivo acumulado fizeram com que produtores urbanos adquirissem propriedades rurais para desenvolverem atividades agroartesanais. É o caso das famílias anteriormente mencionadas. Vejamos alguns elementos da organização territorial da produção agroartesanal da família Pasin, uma unidade com uma inserção mercantil maior, de tempo mais rápido.

O estabelecimento da família Pasin fica situado no distrito Km 20, município de Francisco Beltrão/PR. As informações contidas nessa síntese foram a nós passadas por uma funcionária efetiva do estabelecimento, Alda Radin. Os proprietários da agroindústria e de uma propriedade rural de 19,2 ha, Nilton Pasin e Maria Lurdes, são absenteístas: residem na cidade de Francisco Beltrão, desenvolvendo paralelo a atividade agroartesanal, atividades urbanas. Nilton trabalha como dentista e Maria Lurdes trabalha como delegada do Ministério do Trabalho. Possuem dois filhos, ambos médicos.

A família Pasin, originariamente riograndenses, descendentes de italianos desterritorializados do município de Passo Fundo, estabeleceram-se em Capanema/PR e em 1994 Nilton Pasin e Maria Lurdes adquiriram o estabelecimento rural referido, situado no município de Francisco Beltrão. A agroindústria foi fundada em 1996.

A propriedade é aproveitada economicamente com espécies frutíferas diversas: uva, caqui, figo, laranja, entre outros, sendo a agroindústria a principal fonte de renda da família. Segundo nossa informante, Alda Radin, o valor bruto/mês da produção é de aproximadamente R\$ 20.000,00. Antes da instalação da agroindústria produziam apenas vinho e vinagre. Atualmente, além do vinho (70.000 litros/ano) e do vinagre (25.000 litros/ano), produzem doce de abóbora (3.000 vidros/ano), geléia e *chimia* (doce) de uva (6.000 vidros/ano), doce de goiaba (1.500 kg./ano), além de graspa, pinga; conservas: ovos de codorna, cebolinha, pickles, figo, pepino, abóbora. As uvas são colhidas na própria propriedade, assim como parte das frutas que compõem a matéria-prima. O restante da matéria prima são adquiridos regionalmente.

O destino da produção é diverso: estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso; cidades como Curitiba/PR, Chapecó/SC, São Miguel do Oeste/PR, Santa Helena/PR, Foz do Iguaçu/PR, entre outras localidades. Somente para o estado do Mato Grosso do Sul, segundo nossa informante, em 2006 foram realizadas vendas no valor de R\$ 20.000,00, o que denota uma maior inserção mercantil às despensas de unidades com ritmo mais lento e artesanal.

Transportam a produção regionalmente com veículo próprio, uma caminhonete Silverado, e para longas distâncias utilizam do serviço de transportadoras. Possuem quatro funcionários, um temporário e três efetivos com carteira assinada. O funcionário temporário é contratado para colher as frutas. A edificação da agroindústria mede 10 x 20 metros. O consumo de energia elétrica da propriedade é de R\$ 260,00 mensais. A agroindústria é equipada com máquinas e instrumentos de trabalho como pipa de inox, engarrafador, moedor de uvas, tonéis de inox para cozer as frutas, entre outros equipamentos e instrumentos. A assistência técnica é prestada pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR e pela EMATER/PR. A agroindústria está inserida na FASP (Fundação das agroindústrias do Sudoeste do Paraná, gestada pela EMATER/PR). Na propriedade são recebidos estudantes no intuito de realizarem estágios.



Foto 37:
Parreiral
situado na
propriedade da
família Pasin,
Distrito Km.
20, município
de Francisco
Beltrão/PR

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 38: Vista
externa da
agroindústria
da família
Pasin.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 39:
Funcionárias
fixas da unidade
agroartesanal da
família Pasin. À
direita, Alda
Radin.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.

Ambas de origem italiana as funcionárias trabalham há vários anos na agroindústria. São agricultoras e residem na “comunidade” rural Km 20, município de Francisco Beltrão/PR. A efetivação trabalhista das funcionárias na agroindústria deve-se por seus conhecimentos acumulados sobre a transformação de alimentos oriundos de heranças culturais.



Foto 40: Produtos
Pasin. Em destaque
a diversificação
produtiva: vinhos,
suco de uva,
vinagres, grasas,
doces de abóbora,
figo e goiaba. Ao
fundo da imagem
aparece uma parte
do estoque de
produtos da
unidade

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 41: Propriedade rural da família Pasin. Em destaque a casa de campo que a família construiu para passar os finais de semana e receber os estagiários. Nos fundos da construção é possível visualizar uma piscina.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.



Foto 42: Barris de metal nos quais são armazenados parte da produção de vinhos da família Pasin. A família produz cinco tipos de vinho diferentes.

Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.

As informações produtivas destacadas anteriormente somadas às fotos demonstram que a agroindústria da família Pasin tem uma lógica de ação territorial diferente de outras agroindústrias artesanais analisadas nesta pesquisa: a) seu mercado consumidor já é interestadual; b) um contingente de assalariamento, mesmo ínfimo, já se apresenta no processo produtivo; c) algumas técnicas produtivas mais modernas fazem-se presentes na agroindústria. Porém, mesmo com essas especificidades organizacionais, para o efetivo andamento produtivo da agroindústria da família Pasin, necessita-se do saber fazer tradicional, artesanal, com o qual suas funcionárias contribuem.

Agroindústrias familiares e artesanais de ritmo mais rápido, a exemplo da unidade da família Pasin e de outras unidades que, por estarem registradas no SIM não podem ser citadas (devido ao fato de clandestinamente comercializarem seus produtos em outros municípios da *mesorregião* Sudoeste), estão expandindo suas produções e comercializando seus produtos em municípios vizinhos a Francisco Beltrão. Municípios do Sudoeste do Paraná como Marmeleiro, Dois Vizinhos, Realeza, Barracão, entre outros, já recebem produtos do agroartesanato beltronense, algumas produções realizadas de maneira clandestina devido à limitação municipal do SIM.

Essas unidades agroartesanais de ritmo mais rápido vêm incorporando novas técnicas ao processo produtivo que, intimamente associado ao assalariamento (fixos e/ou contratados), otimiza a produção fazendo com que a expansão territorial de mercado torne-se uma sistemática. No entanto, esse fenômeno é recente e ainda restrito à tônica produtiva de poucas produções agroartesanais.

Outra produção de ritmo mais rápido é a de Valdir Thomé: com 55 anos é de ascendência italiana. Seus pais migraram de Passo Fundo/RS e estabeleceram-se, no ano de 1957, em Francisco Beltrão na “comunidade” de Nova Concórdia. Thomé, juntamente com outro irmão seu, possui duas propriedades rurais; a propriedade em que está instalada a agroindústria artesanal, tem 35 hectares e fica localizada na “comunidade” de Nova Concórdia; a outra propriedade fica localizada na Linha Calegari, interior do município de Francisco Beltrão/PR, tem 36 hectares. Em ambas as propriedades Thomé produz soja e milho para a alimentação dos suínos e para comercialização de grãos. Fundada em 1997, a atividade agroartesanal é a principal fonte de renda da família.

Com a agroindústria, produzem salame (900 kg/mês), lingüiça (4.000 kg/mês), cortes suínos (4.000 kg/mês), morcilha (520 kg/mês) e banha (1.200 kg/mês). Aproximadamente 80% da matéria-prima (carne suína) é produção própria da família Thomé. Na propriedade rural, situada em Nova Concórdia produzem e abatem mensalmente 500

suínos com aproximadamente 100 kg cada; 80% dos 22.000 quilos de suínos processados mensalmente são produzidos localmente.

Calculando os custos de produção, segundo Valdir Thomé, o ganho é de R\$ 0, 60 centavos o quilo do porco vivo, deduzido custos de transporte, pagamento de funcionários, depreciação do maquinário, embalagens etc.; o salame é vendido a oito reais ao quilo nos mercados municipais. Consoante Valdir, o ganho bruto mensal da produção agroartesanal é de R\$ 50.000,00 mensais, dos quais 15%, aproximadamente são líquidos. Os abates são realizados três dias por semana; durante o processo produtivo contratam seis funcionários diaristas para auxiliar no trabalho familiar.



Foto 43: A imagem mostra parte do chiqueiro onde são criados os porcos pela família Thomé.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2007.

Os diaristas recebem salário mensal de trezentos reais. Conforme veremos no quadro XVIII, as agroindústrias artesanais do ramo de suínos e as de frangos são as que mais contratam funcionários. Isso deve-se ainda pelo caráter artesanal da produção. O trabalho é, sobretudo, realizado manualmente e, por essa razão, necessita-se de certo contingente de trabalhadores.



Foto 44: Produtor Valdir Thomé, sujeito do território.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.



Foto 45: Máquina utilizada pela família Thomé para a fabricação da ração suína.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007.

A última unidade caracterizada é urbana e pertence ao ramo de massas; trata-se da unidade agroartesanal Lili Massas.

A Sra. Lili Maria Balestiero têm 39 anos, descende de migrantes alemães reterritorializados no município de Serro Largo/RS. Há 14 anos, a família morava na “comunidade” rural Linha São Paulo, situada no interior do Município de Francisco Beltrão. Lili recebeu herança, fruto do desmembramento da propriedade rural citada anteriormente, e, juntamente com seu esposo, compraram um lote urbano situado no centro da cidade de Francisco Beltrão/PR, onde residem e desenvolvem há 10 anos a atividade agroartesanal.

Desde a época em que morava no campo, a Sra. Balestiero produz massas, conforme os costumes de sua família, porém, objetivava-se apenas o consumo imediato dos produtos pela família. Com a agroindústria artesanal a família produz massas e doces em geral. Sua família é composta por 03 pessoas, 02 trabalham na atividade agroartesanal. Não contratam mão-de-obra no processo produtivo. Como afirma a proprietária, “*a família se combina melhor, brigam e se reconciliam rapidamente*”. Trabalham em média 10 horas/dia e

30 dias/mês. Como sustenta a Sra. Balestiero, *“quem trabalha apenas 8 horas/dia não sustenta uma agroindústria”*.

Mesmo não cadastrada no SIM, recebe regularmente assistência técnica por parte da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, atuando na parte de orientações e fiscalizações. Pela EMATER, recebeu, para a implantação da agroindústria (estocagem e investimento), o financiamento de R\$ 10.000,00. A renda líquida aproximada da agroindústria varia entre 3,1 e 5 salários mínimos mensais. A construção de alvenaria é da família e mede 4 x 4m. Com a agroindústria, a família produz salgados (500 kg/mês), cucas (400 kg/mês), pães (240 kg/mês), bolos (80 kg/mês) e bolachas (60 kg/mês). Toda a produção é comercializada na feira-livre de Francisco Beltrão (onde trabalha há 11 anos) e também produz sob encomenda.

A margem de ganho varia entre 30% e 40%. As matérias-primas utilizadas pela agroindústria são farinha de trigo (500 kg/mês), açúcar (125 kg/mês), ovos (40 dúzias/mês – proveniente da agroindústria familiar do Sr. Schmoller), leite (48 litros/mês), manteiga (20 kg/mês), leite condensado e creme de leite (120 caixas de 250 gramas/mês), chocolate em barra (12 kg/mês), lenha (2m³/mês) e gás de cozinha (02 botijões de 13 kg/mês). Exceto a manteiga, que é oriunda do município de Alto Alegre/PR, o restante da matéria-prima é proveniente do município de Francisco Beltrão/PR.

A não opção pela comercialização da produção nos mercados locais é devido à grande exploração destes e os problemas de ordem financeira, conforme aponta Lili: *“no mercado as mercadorias que são quebradas ou vencem seu prazo de validade viram despesa”*. Um carro de passeio de propriedade da família constitui o meio de transporte. Os instrumentos de trabalho são de propriedade da família: fornos, cilindros, amassadeira, batedeiras, mesa, fogão, pia, entre outros utensílios domésticos. O consumo de energia elétrica é de R\$ 100,00 mensais. A principal dificuldade enfrentada é quanto à pouca ajuda financeira existente para a atividade.

A referida agroindústria artesanal urbana tem fortes ligações com o patrimônio cultural campesino; Lili viveu durante anos no espaço rural e, em virtude das circunstâncias, acabou por em prática seus conhecimentos agroartesanais na cidade. O agroartesanato urbano mencionado surgiu a partir da existência de um nicho de mercado local. Mesmo estando dissociado da dinâmica agropecuária, contempla elementos em comum como o trabalho familiar e o saber fazer produtivo, atuando também como uma via alternativa de ocupação. Muito embora o agroartesanato seja diversificado, nosso interesse analítico foi o

de compreender essa dinâmica no território a partir da questão agrária, como forma de resistência e produção de temporalidades.

... as transformações continuam a se processar no território:

**Depois de 22 anos,
pesque-pague vai fechar**



Inir e Ilda de Ross no pasque-pague.

O Pesque-Pague Santa Clara funciona desde 1986, onde sempre trabalhou seo Inir com a esposa Ilda e os filhos Ilson, Fábio e Marciano. Inir lembra que nesta época só tinha um açude e a venda das porções de filé de tilápia e as bebidas eram feitas tudo ao ar livre.

Mas com o passar do tempo eles adquiriram um caminhão com caixas térmicas e oxigênio para fazer o transporte dos peixes, comprou um trator, fez um pré-moldado, construiu mais 10 açudes e montou um frigorífico de peixes. O pesque-pague se transformou em um dos mais bonitos e equipados da região. Em todo esse tempo teve muito trabalho. E Inir não nega: ganhou muito dinheiro. Mas mesmo assim vai fechar. Cansou dessa atividade.

Um dos motivos é de ter que trabalhar sempre no molhado, tanto no inverno como no verão. Os filhos cada um foi seguindo seu caminho.

Hoje o pesque-pague está alugado para a família Siruca, da Linha São João. Mas em alguns meses toda a área será transformada em chácaras para serem vendidas.

foice.



1

Foto 46: Reportagem do Jornal de Beltrão do dia 22/02/2008. A notícia refere-se à família de produtores de Ross, proprietários do pesque-pague Santa Clara, constante em nossa pesquisa. Segundo a matéria, o cansaço foi o principal elemento que os levaram a encerrar a atividade mas, em entrevista, Inir destacou que outra forte razão para o encerramento da atividade agroartesanal é o fato de sua propriedade rural estar sendo envolvida pelo crescimento do perímetro urbano de Francisco Beltrão/PR.



Foto 47: Vista externa do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar.
Fonte: trabalho de campo, 2008.

Em abril de 2008, foi inaugurado, em Francisco Beltrão, o Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, mostrado na foto anterior. Com produtos da Abevi (vinhos) e Coopafi (agricultura familiar) numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, o mercado busca dinamizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Nesse centro de comercialização, os produtos das agroindústrias artesanais do Sudoeste e Oeste paranaenses ganham destaque. Como ressalta Mercedes Zancan, uma consumidora entrevistada, *“eu gosto desses produtos, sempre compro, na feira e agora aqui”*.

As transformações processam-se no espaço; instauram-se com temporalidades dessemelhantes e produzem seus territórios. A dinâmica territorial do agroartesanato beltronense ratifica o poder de ação do tempo lento como tempo de produção de vida e de resistência que tem, na organização política e na comercialização, a formação de redes que sustentam a territorialização e a reprodução desta forma de produção de alimentos. Vejamos o quadro síntese a seguir:

Quadro XIII – Quantidade e composição da força de trabalho, matérias-primas e destino da produção das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR

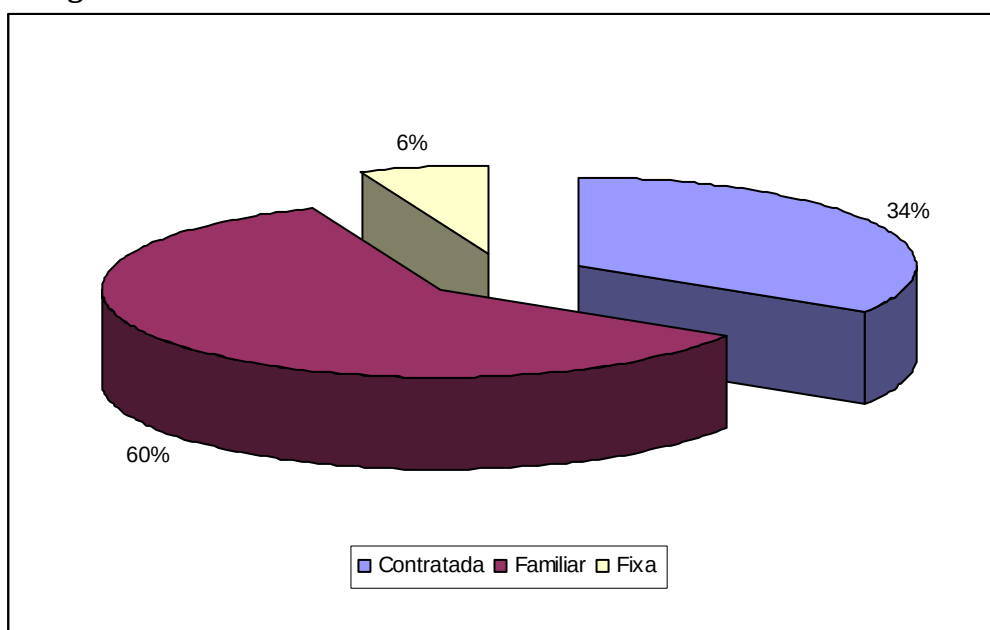
Nº da unidade ²⁸	Força de trabalho			Origem e descrição da matéria-prima utilizada (mês)				Destino da produção
	Familiar	Tempo rária	Fixa	Da própria propriedade	Do Município de F. Beltrão	Do Sudoeste/PR	De Outras regiões	
1	06	-	-	7.000 litros	-	2.000 kg ração	-	F. Beltrão
2	02	-	-	-	3.000 litros	-	-	F. Beltrão
3	02	-	-	3.000 litros	20 bolsas ração	-	-	F. Beltrão
4	02	-	-	5.100 litros	12 sacos farelo de trigo; 08 sacos farelo de arroz	1.500 kg ração	-	F. Beltrão
5	03	01	-	12.000 litros	-	-	-	F. Beltrão
6	02	-	-	4.000 litros	-	800 kg ração	-	F. Beltrão
7	02	-	-					
8	01	-	-	2.400 litros	125 bolsas milho; 60 sacos farelo de trigo	-	-	F. Beltrão
9	03	-	-	680 litros	1 bolsa sal min.	-		F. Beltrão
10	03	-	-	6.000 litros	-	-	-	F. Beltrão
11	02	-	-	2.100 litros	1 bolsa sal min.	-	-	F. Beltrão
12	03	-	-	5.000 litros	40 bolsas ração	-	-	F. Beltrão
13	05	06	-	20.000 kg	2.000 kg porcos 400 sacos milho 150 sacos soja 30 sacos núcleo	-	-	Sudoeste/PR
14	04	02	-	-	16 porcos; 12 bois; 10 sacos de farelo de soja; 05 sacos de núcleo	-	-	F. Beltrão
15	02	-	04	-	15 porcos	-	-	F. Beltrão
16	03	03	02	2.500 kg	2.500 kg suínos	-	-	F. Beltrão
17	04	03	-	-	3.000 kg	-		F. Beltrão
18	05	04	-	-	3.000 kg peixes 1.000 kg ração	-	-	F. Beltrão
19	04	-	-	500 kg	1500 kg ração	-	-	F. Beltrão
20	03	10	-	165 kg	-	-	-	Sudoeste/PR
21	01	02	-	165 kg	-	-	-	Sudoeste/PR
22	04	-	-	600 kg	4.400 kg	-	-	F. Beltrão
23	01	-	-	1.300 kg	11.700 kg	-	-	F. Beltrão
24	05	06	-	-	5.000 kg milho 5.000 kg soja	3.000 pintainhos	-	F. Beltrão
25	02	08	-	-	-	2.000 kg	1.600 selos e bandejas (Cascavel/PR)	F. Beltrão
26	03	-	-	120 dúzias	120 caixas de armazenamento	-	-	F. Beltrão
27	-	01	02	200.000 kg (uvas)	Ovos de codorna, frutas e legumes diversos, e demais matérias-primas (embalagens, selos etc.).			Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
28	04	-	-	3.250 kg	-	-	-	F. Beltrão

Fonte: trabalho de campo realizado entre 2006 e 2007.

²⁸ Ver quadro I (p. 6).

Os dados correspondentes à quantidade e composição da força de trabalho envolvida nas agroindústrias artesanais que estudamos são elucidativos: as 28 unidades agroartesanais ocupam um total de 135 trabalhadores, dos quais, 81 são pessoas da própria família, 46 são força de trabalho contratada (chamados diaristas) e apenas 08 trabalhadores exercem funções fixas e são remunerados mensalmente.

Gráfico X: Composição da força de trabalho ocupada nas agroindústrias artesanais estudadas em Francisco Beltrão/PR.



Fonte: trabalho de campo realizado entre 2006 e 2007.

O índice de 34% de trabalhadores contratados justifica-se, em grande parte, pelo caráter artesanal da produção que absorve pouca mão-de-obra externa à unidade produtiva. As agroindústrias do ramo de abate de suínos e de frangos utilizam técnicas tradicionais de produção, com várias etapas do processo produtivo realizadas manualmente. Nos dias de abate de suínos e de frangos são contratados diaristas para auxiliar no trabalho a ser realizado. Outra produção que demanda maior quantidade de mão-de-obra temporária é a da fabricação de derivados de cana-de-açúcar. Como a cana-de-açúcar é uma lavoura temporária, o período de corte e moagem da matéria-prima concentra-se principalmente no mês de junho. Nesse momento, são contratados trabalhadores, em geral, vizinhos para auxiliarem no trabalho agroartesanar.

De maneira geral, é notória a territorialização local do agroartesanato. Foi possível constatar a baixa escala de produção e o caráter local do mercado consumidor, ou seja, poucas unidades utilizam matérias-primas ou comercializam seus produtos além do

município de Francisco Beltrão/PR: são evidências do saber fazer produtivo, familiar, artesanal e com produção não intensiva de mercadorias assim como ocorre em outros lugares do Brasil onde se territorializam produções camponesas similares à que estudamos.

Estamos diante de uma organização territorial específica, cujas potencialidades territoriais locais atuam como sustentáculo para a permanência de padrões tradicionais de sociabilidade, identidade e, contraditoriamente, heterogeneidade. Pensar e elaborar políticas públicas específicas para o grupo social em questão significa, necessariamente, considerar os traços específicos que caracterizam sua produção e forma de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade.

A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, apresentava-se associado à policultura familiar como produção subsistencial. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense.

Na *mesorregião* Sudoeste do Paraná, o agroartesanato surge, a partir de 1940, como atividade reterritorializada pela *frente colonial gaúcha* e catarinense.

Em meados do século XIX, por forças intrínsecas ao desenvolvimento contraditório do capital, como ressalta Cenni (2003), Roche (1969) e Saquet (2003), uma leva de imigrantes advindos da Alemanha, da Itália e da Polônia reterritorializaram-se nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, os alemães chegaram primeiro, ocupando as melhores terras com suas atividades campesinas. Posteriormente, da segunda metade do século XIX em diante, reterritorializaram-se os italianos nos três estados citados acima. Em São Paulo, a reterritorialização italiana associou-se à substituição da força de trabalho escrava nas fazendas de café, com características de organização territorial de que diferiram historicamente do núcleo de colonização italiana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Nesses estados, ocupando terras interioranas e de topografia “acidentada” afirmaram-se como pequenos proprietários camponeses.

A inexpressividade dos meios de circulação fizeram com que os colonos italianos isolassem-se progressivamente em seus núcleos de colonização. Elementos do patrimônio cultural camponês foram enaltecidos no sentido da promoção de uma resistência àquelas condições adversas de vida. Dentre esses elementos constatava-se a difusão do agroartesanato como moinhos, adegas e demais produções artesanais alimentícias (queijos, doces, conservas, embutidos etc.). Em entrevista, Olívia Santiago, cujos pais, descendente de italianos, migraram, na década de 1950, de Santa Catarina para o Sudoeste paranaense ressaltou-nos que “*duas boas invenções foram o asfalto e o telefone. Antes, quando dava chuvarada, ninguém podia se comunicar, tinha até fome*”.

Assim, a reterritorialização do agroartesanato pelos italianos e alemães representou um conteúdo de resistência, de adaptabilidade às novas formas de organização territorial no espaço a ser desbravado. E, durante certo tempo, permaneceu sob essa égide.

Na década de 1940, um projeto de colonização da *mesorregião* Sudoeste do Paraná foi empreendido pelo governo federal de Getúlio Vargas. Como assinala Feres (s/d), visando materializar sua política conhecida como Marcha para Oeste, resolver o problema de escassez de terras e desemprego rural em seu estado de origem (Rio Grande do Sul) e geopoliticamente cuidar de povoar regiões de fronteira internacional, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).

A CANGO, criada em 1946, tinha a incumbência de distribuir gratuitamente as terras sudoestinas para a *frente colonial* e gestar os primórdios da organização fundiária pós colonização efetiva.

Gaúchos e catarinense, de ascendências alemã, italiana e polonesa foram majoritários no processo histórico de ocupação efetiva do Sudoeste paranaense, reterritorializando nesse espaço seus ulteriores códigos de territorialidade, de sociabilidade camponesa (familiar, policultora e pequeno-proprietário).

Consoante dados do IBGE, nos anos de 1995/96, aproximadamente 95% das propriedades rurais estavam situados em estratos de área de até 50 hectares; fator que, juntamente com os códigos culturais inerentes à composição da população territorializada, corroborou para a consolidação de territorialidades tradicionais no Sudoeste paranaense. Dentre os elementos culturais reterritorializados nesse panorama de especificidades histórico-territoriais, interessou-nos a dinâmica do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR.

O agroartesanato é atividade comum entre os produtores rurais beltronenses e da mesorregião sudoestina por consistir numa prática artesanal passada de geração a geração. Por intermédio do agroartesanato são produzidos vinhos, graspas, sucos, doces, geleias, compotas, conservas, embutidos (salame, lingüiça, copa etc.), cachaça, açúcar mascavo, massas (pães, bolos, bolchas, salgados etc.), produtos *in natura*, para citar apenas alguns poucos produtos. Historicamente, a satisfação das necessidades de subsistência familiar historicamente foi elemento estimulador do desenvolvimento do agroartesanato, numa dinâmica complementar à economia agropecuária intra-unidade.

A partir da década de 1980, e mais notoriamente da década de 1990 ao período atual, o agroartesanato vem-se expandindo regionalmente sob uma faceta mercantil mais intensa. Muitos produtos artesanais, exclusivamente de subsistência, passaram a ganhar importância de mercado.

A legitimação da produção agroartesanal com a instituição do SIM (Selo de Inspeção Municipal) nos diversos municípios sudoestinos foi fator estimulante para o desenvolvimento do segmento, pois fez com que os produtores agroartesanais tivessem respaldo político-institucional para desvinciliarem-se do que se designa de clandestinidade a partir da comercialização legal dos produtos.

Na década de 1980, diversos CAIs territorializaram-se no Sudoeste, como a Sadia, a Perdigão, a Souza Cruz, a Parmalat culminando com uma intensificação da conflitualidade entre o agronegócio e a produção familiar. As estreitezas político-econômicas do agronegócio para com os produtores familiares fizeram emergir/ressignificar, por parte destes últimos, formas tradicionais de expressão territorial como resistência e defesa do território: uma dessas estratégias foi a revitalização do agroartesanato.

Com o agroartesanato há a possibilidade de resgate de uma determinada autonomia na gestão do território familiar, camponês, haja vista que a família participa efetivamente de praticamente todo circuito produtivo agroartesanal, desde a produção da matéria-prima até a comercialização dos produtos.

Como atividade não-capitalista, o agroartesanato apresenta-se como um trunfo territorial da produção familiar e camponesa. Alocar esforços para a compreensão de seu real conteúdo e estrutura é essencial no afã de propor medidas políticas e econômicas condizentes com sua dinâmica territorial.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.
- _____, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. SP-RJ-Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. *Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e modernização agrícola. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.149-170.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o Capitalismo*. trad. Beatriz Resende. RJ: Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, Manuel C. A. *Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2003.
- BECKER, Bertha. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. IN: *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Jorge Zahar Ed., 1988.
- CANDIOTTO, Luciano Z. P. Uma Reflexão sobre Ciência e Conceitos: o território na Geografia. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 67-86.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1989.
- CENNI, Franco. Italianos no Brasil: “andiamo in Mérica”. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José Graziano e STOLCKE, Verena (Orgs.) *A Questão Agrária*. Trad. port., São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORRÊA, R.L. *Regionalização e Organização Espacial*. 7.ed. São Paulo: Ática, 1998.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EDUARDO, Márcio F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. In: *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

_____, Márcio F. *A Dinâmica Territorial da (agro)indústria em Francisco Beltrão/PR*. UNIOESTE: monografia de bacharelado em Geografia, 2004.

_____, Márcio F.; _____, Marcos A. Análise da Indústria no Município de Francisco Beltrão/PR – (1970/2003). In: *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos: Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI*. Goiânia/GO, 2004.

FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra: opressão e miséria*. Latin American Researchli, 56. Amsterdam. s/d.

FERNANDES, Bernardo M. (Org.); MARQUES, M. I. (Org.) ; SUZUKI, J. C. (Org.) . *Geografia agrária: teoria e poder*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 382 p.

_____, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

_____, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.

FOUCAULT, Michel. *Genealogia e poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Rabinow. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberdo Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

_____, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 7. ed. Petrópolis: vozes, 1989.

FRANZ, Paulo Renato Ferreira. *Sondagem econômico-ambiental do Sudoeste Paranaense*. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Ed. USP, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Fábrica do Agricultor Del estado de Paraná, Sur de Brasil*. Disponível na internet: http://www.rimisp.cl/dfid/fabrica_br.pdf, dia 22 de julho de 2006, 12:14.

GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas – SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. *Tecnologia & agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial. Migração no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUTELMAN, Michel. *Estruturas e reformas agrárias*. Trad. Helena Moraes. Lisboa: Edições 70, 1974.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói/RJ: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____, Rogério. *Des-caminhos e Perspectivas do Território*. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.

HEIDRICH, Álvaro L. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____, Álvaro L. *Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social*. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65.

HOLLOWKA, H.; KIYOTA, N.; PAZ, Cesar R. S. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná: versão agrícola*. Francisco Beltrão/PR: EMATER-PR, ASSESOAR, AMSOP, EMBRAPA, SEBRAE, SEMA, SEAB, DESER (...), 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (vários anos).

____. Censo demográfico. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (vários anos).

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). Diagnósticos unidades agroindustriais: região grande fronteira do mercosul. Francisco Beltrão: EMATER et al, 2006.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

KALNIN, Joanir L. Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina. (tese de doutorado em engenharia de produção). Florianópolis: UFSC, 2004.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal. Lógica dialética*. RJ: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100).

____, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

____, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria. Trad. de José P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

____, Vladimir L. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

____, Vladimir L. *O Problema Agrário – I*. trad. José P. da Silveira. Contagem/MG: História, Aldeia Global, 1978.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

MARIOT, Edson João. Produtos agroalimentares típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. Dissertação de mestrado internacional em gestão do desenvolvimento rural (universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Universidade de Santiago de Compostela): Vila Real, 2002.

MARTINS, José de Souza . *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 1.

____.José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____, Karl. Introdução. IN: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. SP: Martins Fontes, 1983;

_____, Karl. *O Capital*. Livro 1, Volume 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto Comunista*. 14. ed. RJ: Paz e Terra, 2004.

_____, K.; _____, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

NEVES, Delma. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In: *Revista ciências sociais hoje*, 1985, p. 220-41.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: contexto, 2001.

OLIVEIRA, Carlos A. B. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. RJ: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, J. A.; SCHIMIDT, V.D.; SCHIMIDT, T. W. Avaliação do potencial da agroindústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: CEPAGRO, 2000.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Mercantilização*. In: CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. *Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2003. p. 45-70.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - Estatísticas Industriais e agroindustriais. Francisco Beltrão, 2004.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: *Revista de ciências humanas*, UFSC, 2002, p. 133-53.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59).

_____, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antonio Carlos. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. São Paulo: vozes, 1978.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSSELL, Bertrand. O poder: uma análise social. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990.

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, Fernando dos S. et al. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. In: Cadernos Geográficos. n. 11. Florianópolis: imprensa universitária, 2005.

SANTOS, Milton et alii. *Território. Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

_____, Milton et alii. *Fim de século e globalização*. SP: Hucitec/ANPUR, 1993;

_____, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, Milton. *Por uma outra Globalização: Do pensamento único a consciência universal*. 10. ed. São Paulo: Record, 2003.

_____, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996 a.

_____, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: Geografia, território e tecnologia. São Paulo: AGB/Marco Zero. nº 9, p. 7-18, 1991.

SANTOS, Roseli Alves. O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná (tese de doutorado). Programa de pós-graduação em geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos A. *A construção do espaço em Nova Palma (RS)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____, Marcos. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Edson; SOUZA, Álvaro e MAGNONI Jr., Lourenço. *Paisagem, território, região*. Em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000. p.103-114.

_____, Marcos. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

_____, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.121-147.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Editora Unesp; Brasiliense, 1990.

SEAB – Secretaria estadual da agricultura e abastecimento. Dados agropecuários, 2005.

SILVA, Lenyra R. da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1991.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988;

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987;

SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993;

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

_____, Eliseu Savério. Fluxos e localização industrial. IN: MELO, Jayro G. (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente/SP, GAsPERR, 1996. p.69-96.

SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e Urbanização*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: *XX Encontro Anual da ANPOCS: Processos Sociais e Agrários*. Caxambu/MG, 1996.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: camponato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). *Camponato e territórios em disputa*. São Paulo: Epressão Popular, 2008, v., p. 161-190.

7. ANEXOS

Tabela síntese do mapa III – localização das “comunidades” rurais onde estão situadas as agroindústrias artesanais estudadas		
“Comunidade”	Nº da localização da agroindústria no mapa	Nº de agroindústrias estudadas na “comunidade”
Linha União.....	19	02
Km 10.....	25	01
Linha Eva.....	60	01
Linha São João.....	30	01
Linha Martini.....	16	01
Santa Bárbara.....	18	01
Quibebe.....	17	01
Jacutinga.....	48	03
Sessão Progresso.....	05	02
Água Vermelha.....	27	01
Linha Calegari.....	03	01
Km 20.....	49	02
Secção São Miguel.....	08	01
Volta Grande.....	09	01
Vila Lobos.....	61	01
Aeroporto.....	62	01
Posto Panorâmico.....	35	02
Sede Galdino.....	64	01
Linha São Paulo.....	15	03
Santo Antônio do Divisor.....	22	01
Perímetro urbano.....	01	01

Fonte: trabalho de campo realizado entre 2006 e 2007.